



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE/SP

Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia



NÚCLEO DE ESTUDOS, PESQUISAS E PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA

DATALUTA



TÂNIA PAULA DA SILVA

AS FORMAS ORGANIZACIONAIS DE PRODUÇÃO DOS
CAMPONESES ASSENTADOS NO MUNICÍPIO DE BATAYPORÃ/MS

Presidente Prudente

2004

TÂNIA PAULA DA SILVA
Bolsista CNPq

**AS FORMAS ORGANIZACIONAIS DE PRODUÇÃO DOS CAMPONESES
ASSENTADOS NO MUNICÍPIO DE BATAYPORÃ/MS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista - UNESP, como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

ORIENTADOR
PROF. DR. BERNARDO MANÇANO FERNANDES

PRESIDENTE PRUDENTE
2004

TÂNIA PAULA DA SILVA

**AS FORMAS ORGANIZACIONAIS DE PRODUÇÃO DOS CAMPONESES
ASSENTADOS NO MUNICÍPIO DE BATAYPORÃ/MS**

Defesa de Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do título de Mestre em Geografia, junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista – UNESP, Campus de Presidente Prudente (Área de Concentração: Geografia Agrária).

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes (Orientador)

Prof^a. Dr^a. Rosemeire Aparecida de Almeida (UFMS)

Prof^a. Dr^a. Mirian Cláudia L. Simonetti (UNESP)

Presidente Prudente/SP, 08 de Outubro de 2004.

Resultado: APROVADA

DEDICATÓRIA

Para Odete, minha mãe. Mulher forte que me ensinou não só a sonhar, mas também a lutar por meus sonhos.

A todas as pessoas que lutaram, ao longo do tempo, pela construção ou defesa de uma sociedade justa, onde a exploração de classe deixe de existir e as diferenças não se transformem em desigualdade. Em especial aos assentados de Batayporã/MS, que por ainda acreditarem nesse ideal continuam firmes nessa luta.

A Maria Vitória, “pequena” amada, que vem me ensinando a cada dia a olhar e sentir o mundo a partir de um sorriso.

AGRADECIMENTOS

Apesar de redigida de forma individual, as contribuições recebidas para a realização desta pesquisa foram inúmeras. Desse modo, torna-se necessário trazer a tona os mais sinceros agradecimentos a todas as pessoas e instituições que, de uma forma ou de outra, contribuíram para que a nossa reflexão pudesse tomar corpo.

Agradeço a toda minha família que de maneira direta ou indireta, com gestos ou palavras, estimularam-me a continuar na busca do conhecimento. Em especial aos meus irmãos Ângela e Rogério, que sempre estiveram presentes no meu dia-a-dia, me dando forças nas horas mais difíceis desta caminhada. A Vera, que mesmo “distante” estará sempre em meu coração e a Tamires, sobrinha querida, pelo carinho e amizade;

Ao orientador Bernardo Mançano Fernandes, pela liberdade proporcionada na escolha dos caminhos da pesquisa, bem como na confiança depositada nos resultados deste trabalho;

À Rosemeire Ap. de Almeida, amiga e orientadora dos primeiros passos desta trajetória, não só por me ensinar os caminhos da pesquisa e da construção do conhecimento, como também, pela convivência e incentivo, enfim, por me ajudar a superar meus desafios e por me fazer acreditar que chegar lá era possível. A você Rose deixo meu carinho, minha admiração e minha eterna gratidão;

À minha amiga de todas as horas, Altamira, por nossas experiências vividas e, acredito, ainda por viver. Que os (des)caminhos que sempre trazem um pouco de ausência e presença não sejam capazes de anular a cumplicidade dos sonhos que um dia partilhamos... Somos companheiras de luta, de sonhos;

À amiga Cleide, pelos bons e alegres momentos que compartilhamos;

A Joelma, Júlia, Karina (ká) e José Alves (Zé), pelo carinho e amizade descobertos e fortalecidos durante o período de Mestrado e pelo partilhar de angústias e otimismo nos momentos difíceis;

À professora Maria Celma Borges, pela paciência com que leu e releu este trabalho no intuito de dar uma melhor forma ao conteúdo;

Aos funcionários do IDATERRA, do INCRA, do IBGE, do Sindicato Rural e ao coordenador do MST no município de Batayporã/MS, cuja disposição em fornecer dados e informações contribuiu para a realização deste trabalho;

Aos membros do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) pela participação nas discussões sobre os sem-terra. Um abraço especial para: Diana, Gleison, Anderson, Solange e Priscilla;

Aos membros da banca de qualificação, Prof. Dr. João E. Fabrini e Prof. Dr. Antonio Thomaz Jr., cujas observações, críticas e sugestões muito enriqueceram o trabalho;

A Prof^a. Dr^a. Mirian Cláudia L. Simonetti pelos apontamentos e observações feitos durante a Defesa da Dissertação.

Aos funcionários da Seção de Pós-Graduação em Geografia da UNESP de Presidente Prudente, em especial a Erynad, Ivonete e Márcia, pela presteza constante;

A Deus, por conceder-me esse pequeno, mas grandioso dom que é a vida;

E, sobretudo ao CNPq, pela concessão da bolsa de estudos.

EPÍGRAFE

É verdade que depois de derrubadas as cercas do latifúndio, outras se levantarão: as cercas do judiciário, as cercas da polícia (ou das milícias privadas), as cercas dos meios de comunicação de massa [...]. Mas é verdade também que cada vez mais caem as cercas e a sociedade é obrigada a olhar e discutir o tamanho das desigualdades, o tamanho da opulência e da miséria, o tamanho da fartura e da fome.

Pedro Tierra, 1995.

RESUMO

Nesta pesquisa, analisamos as formas organizacionais de produção dos camponeses assentados no município de Batayporã/MS. Partimos do pressuposto de que embora exista o ideal de cooperação e de cooperativas de produção para os assentamentos rurais exposto nas publicações do e sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a predominância na forma de trabalho tem sido aquela que possibilita maior autonomia para o assentado e sua família no tocante ao processo de produção, e com isso, sobre o seu próprio modo de vida. Dessa maneira, visamos apreender o que o MST tem construído/praticado em termos de cooperação, bem como os desafios enfrentados pelos assentados nestas frações camponesas do território capitalista, os assentamentos rurais.

Para isto, procuramos, através de leituras de obras referentes à temática, principalmente, dos documentos produzidos pelo setor de produção do MST e de análises da realidade a partir de entrevistas realizadas com os assentados e observações em campo, verificar as condições econômicas, políticas, sociais e culturais que essas formas de organização da produção proporcionam as famílias assentadas.

Os resultados desta pesquisa evidenciaram, entre outras coisas, que no Mato Grosso do Sul a luta pela resistência na terra tem feito os assentados lançarem mão de diversas formas de trabalho de acordo com as circunstâncias de mercado e de vida na terra, onde a alternância de formas organizacionais de produção tem sido a marca mais evidente, tornando os assentamentos um verdadeiro campo de lutas e de permanentes redimensionamentos da experiência de cooperação.

PALAVRAS-CHAVE: Assentamentos Rurais; Formas Organizacionais de Produção; MST; Mato Grosso do Sul.

ABSTRACT

In this research we analysed the production (labour) organization forms used by peasants settled down in Batayporã/MS. We found out that although there is an ideal of cooperation and several production cooperatives for the rural settlers, as present in many publications written by and for the Landless People Movement (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST) the prevailing labour form has been the one that permits greater autonomy for the rural settler and his family, as far as production is concerned, and so, greater control over his own life. Thus, we tried to capture what the MST Movement has built/practiced in terms of cooperation, as well as the challenges faced by rural settlers on these small areas belonging to capitalist territories, the rural settlements.

For this purpose, we had access to reading concerning this subject, mainly the documentation produced by the production sector of the movement and we also interviewed rural settlers and did field observation, trying to check the economic, political, social and cultural conditions that these production organization forms offer the rural settled families.

The results of this research showed basically that in Mato Grosso do Sul the struggle and resistance for the land has forced the rural settlers to make use of different labour forms according to circumstances and their own survival, where alternative production forms of organization have been evident, showing that the small settlements have become vast struggling fields and a permanent reavalution in cooperation experiences.

KEY-WORDS: Rural Settlements; Production Organization Forms; MST; Mato Grosso do Sul.

SUMÁRIO

I - INTRODUÇÃO	16
1.1 Os Sujeitos da Pesquisa	24
1.2 Estrutura da Dissertação	28
II – A LUTA PELA TERRA NO MATO GROSSO DO SUL	30
2.1 Luta pela Terra no Estado: conflitos e resistência	31
2.2 A Formação do MST no Estado e a Territorialização da Luta	41
2.3 FETAGRI: gênese e atuação no Mato Grosso do Sul	54
2.4 A Atuação da CUT/MS e a Criação do DETR	58
2.5 A Formação dos Assentamentos São Luis, São João e Mercedina em Batayporã/MS: da terra de exploração à terra de reprodução do trabalho camponês	63
III – A COOPERAÇÃO AGRÍCOLA NOS ASSENTAMENTOS RURAIS	70
3.1 A Construção da Concepção de Cooperação do MST e as Diversas Formas Organizativas dos Sem-Terra nos Assentamentos Rurais	70
3.2 A Cooperação Agrícola nos Assentamentos Rurais: divergências na sua prática	91
3.2.1 O Sentido da Cooperação para o MST: os ideais camponeses como entrave ao desenvolvimento da cooperação	92
3.2.2 O Sentido da Cooperação para os Camponeses Assentados: a conquista da <i>terra de trabalho</i>	99
IV - AS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO NOS ASSENTAMENTOS RURAIS EM BATAYPORÃ/MS: ORIGENS, DESENVOLVIMENTO E (RE)ELABORAÇÕES	106

4.1 Abordagem Teórica Conceitual acerca da Questão Agrária e do Cooperativismo Agrícola	106
4.2 O Desenvolvimento das Formas Organizacionais de Produção: uma estratégia de sobrevivência na terra conquistada	113
4.2.1 COPAV: a persistência do projeto cooperativista em meio a crise das cooperativas	115
4.2.2 As Associações: unidade na diversidade	120
4.2.3 Projeto Prove Pantanal: desafios e perspectivas	126
4.3 O Universo dos Assentamentos São Luis, São João e Mercedina: os assentados, o desenvolvimento da produção e o trabalho na terra conquistada	131
CONSIDERAÇÕES FINAIS	148
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	152
ANEXOS	161

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Mapa de Localização do Estado de Mato Grosso do Sul	32
Figura 02	Mapa de Localização do Município de Batayporã/MS	64

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Estrutura Fundiária do Brasil e de MS – 1995/96	34
Tabela 02	Mato Grosso do Sul: número total de assentamentos rurais (1980/2003)	48
Tabela 03	Dados dos Assentamentos Rurais implantados no município de Batayporã/MS	131

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01	Atuação dos Movimentos Sociais nas Manifestações/2000-BR	51
Gráfico 02	Principais Reivindicações por Movimento Social/ 2000	51
Gráfico 03	Posse da Terra antes do Assentamento	133
Gráfico 04	Relação de trabalho dos assentados anterior aos assentamentos	134
Gráfico 05	Distribuição dos Assentados de acordo com a faixa etária	135
Gráfico 06	Principais Produtos Cultivados - Safra 2002/2003	138

LISTA DE SIGLAS

CAND – Colônia Agrícola de Dourados

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base

CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

COPAV – Cooperativa Regional de Prestação de Serviços para a Reforma Agrária do Vale do Ivinhema

COPASUL - Cooperativa Agrícola Sul-Mato-Grossense

CPA – Cooperativas de Produção Agropecuária

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CUT – Central Única dos Trabalhadores

CUT/MS – Central Única dos Trabalhadores no Mato Grosso do Sul

DETR – Departamento Estadual dos Trabalhadores Rurais

DETR/CUT/MS – Departamento Estadual dos Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores do Mato Grosso do Sul

DTR – Departamento do Trabalhador Rural

FAF/MS – Federação da Agricultura Familiar do Mato Grosso do Sul

FAMASUL – Federação da Agricultura de Mato Grosso do Sul

FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura

FCT – Faculdade de Ciências e Tecnologia

FSAF – Frente Sul da Agricultura Familiar

FETAGRI – Federação dos Trabalhadores na Agricultura

FETAGRI/MS – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso do Sul

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDATERRA – Instituto de Desenvolvimento Agrário, Assistência Técnica e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MS – Mato Grosso do Sul

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

PDA – Projeto de Desenvolvimento Agrícola

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária

PROCERA – Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária

PRONAF – Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar

PRRA – Plano Regional de Reforma Agrária

PT – Partido dos Trabalhadores

SCA – Sistema Cooperativista dos Assentados

SINTRAF – Sindicatos dos Trabalhadores na Agricultura Familiar

SIPRA – Sistema de Informação dos Projetos de Reforma Agrária

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

TERRASUL – Departamento de Terras e Colonização de Mato Grosso do Sul

UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

I. INTRODUÇÃO

Malditas sejam todas as cercas!

Malditas todas as propriedades privadas que nos privam de viver e de amar!

Malditas sejam todas as leis, amanhadas por poucas mãos para ampararem cercas e bois e fazer a Terra escrava e escravos os humanos!

Dom Pedro Casaldágua.



I - INTRODUÇÃO

No Brasil, a discussão sobre a organização econômica e social nos assentamentos de reforma agrária tem sido, atualmente, objeto de preocupações de vários segmentos e sujeitos sociais, governamentais ou não. Tanto os assentamentos, como as diversas modalidades de cooperação e de cooperativas que ali se constituem têm sido vistos como fenômenos sociais importantes surgidos na década de 1990, pela potencialidade que possuem de contribuir para gerar emprego e renda e solucionar os problemas relacionados à pobreza e à exclusão social.

No âmbito do MST, que tem a CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil¹ como instância jurídica, a preocupação maior é com o modo de organização econômica e social que se pretende adotar nos assentamentos, para que não se reproduza o modelo produtivo agropecuário tecnicista e especializado vigente. Esse modelo excludente, por estar predominantemente subordinado às exigências do capital, tem contribuído para causar impactos ambientais negativos e diminuir a possibilidade de sobrevivência da produção camponesa, tendo sido apontado como o principal motivo da intensificação da luta pela reforma agrária no país nas duas últimas décadas.

Assim, para a direção do MST, a forma ideal de organização da produção nos assentamentos é desenvolvida através do denominado Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente, cuja finalidade maior é estimular e difundir as diferentes possibilidades de desenvolver os princípios do cooperativismo e organizar os assentados para produzir com acesso ao crédito, às inovações tecnológicas e ao mercado popular. O papel desse setor do Movimento é essencialmente formativo e politizador, no sentido de construir a idéia de que o mais importante não é o tipo formal de cooperativa, mas a adesão consciente aos princípios e ao método da cooperação autogestionária.

¹ A CONCRAB é uma instância do Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que congrega cooperativas de assentados em nove estados brasileiros e núcleos de cooperação nos demais estados. A principal função da CONCRAB é orientar a organização dos assentamentos de reforma agrária e promover a cooperação, garantindo a unidade política e desenvolvendo programas específicos, tais como: experimentação de novas propostas de assentamentos, acompanhamento econômico e organizativo das cooperativas de produção, crédito ou comercialização, capacitação técnica de lideranças e jovens agricultores e estudos de mercado, entre outros.

Neste sentido, é importante ressaltar que a discussão acerca da cooperação e, por conseguinte, do cooperativismo dentro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, vem como ele próprio, da necessidade de encontrar formas que pudessem auxiliar a reverter à situação imposta pelo sistema capitalista à classe trabalhadora no campo (desemprego, êxodo rural, etc.). Logo, a cooperação representa um elemento estratégico de fundamental importância na consolidação dos assentamentos e do Movimento ao longo de sua trajetória.

Portanto, para a organização² do MST (1999), a cooperação é uma ferramenta de luta política, econômica e social, na medida em que contribui para a sobrevivência econômica dos assentados, porque aumenta a produtividade do trabalho, racionaliza o uso dos recursos naturais e humanos e amplia a competitividade dos produtos no mercado. Não apenas isso, já que na compreensão do MST a cooperação contribui para melhorar as condições de vida, ao ampliar a possibilidade de acesso aos bens de consumo coletivo (moradia, infra-estrutura básica, educação, transporte, saúde, lazer etc.), a capacidade das famílias de permanecerem na terra e o desenvolvimento da consciência social.

Neste ponto, cabe destacar que a cooperação, sobretudo a forma coletiva da terra e do trabalho, também é proposta pela organização do MST como forma de superar o “comportamento individualista do camponês” com relação à gestão dos assentamentos, à forma de apropriação da terra e ao processo produtivo, incluindo a comercialização. Segundo parte do Movimento, trata-se de uma forma “artesanal” de produção praticada em unidades familiares individuais. Estas idéias, divulgadas nos cadernos de formação e cooperação agrícola, afirmam que aceitar a terra dividida em lotes individuais e/ou não participar de alguma forma de cooperação agrícola, significa submeter-se ao processo de exclusão que os tornaram sem-terra.

Desse modo, a cooperação é vista pela Organização como uma alternativa a essa lógica. Não somente porque possibilitaria a viabilização econômica dos assentados e a “*transformação de suas formas de consciência*”, mas também porque permitiria a própria reprodução do Movimento enquanto organização, tanto através da contribuição econômica, quanto da “liberação” das lideranças para

² Utilizamos a expressão “Organização/organização” para nos referirmos aos dirigentes e militantes do MST. Entretanto, salientamos o entendimento do MST composto não somente pela direção e militância, mas também pelos assentados e acampados, dentre outros que com ele se identificam.

desempenharem funções executivas importantes em suas instâncias orgânicas (comissões executivas estaduais e nacionais, direções das centrais cooperativas, etc.).

Assim, através das diversas formas de cooperação – desde formas mais simples de trabalho, como o mutirão, até formas de cooperação mais complexas, como as cooperativas de produção agropecuária, onde a terra e o trabalho são coletivos – a organização do MST pretende viabilizar economicamente os assentamentos e, por conseguinte, ampliar e legitimar a luta política pela Reforma Agrária.

A questão da cooperação joga um papel muito importante, tanto em termos de sobrevivência e resistência ao capitalismo, como também, no sentido estratégico, onde a massa camponesa também deve ser considerada como força social para a transformação da sociedade. Nossa força, tanto política quanto econômica, depende desta organização orgânica que temos no assentamento. (MST, 1999, p.18)

Isso quer dizer que diferentemente do cooperativismo tradicional, o cooperativismo preconizado pela direção do MST não tem finalidades puramente econômicas³. Portanto, o Movimento, através do setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente procura mobilizar e organizar os assentados para desenvolver a economia com base em outros valores que não apenas a busca de lucro, perseguindo objetivos políticos e sociais através da organização de base, da defesa da autonomia de organização e de representação e, o mais importante, da criação de mecanismos institucionais que possibilitem aos trabalhadores se apropriarem dos instrumentos de produção e de gestão das cooperativas.

Nesse sentido, a nossa preocupação, no presente trabalho, é a de entender as propostas organizadas pelo MST, para a viabilidade sócio-econômica dos assentamentos, com enfoque especial para as práticas desenvolvidas pelos assentados, tanto na organização, quanto no desenvolvimento das formas de cooperação.

Desse modo, a pesquisa que deu origem a esta dissertação, teve como objetivo a discussão acerca das formas organizacionais de produção

³ Fundamentalmente, o cooperativismo preconizado por este setor do MST se diferencia do tradicional porque a posse dos meios de produção é coletiva e a administração é autogestionária (MST, 1997).

desenvolvidas pelos camponeses assentados do município de Batayporã/MS, enquanto estratégias de reprodução/sobrevivência dos trabalhadores na terra. Pois, como já dissemos anteriormente, no atual contexto político-econômico, a organização de diferentes formas de produção constitui-se, principalmente, numa estratégia de resistência contra a ofensiva do capital, ou seja, contra a sujeição da renda e expropriação a que estão submetidos no modo de produção capitalista.

O interesse maior na compreensão dessas formas de organização da produção reside no fato de que aparentemente os camponeses são avessos as formas de cooperação e às ações coletivas. E, nessa discussão sobressai a questão cultural⁴ como um dos maiores entraves para a constituição das cooperativas camponesas, problema que ainda hoje a organização do MST enfrenta para instituir a cooperação como princípio produtivo e organizativo.

Dessa maneira, na análise do cooperativismo nos assentamentos de Mato Grosso do Sul, visamos apreender o olhar tecido pelos assentados frente ao desenvolvimento das formas de cooperação, já que as formas analisadas são resultantes da organização desses camponeses.

Neste sentido, o pressuposto deste trabalho é de que embora exista o ideal de cooperação e de cooperativas de produção para os assentamentos rurais exposto nas publicações do e para o Movimento⁵, a predominância na forma de trabalho tem sido aquela que possibilita maior autonomia para o assentado e sua família no tocante ao processo de produção, e com isso, sobre o seu próprio modo de vida.

Desse modo, tendo como base essa análise, buscamos compreender o que o MST tem construído/praticado em termos de cooperação, bem como os desafios enfrentados pelos assentados nestas frações camponesas do território capitalista, os assentamentos rurais. Para isto, procuramos, através de leituras de obras referentes à temática, principalmente, dos documentos produzidos pelo setor de produção do MST, e análises da realidade a partir de entrevistas realizadas com os assentados e observações em campo, verificar as condições

⁴ A questão cultural refere-se, principalmente, ao costume do trabalho individual e da gestão privada da produção, onde a família é o centro do processo.

⁵ Na literatura acerca do MST há dois tipos de publicações: os trabalhos produzidos pelo MST/CONCRAB e os trabalhos produzidos sobre o MST. Nos trabalhos produzidos **pelo** MST/CONCRAB constam cartilhas, manifestos, cadernos de formação, periódicos, boletins estaduais e nacionais, entre outros. Os trabalhos produzidos sobre o MST surgem na forma de reportagens jornalísticas, monografias, relatórios científicos, dissertações, teses, livros e artigos de cunho acadêmico, entre outros.

econômicas, políticas, sociais e culturais que essas formas de organização da produção proporcionam as famílias assentadas.

A partir destes objetivos elegemos os assentamentos São Luis, São João e Mercedina, situados no município de Batayporã/MS, para realizarmos o trabalho de campo, a partir de entrevistas, questionários e coletas de documentos. O que nos levou a escolher essas áreas para a pesquisa? Podemos dizer que fomos impulsionados por dois fatores ou razões fundamentais, que são:

- pelo fato do município de Batayporã ser conhecido, no cenário estadual, como um forte núcleo organizativo do MST no Estado, já que o assentamento São Luis é considerado como a continuidade da luta pela terra após a gênese do Movimento no Sul do Estado (Assentamento Indaiá);

- porque os três assentamentos que serviram de suporte para esta análise (São Luis, São João e Mercedina) apresentam várias experiências de cooperação agrícola (grupos coletivos, associações e cooperativa) as quais permitem o desenvolvimento de ações coletivas e de luta de resistência para a permanência na terra.

Cabe acrescentar ainda que nossa escolha foi incentivada pela pesquisa anterior realizada também no Estado de Mato Grosso do Sul, sobre a problemática do trabalho coletivo nos assentamentos rurais, o que resultou na elaboração de uma monografia de bacharelado intitulada "A organização do trabalho coletivo e as transformações territoriais do assentamento São Manoel, em Anastácio/MS". Na realização de tal pesquisa, outros fenômenos, como a diversidade e alternância de estratégias de organização da produção como forma de resistência na terra, nos chamou atenção reorientando o nosso olhar para a presente investigação.

Outro argumento que justifica o estudo dos assentamentos em questão, é o fato de que se constituem em assentamentos cuja origem é um movimento social e um movimento sindical. Isto é, há que se considerar que as pessoas que o integram estão ali mediante o emprego de um artifício incomum na sociedade capitalista. O seu acesso à terra não se deu através de quaisquer relações de compra e venda, que são reconhecidamente as formas legítimas de apropriação territorial aqui no Brasil. Pelo contrário, a terra onde vivem e trabalham foi fruto de uma conquista, de um ato de força sobre o Estado, de uma racionalidade diferente da usualmente empregada pelas demais pessoas na administração de seu

cotidiano. As pessoas que ali residem, portanto, não podem ser consideradas comuns. Na sua história trazem consigo marcas que as distinguem de todas as outras pessoas cujas vidas não se resolvem pela luta ou pelo confronto. Num determinado momento de suas vidas e da história do país, transformaram-se em sujeitos de um movimento social e sindical, ousando desafiar um sistema, colocando a continuidade de sua existência pela concretização do ideal de conquistar a terra e de nela permanecer.

Assim, resumidamente, podemos afirmar que o que fundamentou a escolha desses assentamentos como realidades a serem estudadas foi a riqueza que existe em seu interior; as famílias que os formam e os procedimentos levados adiante por elas para resolver aquilo que consideram ser seu principal problema: sobreviver de maneira digna na terra conquistada. Portanto, estas são as justificativas que, de certa forma, colaboraram para que a pesquisa fosse feita nos espaços delineados.

Diante do aqui exposto, cabe assinalar que o fazer a pesquisa, ou seja, o caminho metodológico, compreendeu os procedimentos de ordem teórica, documental analítica e sistemática. Neste sentido, escreveu Cervo e Bervian (1996, p.48), autores de *Metodologia Científica*:

[...] qualquer espécie de pesquisa, em qualquer área, supõe e exige uma pesquisa bibliográfica prévia, quer para o levantamento da situação em questão, quer para fundamentação teórica ou ainda para justificar os limites e contribuições da própria pesquisa.

Bergamasco & Ferrante (1994), discorrendo sobre a metodologia de análise de assentamentos rurais, entendem que considerar um único enfoque pode ser um risco ou uma escolha intencional para tratar a realidade estudada. Segundo as referidas autoras, os assentamentos estão inseridos em redes de relações, o que exige a não demarcação de fronteiras rígidas no estudo. Assim, realizar estudos adotando o processo de resultados certos e unívocos pode distorcê-los. Portanto, o pesquisador deve ter a preocupação de compreender a constituição dos assentamentos, procurando estudar elementos da realidade objetiva e subjetiva dos agentes envolvidos. Por fim, as autoras propõem a incorporação de métodos tanto

quantitativos quanto qualitativos no intuito de reconstruir as relações sociais constitutivas desse ambiente complexo.

Partindo dessa premissa, a primeira fase da pesquisa constou da realização de leituras e análises críticas da bibliografia que trata da cooperação agrícola em assentamentos rurais. Neste momento realizamos, também, um levantamento dos documentos elaborados pelo e para o MST/CONCRAB (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil) para compreender qual a concepção da proposta de cooperação do Movimento.

Como fonte de obtenção de dados primários, a segunda fase constou da realização do trabalho empírico com pesquisas de campo nos assentamentos rurais do município de Batayporã/MS, levando em consideração as formas de cooperação agrícola desenvolvidas. Neste momento, foram realizadas entrevistas qualitativas voltadas para o tema e quantitativas (aplicação de um questionário socioeconômico), com os cooperados/associados e com as lideranças do MST e da FETAGRI que fazem parte dos projetos de cooperação.

Para a aplicação dos questionários entre os assentados cooperados foram utilizadas técnicas por amostragens. Desse modo, foram aplicados 65 questionários que correspondem a 45% das 144 famílias que participam das formas de organização que nos propusemos a estudar, as associações, a cooperativa e os grupos coletivos.

Os questionários apresentam dados das associações, da cooperativa e dos grupos e, também dados específicos das famílias entrevistadas, tais como: a identificação e condições gerais da família e do lote, créditos recebidos, renda familiar antes e depois do assentamento, participação em cursos técnicos e de formação, avaliação da luta pela terra e da vida no assentamento, etc, e foram respondidos tanto pelos homens como pelas mulheres. Vale a ressalva de que não tivemos, na sua “aplicação”, a intenção de apresentarmos os dados no sentido de quantificação, mas sim para melhor visualização dos elementos que o compõem a fim de enriquecer nossa análise, contemplando os detalhes que, nem sempre as famílias revelam nos relatos de suas histórias de vida.

As entrevistas (relatos), num total de 30, foram realizadas com tempo de gravação das conversas entre 20 minutos e duas horas. Para a sua realização, elaboramos um roteiro contemplando questões que considerávamos

essenciais para o entendimento dos principais problemas que envolvem o desenvolvimento da cooperação agrícola.

É importante ressaltarmos que os relatos foram coletados entre aquelas famílias que responderam aos questionários, sendo que algumas entrevistas foram realizadas com mais de uma pessoa. Nas transcrições dos relatos optamos por corrigi-los parcialmente, porém, nos preocupamos em manter as peculiaridades da fala do sujeito, as características do seu modo de expressão. Ressaltamos também que, apesar de termos feito uma “conversa preliminar” com a maioria das famílias cooperadas/associadas no sentido de expormos o porque da nossa presença e da pesquisa, a escolha das famílias a serem entrevistadas deu-se de forma aleatória.

Durante a coleta de dados e informações estabelecemos como prioridade a nossa permanência nos assentamentos, objetivando entender a dinâmica dos mesmos, bem como levantar informações que pudessem contribuir na futura interpretação dos dados coletados. É importante destacar que não foi possível contemplarmos todas as falas de forma textual, porém, indiretamente, elas contribuíram em muito para a discussão que se apresenta nesta dissertação.

Para obter os dados secundários realizamos um levantamento documental junto a órgãos e instituições, como: a Secretaria Estadual do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); no Instituto de Desenvolvimento Agrário, Assistência Técnica e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul (IDATERRA); na Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI), na Comissão Pastoral da Terra-Regional de Mato Grosso do Sul (CPT/MS), etc.

Não podemos deixar de registrar que este trabalho esteve receptivo às evidências encontradas no trabalho de campo, sendo esta uma das condições básicas da metodologia empregada (pesquisa qualitativa) na investigação do objeto pesquisado. Portanto, apesar de conduzirmos as entrevistas pensando em nossos objetivos, isto é, entender as formas de organização da produção nos assentamentos rurais de Batayporã, ressaltamos que:

[...] o nosso posicionamento no decorrer da pesquisa, [...] não foi somente o de um pesquisador que pergunta, escuta e anota. Pelo contrário, apesar de estarmos munidos de pressupostos teóricos e de instrumentos comuns de coleta do material, procuramos privilegiar

a prática do diálogo. Esse diálogo foi orientado pela necessidade de trocar conhecimentos, de encontrar encaminhamentos, de valorizar esses sujeitos e suas histórias de vida. Assim, nossa posição durante o processo de investigação, foi a de um pesquisador comprometido com a luta pela terra, fugindo da falsa neutralidade sem, no entanto, perder o rigor científico (ALMEIDA, 1996, p.31-40).

1.1 - Os Sujeitos da Pesquisa

Os sujeitos que deram vida e voz a este estudo são os camponeses assentados no município de Batayporã/MS, mais precisamente, os camponeses que desenvolvem a cooperação agrícola como forma de organizar a produção. Esses camponeses trabalham em família, as quais possuem autonomia⁶ para administrar a própria força de trabalho. Essas famílias conquistaram um pedaço de terra, o lote, e dele criam/tiram o seu usufruto, visando fundamentalmente sua reprodução, o auto-consumo, e a venda do excedente de forma a adquirir o que não produz e de que necessita (roupas, calçados, etc.), pois a terra para elas significa trabalho, geração de renda, produção, alimentação, a possibilidade de viver com dignidade; enfim, a vida, sobretudo!

Nos assentamentos analisados, a organização do trabalho e da terra é predominantemente individual/familiar, uma vez que os lotes estão parcelados e possuem uma área de 14 hectares, no entanto, estas famílias estão organizadas em diferentes experiências de cooperação agrícola, como as associações, os grupos coletivos e a cooperativa. São famílias que, em sua maioria, foram expulsas da terra e entraram nas fileiras dos movimentos sociais, conquistando através da luta o direito de trabalhar a terra. Martins (1981, p.16), as define como um “camponês que quer entrar na terra, que, ao ser expulso, com frequência retorna à terra, mesmo que seja distante daquela de onde saiu”. Desse modo, podemos dizer que os camponeses são sujeitos históricos que se reproduzem por meio da resistência.

Na análise desses sujeitos, os camponeses, é interessante fazermos algumas observações, já que eles são a base desta pesquisa. Neste sentido, é interessante ressaltar que um conjunto de autores da questão agrária,

⁶ O camponês possui uma determinada autonomia à medida em que ele produz parte de sua subsistência, controla os meios de produção, o processo produtivo e os bens produzidos, diferenciando-o, por exemplo, de um assalariado que só controla sua força de trabalho. Em outras palavras, o camponês possui o controle sobre a terra, o trabalho e o tempo, configurando assim, uma certa liberdade em oposição à sujeição do mercado de trabalho.

principalmente Lênin e Kautsky, vê o camponês como uma categoria em potencial dissolução e diferenciação em burgueses e proletários. Estes autores previram que os camponeses se desintegrariam em função da própria dinâmica da diferenciação social gerada pelas contradições típicas do processo de sua integração ao mercado capitalista, em que de um lado teríamos um campesinato tradicional que tenderia a desaparecer com o processo de proletarianização, e de outro os produtores “tecnificados”, ou seja, os “camponeses ricos” representados pelo capital na agricultura.

Entretanto, é importante salientar que essa “descamponização”, prevista por Lênin e Kautsky, não pôde ser confirmada, pois ao contrário de presenciarmos o desaparecimento das explorações familiares, o que vemos é o seu contraditório crescimento. Assim, a forma de produção familiar predomina, até hoje, no mundo inteiro, mostrando ser o campesinato um segmento social que possui uma grande organização interna, conforme demonstrado por Chayanov (1974), para resistir ao mercado capitalista. Isto quer dizer que, assim como no passado, os camponeses e sua descendência persistem perpassando os modos de produção, tornando-se na virada do século XXI a maioria da humanidade. Portanto, nos estudos sobre o campo brasileiro, o conceito de campesinato ainda prevalece como um importante instrumento analítico.

Isto posto, cabe lembrar que, segundo Martins (1983), as palavras “camponês” e “campesinato” são recentes no vocabulário brasileiro e foram importadas politicamente pelas “esquerdas”, para dar conta das lutas políticas do Brasil nos anos cinquenta. À medida que as lutas camponesas tomavam dimensões maiores e alcançavam o debate político nacional, os termos anteriormente usados para identificar os pequenos produtores em distintas regiões do país (caipira, caiçara, caboclo) foram substituídos pelo camponês e, ou seu anteposto latifundiário.

Martins (1981) nos revela ainda que estas expressões: *camponês* e *latifundiário* passaram a ter outra importância, a partir do momento que os camponeses começaram a reagir e a organizar-se coletivamente, isto é, quando eles começaram a manifestar-se politicamente contra as oligarquias de proprietários de terra, organizando as Ligas Camponesas⁷, os sindicatos para denunciar as

⁷ O avanço das relações capitalistas de trabalho no campo e as péssimas condições de vida dos trabalhadores fizeram com que os mesmos se organizassem na luta pela terra, dando origem as Ligas Camponesas (Movimento Camponês que teve seu início nos anos de 1954). Tal fato tem

expropriações dos trabalhadores dos seus meios de produção (a terra). Segundo o referido autor, neste contexto elas deixam de ser meras palavras, e passam a ser palavras políticas, enraizadas numa concepção da história, das lutas políticas e dos confrontos entre as classes sociais. “[...] a palavra camponês não designa apenas o seu novo nome, mas também o seu lugar social, não apenas no espaço geográfico, no campo em contraposição à povoação ou à cidade, mas na estrutura da sociedade [...]” (MARTINS, 1981, p. 22-23).

O conceito de campesinato passou então a designar uma diversidade de relações de trabalho e de formas de acesso a terra, em oposição ao latifúndio, apresentando-se em diversas denominações como: parceiros, foreiros, arrendatários, posseiros, proprietários sitiantes, ocupantes, pequenos produtores, entre outras.

Esse camponês, por motivos de expropriação do direito à terra, não é enraizado, mas migrante. Sendo que os próprios camponeses do Mato Grosso do Sul trazem em seus relatos uma história de migrações e deslocamentos. Todavia, constatamos que tanto o deslocamento do arrendatário, quanto o do pequeno proprietário, são determinados quase sempre pelos avanços do capital sobre a terra, uma vez que o desenvolvimento do modo de produção capitalista se caracteriza pela sujeição da renda da terra ao capital, por meio da compra dos produtos, da venda de insumos e pela expropriação do camponês.

Segundo Abramovay (1992) e Wanderley (1996)⁸, nos países centrais o campesinato foi transformado, tanto em sua forma de produzir quanto em suas relações sociais, num novo contexto de reprodução integrado ao capital, onde a produção familiar continuou sendo a base do seu desenvolvimento.

Entretanto, tal integração preserva a continuidade do campesinato quando usa para a sua reprodução os recursos de que dispõe no estabelecimento familiar e que aprendeu a dominar ao longo do tempo.

demonstrado a capacidade dos trabalhadores de se contrapor ao modo de produção vigente, desde o Quilombo dos Palmares, Canudos, até os dias atuais com o MST.

⁸ Ressaltamos que embora esses autores considerem a unidade de produção familiar como núcleo em suas análises, eles diferem completamente dos autores já citados. Principalmente porque eles tentam entendê-las exclusivamente na perspectiva da lógica capitalista, em que a base técnica, a inserção ao mercado, etc, são tomados como parâmetros de análise desta categoria social que eles chamam de agricultores familiares e autores como Oliveira, Woortmann, Martins, Fernandes, entre outros, conceituam como classe camponesa.

Ao discutir estas três categorias Woortmann, k. (1990) e Woortmann, E. (1995) nos revelam que no mundo camponês a família, a terra e o trabalho são pensados de forma associada. Portanto, pensar em trabalho é pensar em terra e família; pensar em troca é pensar que elas ocorrem entre pais de família, enquanto pessoas morais, e não indivíduos. Nesse sentido, terra, trabalho e família são categorias que ordenam o mundo rural.

Cumprе salientar que os referidos autores pensam o camponês além da perspectiva econômica, procurando interpretar sua subjetividade, diferentemente da objetividade tratada por Chayanov⁹ (1974). Deste modo, a terra e a família não devem ser concebidas apenas como fator de produção e força de trabalho, respectivamente, mas como expressão de uma "moralidade", como um valor, um "valor-família" (WOORTMAN, 1990).

Dito isso cabe ressaltar que o termo camponês nos remete a uma pequena comunidade, a um território, a um lugar de vida e de trabalho, cuja reprodução econômica e social responde a um conjunto de regras onde as ligações pessoais são determinantes, mas não estão isoladas do resto da sociedade. Portanto, conhecer a lógica específica das estratégias que as famílias empregam para produzir e se reproduzir é o problema fundamental a ser estudado.

Deste modo, para pensar sobre como são criadas e perpetuadas as diversas formas de organização da produção nos assentamentos rurais é necessário que se compreenda a lógica da produção camponesa, pois no cerne de suas características fundamentais repousa a natureza e a dinâmica de um estabelecimento familiar, enquanto unidade básica de produção e meio de vida social. A essência de tal unidade não reside apenas no parentesco, mas no seu "*modus operandi*", manifestação da trajetória de articulação e lógica específica, que pode levar à sua reprodução.

⁹ WOORTMANN (1995) relata que a família em Chayanov é vista sob uma óptica apenas econômica, um conjunto de produtores e consumidores, não ultrapassando os limites da unidade doméstica, isto é, não estuda as relações entre famílias. Nessa teoria, a unidade econômica é discreta e isolada. Há uma preocupação com a família como reprodutora de seus fatores de produção.

1.2 - Estrutura da Dissertação

Esta dissertação está estruturada em quatro capítulos. Após uma breve introdução, elaboramos o segundo capítulo, “A Luta pela Terra no Mato Grosso do Sul”, nele tecemos algumas considerações a respeito da história de luta e conflitos que envolvem o processo de ocupação da terra no Estado de Mato Grosso do Sul, destacando os sujeitos sociais que dela participam: FETAGRI, MST e CUT. Na luta de resistência dos trabalhadores rurais, resgatamos a história do conflito pela posse da terra no município de Batayporã e o momento em que a luta se concretiza e ocorre a formação dos assentamentos São Luis, São João e Mercedina.

O terceiro capítulo, “A Cooperação Agrícola nos Assentamentos Rurais”, refere-se a uma reflexão sobre a proposta de cooperação enfocada pela organização do MST em vista do conteúdo desta proposta. Neste capítulo buscamos compreender o olhar tecido pelos assentados e pelo Movimento frente as formas de cooperação.

O quarto capítulo, “As Formas de Organização da Produção nos Assentamentos Rurais em Batayporã/MS”, constitui-se pela caracterização e discussão das formas organizacionais de produção nas áreas pesquisadas, enfatizando origens, desenvolvimento e (re)elaborações. O trabalho de campo, a partir das entrevistas e dos relatos de vida, juntamente com a reflexão a partir dos referenciais teóricos, constituíram o fio norteador deste capítulo.

Por fim, são apresentadas as considerações finais, em que ocorre um esforço em sintetizar as principais idéias apreendidas neste estudo.

O que se pretendeu neste trabalho não foi necessariamente fornecer elementos novos e inéditos em relação ao que já existe. Antes de tudo, o que se estabeleceu como meta nesta pesquisa foi a preocupação em tentar trazer à discussão elementos oriundos de uma outra forma de olhar para a questão da terra e do trabalho nos assentamentos, baseada na produção teórica já desenvolvida sobre o tema. Espera-se assim contribuir, de alguma maneira, para que o debate avance no sentido de identificar alternativas para que os sem-terra assentados, a partir de sua realidade concreta, possam atualizar seus métodos de ação, suas alianças, construindo relações realmente novas no novo que está sendo gestado continuamente no interior dos assentamentos.

II. A LUTA PELA TERRA NO MATO GROSSO DO SUL

A liberdade da Terra não é assunto de lavradores

A liberdade da Terra é assunto de todos quantos
se alimentam dos frutos da terra.

Do que vive, sobrevive do salário.

Do que não tem casa. Do que só tem o viaduto.

Do que é impedido de ir à escola.

Das meninas e meninos de rua.

Das prostitutas. Dos ameaçados pelo cólera.

Dos que amargam o desemprego.

Dos que recusam a morte do sonho.

Pedro Tierra



II – A LUTA PELA TERRA NO MATO GROSSO DO SUL

Neste capítulo apresentamos algumas considerações a respeito da história da luta e dos conflitos que envolvem o processo de ocupação da terra no Estado de Mato Grosso do Sul. Desse modo, de início, fazemos uma contextualização do problema, apontando para o fato de que o poder político das oligarquias rurais é marca histórica do Estado de Mato Grosso do Sul, situação que gerou um domínio político-econômico até os dias atuais. Domínio este que deu origem a um território monopolizado pela classe dos proprietários de terra, marcado pela concentração fundiária e pela violência desferida àqueles que lutam contra o *status quo*. Deste modo, se há a violência, há também a luta contra ela, pois esse território não está isento da resistência de diversos grupos que lutaram e ainda lutam cotidianamente pela democratização do acesso a terra e por melhores condições de vida e de trabalho.

Por conseguinte, analisamos o cenário de surgimento, a atuação e as estratégias de luta de um Movimento e Organização Social: o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), e das duas organizações sindicais ligadas a luta pela terra e na terra no Estado: a FETAGRI (Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura de Mato Grosso do Sul), e o DETR/CUT-MS (Departamento Estadual dos Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores do Mato Grosso do Sul), pois estes sujeitos sociais têm em comum a luta pela terra como alternativa à expulsão do homem do campo.

E, por fim, a partir das fontes orais e dos questionários, buscamos construir uma análise da luta dos camponeses pela implantação dos assentamentos São Luis, São João e Mercedina, tendo como objetivo compreender os principais fatores que propiciaram a implantação dos mesmos, fatores estes que possibilitaram a recriação da produção camponesa.

2.1 Luta pela Terra no Estado: conflitos e resistência

O Estado de Mato Grosso do Sul (Mapa 01), criado pela Lei Complementar nº. 31, de 11 de outubro de 1977, instalado a 1º de janeiro de 1979, abrange uma extensão territorial de 358.158,70 Km², o que representa 22% da Região Centro-Oeste e 4 % do território nacional. Atualmente encontra-se dividido em 77 municípios, tem como capital Campo Grande e possui, segundo o censo demográfico do IBGE de 2000, uma população de 2.078.001 habitantes, sendo que 1.744.404 correspondem a população urbana (84,06%) e 330.871 a população rural (15,94%).

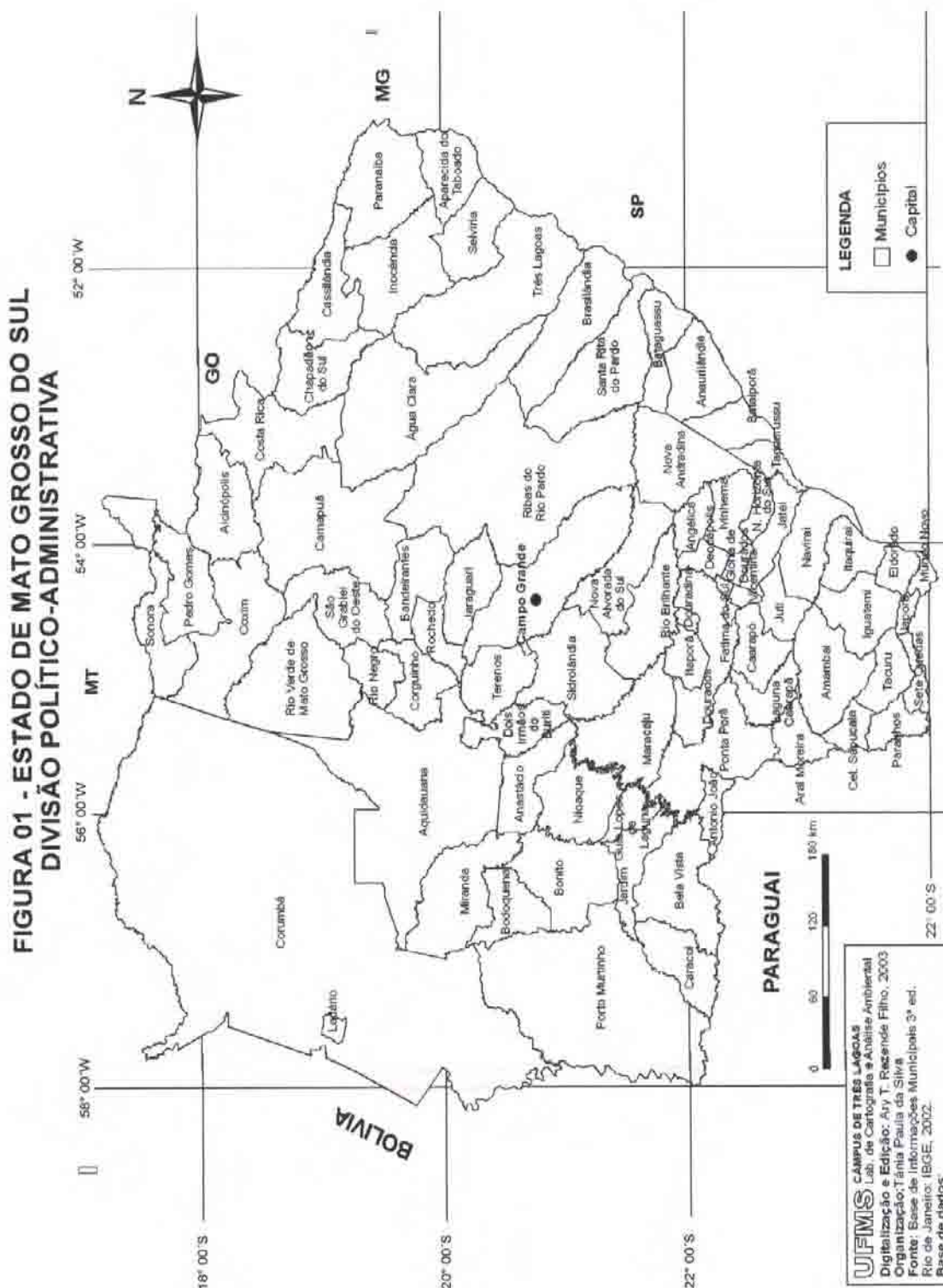
A história da luta pela terra nos campos sul-mato-grossenses, em linhas gerais, é perpassada por sérios conflitos que envolveram, inicialmente, as populações indígenas e, a partir da década de 1950¹⁰, também os diferentes segmentos de trabalhadores rurais sem terra, dentre eles os colonos, peões e os paraguaios. Essa região do país é profundamente marcada por uma colonização conflituosa e liderada por grupos econômicos e políticos que vislumbraram aqui, uma terra próspera e rica, principalmente por suas características naturais, que propiciaram, em tempos mais remotos, a extração de erva-mate nativa e, posteriormente, a criação de gado.

Desse modo, podemos dizer que, a luta pela terra no Estado emerge como modelo de resistência ao desenvolvimento econômico adotado no país. Com o anúncio dos projetos de colonização¹¹ do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e a necessidade de mão-de-obra para o desmatamento de grandes áreas, foram trazidos para o Estado levas de migrantes vindos principalmente do sul e do sudeste. As colonizadoras particulares que adquiriram extensas concessões de terras atraíram pequenos produtores, expulsos de suas regiões pelo processo de “modernização da agricultura¹²”.

¹⁰ Os anos de 1950 se constituem como o início do processo de modernização da agricultura brasileira, caracterizando-se através do desenvolvimento do capitalismo no campo. Porém, cabe ressaltar que é ao longo da década de 1970 que esse processo se expande e consolida. Este fato contribuiu para a expulsão e demissão de grande parcela de trabalhadoras/es que tinham acesso à terra, através da parceria, do arrendamento, entre outras.

¹¹ A colonização no Estado de Mato Grosso do Sul consistiu na distribuição ou venda de terras por parte do governo federal, estadual, municipal ou grupos particulares. O início da colonização no Estado deu-se com o advento do Decreto-lei nº. 5.941, de 28 de outubro de 1943, que criou diversas colônias agrícolas, entre elas a Colônia Agrícola de Dourados.

¹² A “modernização da agricultura” pode ser entendida enquanto um processo de transformação da sua base técnica a partir do emprego intensivo de tecnologia de origem industrial (fertilizantes,



máquinas, defensivos, etc.), em geral de alto custo, destinada à produção de monoculturas para exportação. Esta “modernização” caracterizou-se, ainda, pelo aprofundamento das relações mercantis, por alterações nas relações de produção, com o crescimento do assalariamento temporário, e pela demanda de grandes extensões de terras. Para maiores detalhes sobre a modernização agrícola, vide obras de GRAZIANO DA SILVA (1982) e KAGEYAMA (1987).

Como decorrência desse processo, denominado por José Graziano da Silva (1987) de “*modernização dolorosa*”, a partir da década de 1970, dá-se no Estado a mecanização da monocultura de soja, ocupando as áreas de arrendamento que vinham sendo utilizadas para o cultivo de culturas de subsistência, desalojando milhares de famílias de arrendatários, transformando-os em bóias-frias. O plantio de pastagens para a pecuária também contribuiu para esta situação, visto que, a pecuária extensiva é a atividade econômica tradicional desenvolvida por latifundiários no Estado.

Era a consolidação do modelo desenvolvimentista baseado na monocultura e na produção para a exportação, em detrimento da produção de alimentos básicos para consumo interno, em que o lema dos militares era transformar “Mato Grosso do Sul no novo celeiro do Brasil”, por meio de políticas de crédito agrícolas e dos incentivos fiscais aos grandes latifundiários. Essa política dos militares acreditava que a grande propriedade aliada à modernização era o caminho para o desenvolvimento econômico no campo. Assim formula-se uma política fundiária direcionada apenas para os interesses da classe dominante, desenvolvendo-se sob a égide da concentração de terras, de riqueza e de poder.

A concentração fundiária, dentre outras, ainda permanece no Estado, conforme podemos verificar na Tabela 1, pois 54,6% dos estabelecimentos com menos de 100 hectares ocupam apenas 2,2% da área total; ao passo que os estabelecimentos acima de 1000 ha, que representam 14% controlam 78,4% da área total dos estabelecimentos. As distorções não param aí, pois é possível verificar também, se compararmos a estrutura fundiária do Estado com a do Brasil, que os imóveis rurais no Mato Grosso do Sul têm uma área média de 628,3 ha, o que significa mais de oito vezes a área média dos imóveis do Brasil (73,1 ha).

Tabela 01: Estrutura Fundiária – Brasil e MS – 1995/96

4 Grupo de Classes (ha)	Brasil				Mato Grosso do Sul			
	Nº de Estabelecimentos	%	Área (ha)	%	Nº de Estabelecimentos	%	Área (ha)	%
Menos de 10	2.402.374	49,66	7.882.194	2,24	9.170	18,6	39.681	0,1
10 a menos de 100	1.916.487	39,61	62.693.586	17,73	17.753	36	637.163	2,1
100 a menos de 1000	469.964	9,71	123.541.517	34,93	15.423	31,4	5.992.676	19,4
Acima de 1000	49.358	1,02	159.493.949	45,10	6.902	14	24.273.252	78,4
Total	4.838.183	100	353.611.246	100	49.248	100	30.942.772	100

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995/96.

Org: SILVA, T. P., 2003.

O resultado dessa política de “modernização” ocorrida no campo representou a incorporação de milhares de hectares de terras desbravadas pelos braços dos colonos e arrendatários, ao processo de acumulação capitalista, anexando-as aos domínios dos grandes proprietários vinculados, na sua maioria, às empresas de capital estrangeiro. Em decorrência disso, a concentração fundiária gerou também um processo de expulsão de um enorme contingente de sem-terras¹³ no Estado, uma vez que os grandes proprietários deixaram de produzir gênero alimentícios para se dedicarem a produção de cana-de-açúcar, soja, trigo ou, ainda, à criação de gado de corte, com extensivas pastagens, atividades que exigiam um menor número de trabalhadores.

Houve, assim, um processo de expulsão do homem rural, efetivado neste período da chamada *modernização conservadora*, já que a maioria dos trabalhadores foram negligenciados ao se privilegiar o grande capital e poucos proprietários de terra.

Diante dessa situação, as tensões aumentaram nos campos sul-mato-grossense, a partir do final de 1970 e início de 1980, envolvendo grandes

¹³ “Os sem-terra são camponeses expropriados da terra, ou com pouca terra [...]. São trabalhadores na luta pela reinserção nas condições de trabalho e de reprodução social, das quais foram excluídos, no processo desigual de desenvolvimento do capitalismo. Suas lutas são pela conquista da terra, pela Reforma Agrária e pela transformação da sociedade. Questionam o modelo de desenvolvimento e o sistema de propriedade, lutam contra o modo de produção capitalista e desafiam a legalidade burguesa, em nome da justiça” (MARTINS, 1984, p. 88).

proprietários de terra e os arrendatários, posseiros, trabalhadores assalariados, brasiguaios, etc. Estes camponeses que passam a reivindicar terras no Estado, tendo como suporte de legitimação a mediação oferecida pelos setores progressistas da Igreja católica e luterana, buscam novas oportunidades para retornar à terra, ingressando em movimentos contestatórios e iniciando o processo de ocupação¹⁴ dos latifúndios e, por conseguinte, a formação de acampamentos¹⁵.

Esses sujeitos que compõem a categoria sem-terra - arrendatário, posseiro, assalariado, brasiguaios, entre outros - formam o campesinato brasileiro¹⁶, são homens e mulheres que lutam pela terra, abrindo novos espaços para a democratização da terra e da cidadania, buscando sair da situação de exclusão imposta pelo modelo de desenvolvimento da agricultura. São esses camponeses historicamente excluídos e expropriados que fazem explicitar os conflitos sociais presentes na sociedade brasileira hoje, principalmente quando se procura buscar formas de desconcentrar as terras dominadas pelos latifundiários e pelos grandes grupos econômicos constituídos por empresas nacionais e internacionais.

Deste modo, a partir do início de 1980¹⁷, o movimento dos camponeses arrendatários no sul do Estado, mais especificamente, de Glória de Dourados e Naviraí/MS, com o apoio da Comissão Pastoral da Terra e de alguns sindicatos de trabalhadores rurais, passa a questionar o monopólio da terra e do poder político no Estado e, logo iniciam uma intensa luta de resistência pela permanência na terra. Dito isso, podemos então afirmar que os primeiros sinais de conflitos entre arrendatários e fazendeiros no Estado, evidenciando o problema fundiário, se deram no final de 1979, e relacionam-se com os acontecimentos ligados ao rompimento do contrato de arrendamento nas fazendas Entre Rios, Água Doce e Jequitibá, no município de Naviraí/MS.

¹⁴ A ocupação de terras consiste em uma ação organizada derivada do processo de luta dos movimentos sociais e apresenta-se como um meio de resistência ao processo de expropriação, exploração e recriação do campesinato (FERNANDES, 2000).

¹⁵ O acampamento refere-se a uma das formas de luta do MST, visualizada nos barracos construídos na margem de uma estrada ou dentro de uma fazenda. Portanto, o acampamento é a fase anterior à constituição do assentamento. Segundo Fernandes (1994, p.178), "o acampamento é na sua concretude o espaço de luta e resistência, é quando os trabalhadores partem para o enfrentamento direto com o Estado e com os latifundiários".

¹⁶ O termo campesinato é utilizado enquanto uma forma de organização sócio-econômica que articula produção econômica, organização social fundada nos princípios do trabalho familiar, segundo os clássicos Chayanov (1974), Shanin (1983), Martins (1981) e Oliveira (1992). Logo, estamos partindo do pressuposto que camponês é todo trabalhador que explora uma parcela de terra com a força do trabalho de sua família visando a sua sobrevivência material, social e cultural.

¹⁷ Período de redemocratização da sociedade brasileira e reconquista dos espaços de socialização política.

Nesse ano, conforme dados da CPT (1993), 240 famílias de arrendatários entram na justiça contra os proprietários das fazendas, auxiliados pelo advogado Joaquim das Neves Norte, denunciando as constantes ameaças de agressões e despejo por parte dos fazendeiros e reivindicando a prorrogação dos contratos de arrendamentos, ou seja, a permanência na área por mais três anos. Essa reivindicação tinha como base o Estatuto da Terra.

É, todavia, a partir de 1980 que o conflito rompe os contornos localizados, quando então, em decisão inédita, a justiça dá ganho de causa aos arrendatários da fazenda Jequitibá. A represália por parte do fazendeiro é imediata e fulminante. Não aceitando essa decisão o proprietário manda arrancar as cercas das lavouras e solta cinco mil cabeças de gado nas roças, destruindo as plantações. O conflito aumenta quando os arrendatários exigem indenização pelas lavouras destruídas e, também, quando eles passam a pressionar, juntamente com seu advogado, a desapropriação da área para fins de Reforma Agrária (CPT, 1993).

Em resposta a essa situação, intensificam-se as represálias por parte dos latifundiários, já que houve um aumento da violência e, conseqüentemente, a expulsão/despejo dos arrendatários pelos jagunços a mando dos fazendeiros. Essa situação teve seu estopim no ano de 1981, com o assassinato do advogado que defendia os interesses dos arrendatários, Joaquim das Neves Norte.

Fabrini (1996, p. 82) ao discutir a origem da luta dos sem terra no Mato Grosso do Sul, ressalta que “Este fato acabou desmobilizando a organização dos arrendatários e muitos, temendo o ataque de jagunços, deixaram os lotes [...]. Estava lançada, em Mato Grosso do Sul, a semente da luta e organização dos trabalhadores sem terra”.

Diante disso, as ações de resistência continuaram, a despeito da proposta de implantação do projeto “Guatambu”¹⁸. Nesse período, em decorrência dessa situação de expulsão agravada pela não realização do projeto Guatambu, os camponeses organizaram a primeira grande ocupação de terras no Estado.

A área ocupada pelos camponeses, que estava sob suspeita de ser devoluta, era a fazenda Baunilha, de propriedade de Augusto Bulle, localizada no

¹⁸ Este projeto foi proposto, em 1980, mas não implantado, pelo Governo Estadual de Pedro Pedrossian com a promessa de assistência técnica, econômica e social aos camponeses para que estes permanecessem na terra.

município de Itaquiraí/MS. O processo de ocupação se deu de forma espontânea, sem prévia organização. As famílias que a ocuparam foram entrando e iniciando o desmatamento. A primeira estratégia dessas famílias dentro do acampamento foi a de hastear a bandeira símbolo do projeto “Guatambu”. Essa ação fez com que os latifundiários acusassem o governo estadual de, através do projeto, estar incentivando o processo de ocupação de terras no Estado (CPT, 1993).

Assim, alguns dias após a ocupação, os sem-terra foram retirados da área pela polícia militar do Governo Pedro Pedrossian e despejados na beira da estrada, onde montaram um acampamento, perto do município de Itaquiraí/MS. Além de vivenciarem uma situação precária no acampamento, estavam também sob forte vigilância policial, já que

Como ‘medida de segurança’ a polícia cercou o acampamento com arame farpado e montou um posto policial, impedindo a entrada de ‘pessoas estranhas’ na área. Até mesmo o padre da Paróquia era proibido de celebrar missa no local e quando ia visitar o acampamento era sob escolta policial (CPT, 1993, p. 86).

Diante dessa situação de isolamento, coagidas e sem apoio, as famílias foram aos poucos abandonando o acampamento. Deste modo, após um ano de lutas, poucas foram as que resistiram ao sofrimento e, das mais de oitocentas que ocuparam a fazenda, apenas 64 continuaram resistindo, isto é, que ainda lutavam pela permanência no acampamento. No entanto, estas famílias foram transferidas sucessivamente para várias áreas que não apresentavam perspectivas de sobrevivência, até que em setembro de 1983, após uma proposta elaborada pelo governo através do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e TERRASUL (Departamento de Terras e Colonização de Mato Grosso do Sul) parte delas (59) foi transferida para o projeto Braço Sul, em Colider, no Estado de Mato Grosso.

Se a intenção do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul era eliminar do Estado este grupo de trabalhadores sem-terra, conseguiu, mas não conseguiu eliminar, afogar ou esfriar o conflito pela terra que estava prestes a abrir sua boca, semelhante a um vulcão para cuspir sobre o latifúndio e o Estado (CPT, 1993, p. 89).

Destarte, de acordo com Almeida (2003), as famílias sem-terra, diante das violências sofridas e da omissão do governo perante essa situação, com

a ajuda da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e dos sindicalistas ligados ao sindicato autêntico, passaram a se organizar e a fazer reuniões, iniciando um trabalho de base nas comunidades locais, tendo como objetivo principal organizar as ocupações de terras no Estado.

Este período, envolvendo os anos de 1981 a 1983, foi marcado pela continuação das lutas de resistência pela terra no Estado, já que diversas ações de ocupação aconteceram e foram derivando na formação de vários acampamentos como meio de resistência. Dá-se com isso a criação do MST, que elege as ocupações de terra como seu principal instrumento de luta.

Em 1984, após um intenso trabalho de base, acontece a primeira grande ocupação de terras no Estado, liderada pela CPT e com a participação do MST. A área ocupada foi a Gleba Santa Idalina, localizada no município de Ivinhema/MS. Esta ocupação também foi marcada pela violência e pelos conflitos entre os sem-terra, os latifundiários e o Estado, representado pelo então governo Wilson Barbosa Martins, do PMDB.

Deste modo, cabe destacar que, apesar dos sem-terras não terem conseguido permanecer na área, pois foram violentamente despejados, só *a posteriori* é que foram transferidos para um assentamento¹⁹ provisório denominado de “Padroeira do Brasil” em Nioaque/MS. Foi a partir destas lutas e, principalmente, desta ocupação que o MST se fortaleceu e se consolidou no Estado, organizando outras ocupações e conquistando, por conseguinte, a implantação de um grande número de assentamentos.

Na década de 1990, os trabalhadores sem-terra, organizados pelo MST e pelas duas organizações sindicais, DETR/CUT e FETAGRI, intensificam as ocupações, montando acampamentos em várias áreas do Estado. Essas ações (ocupação e acampamento) apesar de ocorrerem num clima de muito conflito e violência entre os sem-terra, os latifundiários e o Estado²⁰ resultaram na implantação

¹⁹ Assentamento refere-se à área onde os sem-terra serão instalados após a conquista da terra. Cabe lembrar que, o sentido imprimido a palavra assentamento, depende da posição ocupada pelos atores sociais no campo da luta pela Reforma Agrária. Para os movimentos que fazem luta pela terra, um assentamento é sinônimo de *terra conquistada*. Do ponto de vista do Estado, o termo indica uma área de terra destinada a um conjunto de famílias sem-terra como forma de solucionar um problema fundiário, ou seja, um espaço oriundo a partir de uma política pública. No caso brasileiro, tais processos têm se efetivado em grande parte, pela pressão constante exercida pelos movimentos sociais do campo sobre as esferas do Estado para o cumprimento das suas reivindicações. (CALDART, 2000).

²⁰ “A forma encontrada pelo governo eleito em 1991, Pedro Pedrossian, de reprimir e intimidar os trabalhadores rurais foi a violência institucionalizada. O Mato Grosso do Sul foi o Estado da federação

de um número expressivo de assentamentos rurais, o que possibilitou o retorno de centenas de famílias para o campo.

Almeida (2003), analisando a evolução da luta pela terra no Mato Grosso do Sul divide a implantação dos assentamentos no Estado em 04 fases distintas:

A primeira fase que marca o início da luta pela terra no Estado compreende ao período de 1980-1985 e representou a conquista de seis assentamentos realizados pelo governo federal e estadual. [...].

A segunda fase (1986-1990) corresponde à implantação do PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária). Esta fase é identificada pela crescente expectativa de acesso a terra por parte dos trabalhadores rurais sul-mato-grossenses, bem como dos brasiguaios, [...]. Neste período foram 16 assentamentos implantados.

O terceiro período (1991-1995) foi para os trabalhadores rurais o mais trágico. A política de assentamentos foi reduzida no Estado, apenas seis novos projetos foram implantados e as ocupações de terra combatidas sistematicamente.

O último período estudado é o de 1996-2000, o qual representa a retomada da luta pela terra e da conquista dos assentamentos. No período, foram criados 67 projetos, totalizando 97 assentamentos [...]. (ALMEIDA, 2003, p.130 a 138).

Diante do exposto, podemos dizer que através da luta os trabalhadores sem-terra foram gradativamente conquistando a implantação dos assentamentos no Estado. Todavia, esse processo foi sempre marcado pela resistência e pelos conflitos entre camponeses, latifundiários e os órgãos governamentais.

Assim sendo, podemos afirmar que a origem dos conflitos ligados à luta pela terra no Mato Grosso do Sul é antiga, e teve início com os projetos de colonização do Estado. Esta colonização, implantada e priorizada pelo Estado, encontra-se atrelada ao processo de concentração fundiária e a desigual distribuição da terra. Portanto, esses processos são a principal razão da presença e existência de uma massa de camponeses sem-terra no Estado.

Em relação a colonização como mecanismo manipulador da Reforma Agrária, uma vez que a mesma foi imposta pelos governos militares como

que teve o maior número de trabalhadores rurais presos, pois foram 74 homens e mulheres presos no período de 1991-1992 e mais 18 trabalhadores rurais com mandato judicial de prisão preventiva. Assim, de um lado, o governo incriminava os camponeses e, de outro, incentivava a 'modernização' agrícola nos campos sul-mato-grossenses, por meio dos seguintes programas de governo: Novilho Precoce; Fronteiras do Futuro; e, Terra Viva" (ALMEIDA, 2003, p.135).

forma de controlar a questão agrária sem fazer a Reforma Agrária, Oliveira (2001, p.142) analisando a colonização e a recriação capitalista dos camponeses no Brasil comenta que: “A colonização no Brasil tem se constituído, historicamente, na alternativa escolhida pelas classes dominantes do país para evitar, simultaneamente, a necessária reforma estrutural do campo e suprir-se de força de trabalho para seus projetos na fronteira”.

Em síntese, podemos dizer que o processo de luta pela terra no Estado e, conseqüentemente, a implantação de assentamentos rurais, é histórica, pois é fruto da resistência dos trabalhadores rurais a uma formação territorial centralizada nos interesses concentracionistas e exploratórios das grandes empresas e dos grandes latifundiários, atreladas ainda à posição dos governos que, historicamente, representaram estes poderes.

Isto posto, é necessário esclarecer que atualmente, mesmo tendo como governador do Estado um candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), José Orcírio Miranda dos Santos, o controle político exercido pelos latifundiários ainda permanece. E isso se deve ao fato de haver em todas as esferas políticas do Estado representantes das tradicionais oligarquias rurais. Esta situação, em parte, explica as dificuldades que o Governo do Estado tem em implementar ações em benefício dos *pobres da terra*²¹. Já que, a ação política do atual governo do Estado para o campo tem se dado apenas no sentido de “viabilizar os assentamentos criados pelo governo federal, mediante parceria na assistência técnica, na construção de casas, no fornecimento de sementes, na perfuração de poços, nas aberturas de estradas, no programa de cesta básica e na implantação de agroindústrias” (ALMEIDA, 2003, p. 144).

Enfim, no Estado de Mato Grosso do Sul, a luta dos trabalhadores frente à incessante exploração, expropriação e violência, desencadeada pelos latifundiários, empresas e grupos econômicos, tem sido travada por inúmeras famílias camponesas, que lutam pela terra e contra o *status quo*, encontrando-se organizadas no âmbito do Movimento Social e Movimento Sindical: MST, FETAGRI e CUT. Nesse sentido, direcionaremos nossas atenções para a análise da gênese e desenvolvimento desses movimentos, enfocando seus princípios, objetivos e suas estratégias de luta no Estado. Essa análise será efetuada de forma breve, pois

²¹ Expressão utilizada por MARTINS, José de Souza. **Reforma Agrária e o Impossível Diálogo**. São Paulo: Edusp, 2000.

avaliamos que tal temática, se vista de modo aprofundado, merecia um estudo específico e detalhado, dada a amplitude das ocupações de terra e as mobilizações que ocorrem no dia-a-dia do Estado, o que não é o objeto central de nossa pesquisa.

2.2 A Formação do MST no Estado e a Territorialização da Luta²²

Partindo da premissa de que para se evidenciar um movimento social popular põe-se a necessidade de explicitá-lo, fomos em busca dos componentes necessários para entendermos a formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Estado de Mato Grosso do Sul.

Deste modo, verificamos que o MST nestes 20 anos de luta encontra-se territorializado em 23 dos 27 Estados brasileiros. No Estado de Mato Grosso do Sul, o MST também tem sua origem nas ações de resistência e ocupações de latifúndios como forma de contestação da estrutura agrária e de poder concentradas na oligarquia.

Conforme já dissemos anteriormente, esta concentração fundiária existente no Estado, originada no processo de ocupação e colonização da região, começa a ser mais efetivamente questionada por parte dos trabalhadores rurais sem terra, no início da década de 1980, através da luta pela resistência na terra do movimento dos camponeses arrendatários no sul do Estado, mais especificamente, em Glória de Dourados e Naviraí/MS.

Neste contexto, começa a haver o retorno de inúmeras famílias de brasileiros que ocupavam terras no Paraguai, os denominados "brasiguaios"²³, reivindicando assentamento no solo sul-mato-grossense. Conseqüentemente, as lutas se avolumaram, surgindo várias ocupações de latifúndios por trabalhadores, forçando o Governo a intervir na reordenação de terras no Estado para tentar reduzir as tensões sociais.

²² Não é nosso objetivo descrever minuciosamente o processo de formação e consolidação do MST no Mato Grosso do Sul. Deste modo, apresentaremos (de forma sucinta) alguns elementos que nos possibilitem fazer uma reflexão sobre as condições concretas referentes a sua gênese no Estado.

²³ O movimento de retorno e luta pela terra dos brasileiros que moravam e trabalhavam no Paraguai, os brasiguaios, teve início na década de 80, atingindo o seu auge, em 1985, quando 950 famílias acamparam de forma organizada na praça de Mundo Novo/MS. Fruto desse acampamento surge então o assentamento Novo Horizonte e deflagra-se a discussão da questão dos "brasiguaios". Sobre a organização e luta dos brasiguaios no Mato Grosso do Sul ver BATISTA, Luiz Carlos. **Brasiguaios na Fronteira: Caminhos e Lutas pela Liberdade**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 1990.

Portanto, apesar de já haver mobilizações²⁴ de luta e resistência pela terra no Estado e dos sem-terra organizados no Mato Grosso do Sul terem participado da fundação do MST em Cascavel/PR²⁵, consideramos o ano de 1984 como o marco inicial de formação do MST no Estado de Mato Grosso do Sul, com a histórica ocupação da Gleba Santa Idalina, localizada no município de Ivinhema/MS.

A ocupação da Gleba Santa Idalina, latifúndio de 18 mil hectares de propriedade do grupo SOMECO (Sociedade de Melhoramentos e Colonização) e que contou com a participação de oito mil famílias foi resultado de mais um encontro realizado na busca da construção de estratégias de luta pela terra no Estado, conforme ressalta a CPT (1993, p. 38):

O Encontro de Estudo sobre a Reforma Agrária, realizado em Fátima do Sul no mês de março de 1984, com assessoria de João Pedro e Miguel Presburger da CPT nacional, veio ser um fator importante na mudança de luta dos sem-terras. [...] É neste contexto que se fala que uma das formas de se fazer Reforma Agrária é fazendo ocupações de terra, porque é uma maneira mais fácil de organização e taticamente representa um ataque aos inimigos. De fato, percebendo que todo trabalho de troca de correspondências e negociações entre o governo e os sem-terra não havia dado resultado, optam pelo caminho da ocupação. E no dia 28 de abril de 1984 ocupam a fazenda Santa Idalina em Ivinhema [...].

É necessário enfatizar que a ocupação da Gleba Santa Idalina foi uma das primeiras ações do Movimento²⁶ no Estado. Devido a forte resistência enfrentada pelos trabalhadores, esse Movimento teve repercussão nacional juntamente com o acampamento Encruzilhada Natalino, ocorrido no sul do país, no início da década de 1980. (MST, 1989).

Essa ocupação ocorreu num momento em que o Movimento ainda recebia forte apoio/colaboração da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Lembrando que, o MST teve como base para o seu surgimento, no Mato Grosso do Sul e nos demais Estados, o trabalho já desenvolvido pelos setores progressistas da Igreja Católica, através da atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), criada em 1975,

²⁴ Podemos citar como exemplo dessas mobilizações de luta e resistência no Estado, um evento realizado pelos trabalhadores rurais sem-terra no ano de 1982, em Glória de Dourados/MS, encontro este que teve como resultado a criação da “Comissão Estadual dos Sem Terra”.

²⁵ Stédile e Fernandes (1999), citam o Estado de Mato Grosso do Sul como marco na memória do processo de gestação do MST e evidenciam como emblema da luta pela terra no Estado os conflitos vivenciados em Naviraí/MS.

²⁶ Quando usar a palavra Movimento (com Maiúscula), estaremos nos referindo ao MST.

para apoiar as lutas dos trabalhadores do campo, conforme ressalta Fernandes (2000, p. 49-50):

Um fator essencial que contribuiu para o desenvolvimento e crescimento da luta foi a participação da Igreja Católica, por meio da Comissão Pastoral da Terra. A CPT foi a articuladora das diferentes experiências que construíram uma nova realidade no campo. [...] as Comunidades Eclesiais de Base foram os espaços de socialização política que permitiram a recriação da organização camponesa.

No entanto, esta situação muda no final de 1986, quando ocorre uma ruptura do MST com a CPT, situação que culmina com a busca de autonomia por parte do Movimento. Esse processo de ruptura já se delineava em âmbito nacional, com a realização, em 1985, do Primeiro Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, efetivando-se com a vinda de um dos membros da Direção Nacional do Movimento para o Estado. Esta liderança nacional era Darci Domingos Zehn, que veio para o Mato Grosso do Sul, juntamente com sua esposa, para liderar a ocupação da fazenda Itasul, em 1989, no município de Itaquiraí/MS (CPT, 1993).

A partir desse momento, de discordância de concepções de luta, o distanciamento entre o MST e a CPT, no Estado, torna-se mais acirrado. O Movimento e a CPT passam a encaminhar suas lutas separadamente, ambos constituindo novos caminhos.

Torrens (1994, p.153), ao analisar as divergências e, conseqüentemente, a ruptura entre o Movimento e a CPT, no cenário nacional, afirma que:

Ao se romperem importantes elos da articulação política entre os mediadores, em função das diferenciações que foram sendo gestadas nas concepções e práticas dessas forças sociais, o MST passou a disputar abertamente com os STRs e a CPT, fundamentalmente, o capital político acumulado nesses anos de luta. Em seus confrontos com as direções sindicais e pastorais, o que está em jogo é uma diversidade de visões a respeito de como melhor organizar os camponeses sem terra, da formulação de uma estratégia global de condução dessa luta e de enfrentamento com o Estado, bem como de métodos de ação a serem empregados e da eficácia política atual de suas formas de luta. Trata-se, essencialmente, de uma disputa travada no cotidiano da luta social pela terra para definir quem possui mais legitimidade para se tornar porta-voz da representação dos sem-terra.

Dessa forma, a partir da década de 1990, a CPT/MS passa a dirigir sua prática, preferencialmente, para os assentamentos, ou seja, ela passa a apoiar os trabalhadores rurais já assentados em projetos oficiais de Reforma Agrária, priorizando assim a luta na terra²⁷, enquanto o MST busca atuar na organização dos trabalhadores sem terra de forma mais ampla. Procurando articular a luta contra os latifundiários, ou seja, a luta pela terra com a luta na terra através do desenvolvimento de trabalhos de resistência nos assentamentos, o MST incorpora iniciativas voltadas para a organização da produção, através da construção de cooperativas e sistemas de cooperação, tanto na esfera estadual, como na nacional.

Entretanto, Fernandes (2000) destaca que embora essa ruptura fosse necessária, ela enfraqueceu o MST. Já que, somente dois anos depois, após um longo trabalho de base e de intensas mobilizações, como os atos públicos, as marchas e ocupações de prédios públicos, foi que o Movimento conseguiu retomar a luta pela terra no Estado.

Analisando a história do MST no Mato Grosso do Sul, Dellazeri (1993, p. 41) ressalta que:

De 1987 e 1988, o trabalho do Movimento no MS, basicamente, ficou reduzido à cursos de formação política nos assentamentos, especialmente na Padroeira do Brasil. Mas foram anos de intensas mobilizações. O Movimento participa da Caravana dos Rurais a Brasília, Anistia das Dívidas dos Agricultores. No MS organizam uma grande passeata, em Ivinhema, bloqueios de rodovias.

Deste modo, em 1989, o Movimento, agora independente e mais organizado, planeja e conduz, quase que exclusivamente²⁸, a ocupação da fazenda Itasul, situada no município de Itaquiraí, hoje denominado assentamento Indaiá.

Na verdade, depois de Santa Idalina, esta foi a segunda grande ocupação realizada pelos sem-terra no Mato Grosso do Sul com a grande diferença que esta deu certo. [...]. De fato esta ocupação foi

²⁷ Segundo Carvalho (1998), no Mato Grosso do Sul, entre os anos de 1989 a 1996 foram constituídas sob a iniciativa e assessoria da CPT, diversas organizações sociais com o objetivo de encontrar soluções políticas, econômicas e organizacionais para as famílias de assentados inseridas nos projetos de reforma agrária.

²⁸ Segundo dados da CPT (1993), a ocupação da fazenda Itasul foi planejada, organizada e executada unicamente pelo MST. A CPT, não foi convidada para colaborar e não teve, por conseguinte, nenhuma atuação na ocupação da fazenda mantendo-se completamente fora deste processo. Todavia, de acordo com Fernandes (2000, p. 153), “Nessa ocupação, os sem-terra receberam apoio da Central Única dos Trabalhadores, dos Sindicatos dos Bancários e dos Professores do Estado”.

muito bem planejada e principalmente porque foi realizada numa área que tinha um processo de desapropriação em andamento, além de receber um apoio declarado do Prefeito de Itaquiraí e da população urbana. [...]. A ocupação de Itasul foi uma derrota para o Estado e a vitória dos trabalhadores (CPT, 1993, p.125-126).

Esta conquista foi mais um ponto de partida da luta pela terra e pela Reforma Agrária no Estado. Logo que, a partir dela e, por conseguinte, de uma maior articulação do Movimento com os trabalhadores por meio da realização de reuniões, assembléias e atos públicos, este se territorializou²⁹ no Estado organizando outras ocupações e, conquistando posteriormente, a legalização das terras ocupadas, através da implantação dos assentamentos rurais.

No segundo semestre de 1989, o MST realizou três ocupações com a participação de mil e cem famílias, nos municípios de Itaquiraí, Jateí e Batayporã, nas regiões Sudoeste e Leste. Enfrentando a polícia e pistoleiros, as famílias foram despejadas e acamparam nas margens das rodovias. Em março de 1990, o MST ocupou outro latifúndio no município de Anastácio, na região Pantaneiros Sul-Mato-Grossense. No final de 1990, mil e trezentas famílias organizadas pelo MST estavam acampadas e pressionavam o governo estadual e o Incra para a desapropriação dos latifúndios que foram ocupados. Desde a ocupação da Santa Idalina, em 1984, os sem-terra construíram o MST, transformando-o numa importante organização dos sem-terra. O Movimento constituiu seus principais setores, os trabalhadores conquistaram autonomia política e consolidaram o MST-MS (FERNANDES, 2000, p. 153).

Esse processo de territorialização do Movimento, não só no Estado de Mato Grosso do Sul, mas em âmbito nacional, é o que o diferencia de outros movimentos e organizações e, segundo Almeida (2003, p. 148-149), se revela basicamente nas seguintes formas de luta:

- Ocupação/Despejo/Acampamento: de forma geral, a Direção Estadual faz o levantamento da matrícula dos imóveis da região com indícios de devolutividade e também de improdutividade, em seguida, os dados são repassados aos setores, para que seja feita a vistoria,

²⁹ “A territorialização é o processo de conquista da terra. Cada assentamento é um território que passa a ser trabalhado pelos Sem-Terra. O assentamento é o território dos sem terra. A luta pela terra leva a territorialização porque ao conquistar um assentamento, abrem-se as perspectivas para a conquista de um novo assentamento. Se cada assentamento é uma fração do território conquistado, a esse conjunto de conquistas chamamos de territorialização. Assim, a cada assentamento que o MST conquista, ele se territorializa. E é exatamente isto que diferencia o MST dos outros movimentos sociais. Quando a luta acaba na conquista da terra, não existe territorialização. [...]”. (FERNANDES, 1998, p.33).

isto é, a verificação em *locus*. Por outro lado, um grupo de militantes, geralmente o setor da Frente de Massa, percorre a região, contactando trabalhadores rurais sem-terra. O passo seguinte é organizá-los em grupo, visando à criação de um espaço de diálogo a fim de prepará-los para as ações de ocupação.

Após uma ação de despejo pela qual as famílias, na maioria das vezes, ficam as margens das rodovias ou próximas de alguma cidade, a orientação a ser seguida é a seguinte: manter as famílias em grupo com seu respectivo coordenador e imediatamente escolher, através de assembléia, um membro de cada grupo para formar a coordenação geral do acampamento e este irá então organizar as equipes de trabalho, a saber: finanças, educação, saúde e higiene, animação, segurança, etc.

- Ocupação de órgãos públicos: o principal objetivo desta ação é criar um fato político, às vezes, elas são realizadas de forma articulada envolvendo vários Estados simultaneamente.

- Caminhadas, Passeatas e Atos Públicos: estas ações objetivam consolidar a aliança campo-cidade e ganhar apoio da sociedade. Como exemplo, citamos a realização, em 2001, de uma marcha - foram 32 dias percorrendo 470 KM entre Baytaporã e Campo Grande - reivindicando a agilização na Reforma Agrária no Mato Grosso do Sul; o combate aos alimentos transgênicos; o incentivo ao crédito agrícola, e, também, lembrando o Dia Internacional da Luta Camponesa (14/04) (*sic*) e o massacre de 19 trabalhadores rurais em Eldorado dos Carajás/PA, a cinco anos atrás.

- Recuperação de Alimentos: ação que visa matar a fome dos acampados e aumentar a pressão ao Governo. Ela é feita contra caminhões que transportam alimentos e trafegam nas rodovias próximas aos acampamentos. Em 1990, foi realizada a primeira ação de recuperação de alimentos pelo MST no Mato Grosso do Sul.

- Obstrução de Rodovias: é uma atividade de impacto, visando freqüentemente obter a solução imediata para determinada solicitação como, por exemplo, a libertação de trabalhadores rurais presos. Geralmente, são escolhidas rodovias de tráfico intenso.

Essas formas de luta empregadas pelo MST, dentre outros movimentos, visam criar fatos políticos que obriguem o Estado a interferir na estrutura agrária, promovendo desapropriações de terra para o assentamento daqueles que dessas ações participam. Desse modo, cabe ressaltar que, o repertório de ações empregadas inscreve-se dentro de orientações estratégicas que são produzidas pelo Movimento de acordo com as situações presentes em determinadas conjunturas políticas e ou momentos históricos. De qualquer forma, elas envolvem aprendizados e se valem do acúmulo histórico obtido em momentos anteriores que podem ser adaptados a novas situações, ou ainda originar formas inteiramente novas produzindo novas sínteses e saltos qualitativos nas suas lutas (CALDART, 2000).

Assim sendo, entendemos que o Movimento luta e reivindica não somente pelo acesso a terra, mas às condições econômicas, políticas, culturais e sociais para a permanência nela, para a superação da situação de exclusão na qual se encontram esses trabalhadores do campo. Desse modo, o MST tem como bandeira de enfrentamento “[...] este modelo excludente e concentracionista de renda, de terra e de capital, adotado na economia brasileira e na agropecuária, que se ancora na cultura latifundista quinhentista e que conta, historicamente, com o beneplácito do Estado” (THOMAZ JR., 2002, p. 01).

Contribuindo para esta afirmativa destacamos também Fernandes (1996, p. 06) quando escreve que para o Movimento “[...] o fato dos camponeses não terem entrado na terra até os dias de hoje é político. É a forma estratégica de como o capital se apropriou e se apropria do território. Portanto, as lutas pela terra e pela Reforma Agrária³⁰ são antes de tudo, a luta contra o capital”.

Os resultados dessas formas de luta e enfrentamento que o MST desenvolveu ao longo da sua história, pela conquista da *terra de trabalho versus a terra de negócio e de exploração*³¹, estão nos projetos de assentamentos implantados pelo Governo. Disso se depreende que os assentamentos rurais implantados em Mato Grosso do Sul, e no Brasil, de forma geral, não são fruto de uma estratégia inscrita dentro da agenda do governo federal, mas sim da pressão promovida pelos movimentos sociais do campo através das ocupações de terras.

Desse modo, podemos afirmar que os resultados dessa luta dos sem-terra, quer do MST, da FETAGRI ou da CUT, contra as cercas do latifúndio no Mato Grosso do Sul já podem ser visualizados nos números que marcam a conquista da terra. Nesse sentido, conforme os dados apresentados na Tabela 02, até o ano de 2003, por meio das ocupações de terra foram conquistados 105 assentamentos rurais, localizados em diversos municípios do Estado, numa área

³⁰ FERNANDES (1998, p. 57), diferencia “a luta pela terra da luta pela Reforma Agrária, porque a primeira acontece independentemente da segunda. Todavia as duas são interativas. Um movimento social pode desenvolver a luta pela terra sem a existência de um projeto de Reforma Agrária. A luta pela Reforma Agrária é uma luta mais ampla, de toda a sociedade. A luta pela terra é mais específica, desenvolvida pelos sujeitos interessados. A luta pela Reforma Agrária contém a luta pela terra. A luta pela terra promove a luta pela Reforma Agrária”.

³¹ Utilizamos a distinção de terra de trabalho e terra de negócio conforme MARTINS (1991, p. 55), para quem: “[...] quando o capital se apropria da terra, esta se transforma em terra de negócio, em terra de exploração do trabalho alheio; quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em terra de trabalho. São regimes distintos de propriedade, em aberto conflito um com o outro [...]”.

total correspondente a 425.926,1900 hectares desapropriados e 15.724 famílias assentadas.

Tabela 02 - Mato Grosso do Sul: número total de assentamentos rurais (1980/2003)

Assentamento		Município	Nº. de Famílias	Área (ha)
Tamarineiro I	01	Corumbá	134	3.812,1735
Padroeira do Brasil	02	Nioaque	243	2.500,0000
Canaã	03	Bodoquena	235	4.360,0000
Retirada da Laguna	04	Guia Lopes da Laguna	90	2.163,9709
Sucuriú	05	Chapadão do Sul	239	15.978,3376
Nioaque	06	Nioaque	371	10.587,4535
Urucum	07	Corumbá	87	1.962,4549
Guaicurus	08	Bonito	129	2.772,3164
Novo Horizonte	09	Novo Horizonte do Sul	757	16.580,3788
Nova Esperança	10	Jateí	113	2.757,0121
Ita	11	Bela Vista	47	1.503,9075
São José do Jatobá	12	Paranhos	136	2.530,9273
Marcos Freire	13	2 Irmãos Buriti/Anastácio	187	5.269,9403
Campo Verde	14	Terenos	61	1.918,5467
Mato Grande	15	Corumbá	50	1.264,3543
Colônia Nova	16	Nioaque	88	1.314,1489
Casa Verde	17	Nova Andradina	471	29.879,9889
Pedreira	18	Ribas do Rio Pardo	10	87,9214
Monjolinho	19	Anastácio	285	9.525,2207
Capão Bonito	20	Sidrolândia	133	2.585,3984
Indaiá	21	Itaquiraí	633	7.340,6719
Taquaral	22	Corumbá	394	10.013,9698
Sumatra	23	Bodoquena	149	4.719,8113
São Manoel	24	Anastácio	147	4.321,0281
São Luiz	25	Batayporã	114	1.599,6128
Tamarineiro II	26	Corumbá	319	10.621,0775
Santa Rita do Pardo	27	Santa Rita do Pardo	47	1.482,1449
Carlos R. S. Melo	28	Sonora	204	6.253,1888
Paiozinho	29	Corumbá	70	1.196,7523
São João	30	Batayporã	58	856,1606
Mutum	31	Ribas/Sta. Rita/Brasilândia	340	15.831,6943
Mercedina	32	Batayporã	56	803,2433
Andalucia	33	Nioaque	166	4.815,1088
Sul Bonito	34	Itaquiraí	421	6.375,9385
Tupanceretan	35	Bela Vista	81	2.546,4421
Patagônia	36	Terenos	128	3.502,8887
Nova Alvorada	37	Nova Alvorada do Sul	86	3.000,8266
Corona	38	Ponta Porã	58	1.095,8569
Campina	39	Bodoquena	76	2.408,8339
Capão Bonito II	40	Sidrolândia	308	8.231,4968
Floresta Branca	41	Eldorado	185	4.980,9931
Lagoa Grande	42	Dourados	151	4.071,4428
Primavera	43	Jaraguari	71	2.535,1451
Campanário	44	São Gabriel D'Oeste	132	2.851,0325

Nova Querência	45	Terenos	157	3.864,6132
Santa Clara	46	Bataguassu	156	4.353,3284
Serra	47	Paranaíba	116	2.986,0267
Triângulo	48	Rio Brilhante	50	927,1312
Santa Guilhermina	49	Maracajú/Nioaque	224	7.994,7290
Amparo	50	Dourados	67	1.126,8933
Paraíso	51	Terenos	98	3.308,4025
Tupambaê	52	Miranda	130	1.869,6828
Guaçu	53	Itaquiraí	134	2.678,9794
Santa Rosa	54	Itaquiraí	200	4.048,1606
Palmeira	55	Nioaque	112	4.172,7154
Córrego Dourado	56	Santa Rita do Pardo	49	1.399,9700
Montana	57	Bataguassu	70	1.567,7738
Taquara	58	Rio Brilhante	67	1.550,2765
Caracol	59	Bela Vista	152	6.326,5804
Fortuna	60	Rio Brilhante	108	2.383,1961
Aldeia	61	Bataguassu	217	10.718,2345
Santa Amélia	62	2 Irmãos do Buriti	74	2.029,8995
Rio Feio	63	Guia Lopes da Laguna	72	2.344,7747
São Judas	64	Rio Brilhante	187	4.155,3658
72	65	Ladário	85	2.343,4143
Santa Paula	66	Bataguassu	89	590,0000
Santa Catarina	67	Aral Moreira	78	1.958,6037
Tamakavi	68	Itaquiraí	120	3.383,5670
Santa Lúcia	69	Bonito	36	1.026,7440
Bandeirantes	70	Miranda	45	2.033,4466
Pam	71	Nova Alvorada do Sul	115	5.029,9237
Savana	72	Japorã	212	5.674,7702
Boa Sorte	73	Itaquiraí	65	1.498,0306
Boa Esperança	74	Nioaque	126	3.945,5065
Uirapuru	75	Nioaque	290	7.067,8847
São Pedro	76	Sidrolândia	295	8.592,2341
N. Sra. Auxiliadora	77	Iguatemi	252	8.707,5818
São Sebastião	78	Ivinhema	100	2.967,6652
São Cristóvão	79	Paranhos	34	947,8198
Conquista	80	Campo Grande	64	1.557,9073
Bonsucesso	81	Rio Brilhante	27	664,7972
Fortaleza	82	Rio Brilhante	14	384,9028
Vista Alegre	83	Sidrolândia	49	1.030,8248
Boa Vista	84	Ponta Porá	50	2.165,2940
Vacaria	85	Sidrolândia	48	1.067,0000
Santa Irene	86	Anaurilândia	77	2.473,2570
Santa Renata	87	Tacuru	35	960,3712
Gibóia	88	Sidrolândia	263	7.877,7365
Indianópolis	89	Japorã	65	1.758,4500
Nova Era	90	Ponta Porã	105	2.848,1074
Guardinha	91	Jardim	36	980,0000
Mambaré	92	Mundo Novo	72	1.948,6004
Cantagalo	93	Maracajú	60	1.250,0271
N. Sra. Do Carmo	94	Caarapó	44	1.201,1558
Dorcelina Folador	95	Ponta Porã	270	8.118,3095
São Tomé	96	Santa R.Pardo	110	2.870,4530
Terra Solidária	97	Sidrolândia	38	1.285,000

Pontal do Faia	98	Três Lagoas	45	1.458,5000
Margarida Alves	99	Rio Brilhante	120	3.429,1890
Itamarati	100	Ponta Porã	1.145	25.508,000
Gerado Garcia	101	Sidrolândia	181	5.775,213
Aliança	102	Itaquiraí	38	1.101,6902
Lua Branca	103	Itaquiraí	124	2.425,3962
Santa Terezinha	104	Sidrolândia	64	1.537,9131
Valinhos	105	Maracaju	86	2.033,8089
TOTAL	105		15.724	425.926,1900

Fonte: INCRA-MS, MST; FETAGRI/MS; DETR-CUT/MS. Dados atualizados até 2003.

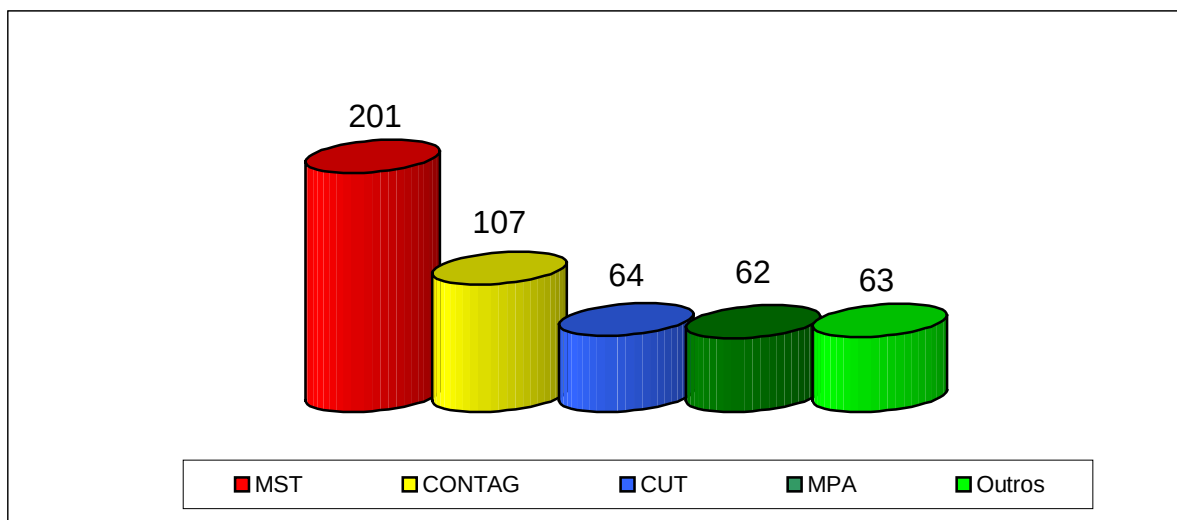
Org.: SILVA, T. P., 2003.

No entanto, cabe lembrar que só implantar os assentamentos não é suficiente, é necessário desenvolver políticas agrícolas para fortalecer os camponeses assentados, viabilizá-los economicamente, já que a maior parte destes assentamentos ainda continua sem as condições necessárias para plantio, colheita, moradia e acesso aos equipamentos e serviços básicos como saúde, educação, transporte, entre outros. Pois,

Os Sem-Terra não querem apenas o ato passivo da entrega de um título de propriedade. Querem o papel seguido de políticas agrícolas especialmente planejadas para eles e suas organizações. Querem créditos, assistência técnica e toda infra-estrutura necessária para deixar de ser milhões de trabalhadores excluídos, para se tornarem verdadeiros cidadãos (MST, 1996, p. 16).

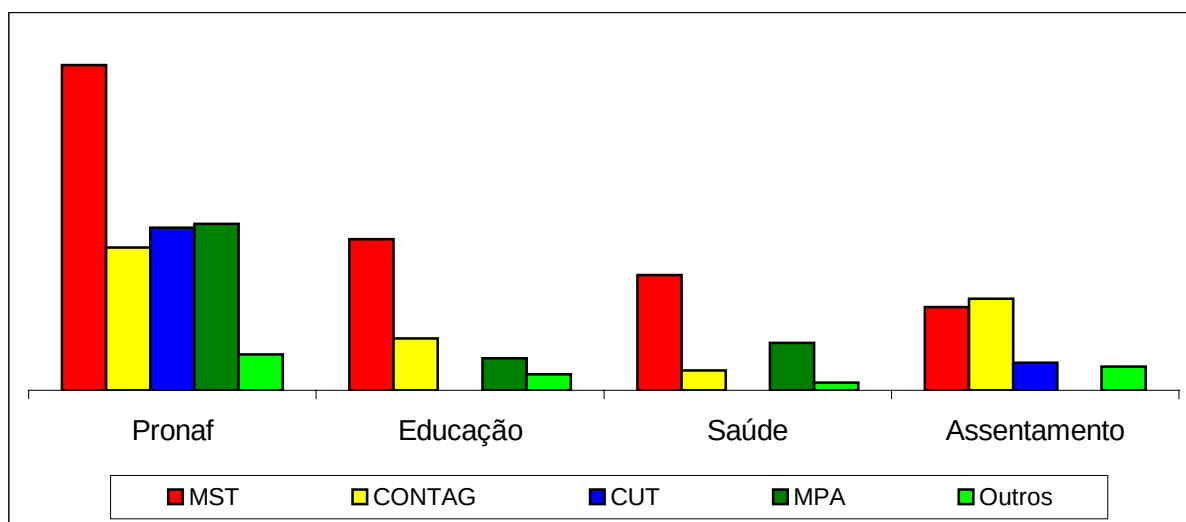
Neste sentido, o Movimento assume papel de destaque, pressionando o governo para que este não apenas distribua terra, mas crie condições para que o assentamento se desenvolva. Isso pode ser percebido nos Gráficos 01 e 02, que evidenciam a presença hegemônica do MST nas manifestações e suas principais reivindicações, com destaque para a luta por créditos e educação.

Gráfico 01: Atuação dos Movimentos Sociais nas Manifestações/2000-BR



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário e Ouvidoria Agrária Nacional/2001.
Org.: ALMEIDA, R.A., 2003.

Gráfico 02: Principais Reivindicações por Movimento Social/ 2000



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário e Ouvidoria Agrária Nacional/2001.
Org.: ALMEIDA, R.A., 2003.

Atualmente, o MST, conta com 1.930 famílias organizadas em 19 assentamentos³² concentrados basicamente no Sudoeste, Sul e Centro Norte do Estado. Sua principal forma de atuação junto aos assentamentos no Estado se dá por meio dos grupos coletivos e das Cooperativas COPAC; COPAV e COOPRESUL. (ALMEIDA, 2003).

³² Cumpre ressaltar que em alguns casos não se trata de todo o assentamento, mas de grupos organizados. Por conseguinte, nestes casos, a coordenação do assentamento aparece como mista.

É importante ressaltar que o crescente número de assentamentos conquistados pelo MST no Estado, principalmente no ano de 1998, é resultado da intensificação das lutas dos sem-terra por meio de ocupações de terras; acampamentos; protestos com ocupações de prédios públicos; etc. Cabe observar também que o desenvolvimento dessas ações no campo brasileiro não se dá de forma pacífica, logo que:

[...] a violência e a truculência adotadas pelas classes dominantes e pelo próprio Estado sustentam marcas indeléveis, tanto no que se refere aos assassinatos, quanto às perseguições e desaparecimentos de trabalhadores [...], dirigentes sindicais e militantes dos diversos movimentos sociais envolvidos na luta pelo acesso à terra e resistências nela (THOMAZ JR., 2002, p. 02).

Portanto, a conquista e implantação desses assentamentos não devem ser explicadas como um reflexo da política agrária do Estado, visto que, como já mencionado anteriormente, as políticas governamentais relacionadas à Reforma Agrária nunca foram prioridade dos governos de Mato Grosso do Sul, e nem do Governo Federal. Ao contrário, as intervenções do Governo nas áreas de conflitos de terra, têm sido mais para preservar a propriedade particular e conter os movimentos sociais, inclusive utilizando-se do aparato policial e jurídico, do que para solucionar os problemas que afligem os sem-terra.

Como temos enfatizado, esta implantação de assentamentos rurais representa as políticas compensatórias decorrentes da necessidade de conter a luta pela terra, ou seja, as conquistas são conseqüências das ações das famílias sem-terra e não de uma política do Estado. Pois, mesmo que se considerem os efeitos positivos gerados pelos assentamentos implantados, ainda assim, eles não têm sido suficientes para alterar o grau de concentração da estrutura fundiária no país e nem no Estado.

Partindo dessa premissa, tem, pois, sentido as considerações de Fernandes (2000), segundo o qual não se pode falar em reforma agrária se inexistir uma política estatal de desconcentração fundiária, com plano, objetivos e metas bem definidos que levem em conta as demandas legítimas da população que, além de terra para plantar e morar necessita de outras políticas inter-relacionadas, sem as quais, torna sem efeito a iniciativa de assentamentos.

Portanto, no nosso entender, esta implantação de assentamentos rurais não pode ser considerada uma Reforma Agrária, logo que esta pressupõe uma alteração na estrutura fundiária, de modo que ocorra uma distribuição mais eqüitativa de terra, de renda, e com isso, de direitos historicamente usurpados. Neste sentido, Mauro³³, falando sobre o MST em entrevista concedida à Folha Online, explica que:

O que existe no Brasil não é Reforma Agrária. São políticas de assentamentos. Reforma Agrária é uma ação do Estado concentrada que possa alterar a estrutura da propriedade da terra de forma significativa, em um espaço de tempo curto. O que acontece é o seguinte: desapropria uma área lá, outra aqui, outra acolá, fruto da pressão das ocupações. Mas não há uma preocupação do governo em alterar a estrutura de poder das terras do nosso país.

Diante do contexto acima explicitado salientamos que embora a concentração de terras seja ainda uma realidade no Brasil, e de forma específica no Mato Grosso do Sul, a luta pela terra e, conseqüentemente, a conquista de frações do território através dos assentamentos é também parte desta realidade. Quer dizer, como os latifúndios estão por toda parte, os trabalhadores sem-terra também estão, evidenciando assim os conflitos existentes.

Corroborando com esta análise Oliveira (1991, p. 26), ao discorrer sobre a agricultura camponesa no Brasil, afirma que ao mesmo tempo em que aumenta a concentração das terras nas mãos dos latifundiários, aumenta o número de camponeses em luta pela recuperação das terras expropriadas, seja como migrante em busca da terra distante para que possa se reproduzir ou através da luta por frações do território onde ela se tornou capitalista. Segundo o referido autor, a luta pela terra, organizada pelo Movimento Sem Terra, é um bom exemplo desse processo.

Portanto, nesse processo contraditório de concentração e “desconcentração”, ou melhor, explicitação de luta e redistribuição de terras, o MST - nestes 20 anos de existência no Estado - tem se feito presente nas ocupações de terra e nos assentamentos implantados por meio de suas ações de resistência. Por meio destas ações, homens e mulheres sem-terra têm conquistado importantes espaços, não só no cenário estadual como nacional e internacional, tornando-se o

³³ Gilmar Mauro, Membro da Direção Nacional do MST. Entrevista concedida à Folha Online em 17/06/2001.

MST “[...] o mais conseqüente movimento de modernização e ressocialização das populações do campo que já houve na história do Brasil” (MARTINS³⁴, 1997, p. 59-60).

2.3 FETAGRI: gênese e atuação no Mato Grosso do Sul

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI) é uma entidade sindical filiada à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), cuja origem em 01/01/1979, se deu conjuntamente com o processo de instalação do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul. No seu período de origem, o novo Estado contava com apenas dez Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs), a maioria concentrados na região da Grande Dourados. (CPT, 1993).

De acordo com a CPT (1993), logo após a divisão do Estado, acontece a fundação da FETAGRI/MS, em 13/02//1979, sendo reconhecida por parte do Ministério do Trabalho três meses após a sua fundação, o que ocorreu em 23/05/1979.

A FETAGRI/MS é uma organização que reúne, na sua maioria, trabalhadores assalariados rurais, permanentes e temporários, que trabalham na agricultura e pecuária; trabalhadores na produção extrativa rural; agricultores familiares; trabalhadores e trabalhadoras rurais aposentadas. Ela tem por finalidade:

O estudo, a defesa, a representação e coordenação dos interesses profissionais, individuais e coletivos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais do Estado, bem como promover e realizar pesquisa, ensino, treinamento, qualificação e requalificação profissional e de colaborar com o desenvolvimento institucional, regendo-se pelas leis em vigor e pelo seu Estatuto Social (FETAGRI/MS, 1998, p. 01).

³⁴ Ressaltamos que, este mesmo autor em publicações mais recentes tem alterado esta posição, ao destacar que os movimentos sociais estão passando por um processo de anomia, onde “[...] suas referências ideológicas não correspondem à circunstância histórica nem às possibilidades de intervenções transformadoras que nela se abrem” (MARTINS, 2000, p. 74). Para o autor este processo estaria ligado a laicização dos grupos que integram o corpo dos dirigentes do MST atualmente, que por terem sua origem nos estratos da classe média, estariam sendo convertidos em grupos semipartidários em profundo desencontro com a consciência que a sua base social tem sobre a luta por terra. Nas palavras do autor, “O vocabulário da luta não coincide com o vocabulário da vida, o que quer dizer que a consciência da luta é diversa da consciência de quem quer dirigir a luta” (idem, p. 75).

Segundo documentos da FETAGRI/MS (1998), as bandeiras de luta que permeiam as ações da Entidade são: a Reforma Agrária, entendida como instrumento de uma política agrária abrangente que priorize o desenvolvimento do modelo familiar de agricultura; os Assalariados Rurais, luta pelo cumprimento dos direitos trabalhistas; as Políticas Agrícolas, o “Grito da Terra Brasil” tem representado a organização dos agricultores familiares resultando em negociações para a conquista de linhas de créditos como o PRONAF; a Previdência Social, luta pela Previdência Social Rural; a Educação e a Saúde, levar cursos de alfabetização para jovens e adultos e estimular a formação de agentes de saúde e a Qualificação Profissional, pois a partir de 1996, a FETAGRI/MS passou a atuar na qualificação profissional dos trabalhadores rurais, através da parceria com a Secretaria de Estado de Cidadania, Justiça e Trabalho, com recursos do FAT/MTb.

Cumpramos ressaltar que, em todas as atividades realizadas, as parcerias são efetivadas com órgãos estatais e federais como a Secretaria de Estado de Trabalho, o FAT/MTb (Fundo de Amparo ao Trabalhador), a Secretaria de Cidadania, Justiça e Trabalho e a Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego e Renda.

Destacamos que a FETAGRI/MS organiza ocupações de terra, liderando grande número de acampamentos e assentamentos no Estado. Atualmente, ela está presente em 55 assentamentos.

Essa territorialização da FETAGRI/MS é resultado de uma forma de luta que se diferencia das lutas empreendidas pelo MST, principalmente em relação ao entendimento e as concepções da luta pela terra, como podemos perceber nos relatos de Dias³⁵ e Silva³⁶, respectivamente:

[...] a FETAGRI não faz invasão forçada, nem matança de gado, nós fazemos um trabalho pacífico, a gente ocupa fazendas em processo de desapropriação, ou que já foram dadas como próprias para Reforma Agrária e pede a desapropriação. A gente não faz esse negócio aí não... a gente não mata bois, muito pelo contrário, o que a gente pede aos acampados é que não saiam das regras, nós temos regras, quem sair das regras é tirado do acampamento. [...]. O que nós fazemos é negociar, nós procura mais por negociação. Nós temos um jeito de trabalhar, e o MST tem outro, cada um tem uma

³⁵ Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Batayporã/MS e assentado no projeto São Luis, Comunicação Pessoal, Jun-Jul./2003.

³⁶ Assentado no Projeto São Luis e Membro da Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento São Luis. Comunicação Pessoal, Jun-Jul. de 2003.

linha, mas a gente luta pela mesma coisa. A FETAGRI trabalha diferente do Movimento, nós acampamos, mas nós somos mais pacíficos, nós negociamos com o Governo, pois não queremos guerra com ele, eu acho que se negociar dá certo, deu certo até hoje, graças a Deus.

[...] nós conseguimos graças a Deus, nós conseguimos foi pelo sindicato e aí o sindicato foi quem nos trouxe aqui, nós não fizemos pressão pra ninguém, nós não invadimos nada de ninguém, e aí o sindicato que foi ver os papel lá em Campo Grande e aí pegou pra nós esse lote aqui. Sem o sindicato nós não íamos conseguir, porque é o sindicato quem consegue essa luta pra nós, não é por conta própria nossa não [...].

Diferindo das concepções apresentadas, De Paula³⁷, em seu relato, faz algumas observações a respeito das diferenças de luta entre o Movimento e a organização sindical.

Nós (MST) temos uma bandeira de luta que é campo-cidade, já o sindicato (FETAGRI) trabalha a assistência ao trabalhador, nós não, nós trabalhamos a política da formação, da produção, da conscientização e da subsistência do trabalhador no campo. Além disso, trabalhamos a questão da conscientização política do nosso povo, que não é dizer pro trabalhador para ele votar nesse político porque ele é bom, mas votar naquele que é a sua cara, que sente o que você sente [...] nossa luta é diária, é contínua [...].

Pelo que observamos nos relatos coletados no trabalho de campo e nas análises de sua forma de luta, a FETAGRI se diferencia do MST, principalmente porque ela não tem a preocupação de aliar a luta pela terra à construção de uma posição política das famílias sem-terra, na medida em que, como notamos no relato de Dias, “O que nós fazemos é negociar, [...] nós somos mais pacíficos, nós negociamos com o Governo, [...]”. Ou seja, conforme os relatos, ela não tem preocupação com a formação de sujeitos que atuem no meio social, buscando a transformação das relações desiguais que caracterizam a sociedade capitalista, questão que norteia os princípios do MST, como nos explica De Paula: “[...] nós trabalhamos a política da formação, da produção, da conscientização e da subsistência do trabalhador no campo. Além disso, trabalhamos a questão da conscientização política do nosso povo [...]”.

Isso pode ser apreendido pela forma como se dá à conquista da terra pelos trabalhadores que a FETAGRI organiza, uma vez que a maioria das

³⁷ Assentado no Projeto São Luis e membro da COPAV. Comunicação Pessoal, Jun-Jul. de 2003.

famílias que participam desta organização não passam necessariamente pelo acampamento, fase onde vivenciam momentos de sofrimento, dúvidas, medo e incerteza a selar uma nova sociabilidade e definir o período de transição até a chegada no assentamento.

A FETAGRI organiza um grande número de trabalhadores rurais que, na sua maioria, são sindicalizados (pagam suas mensalidades) e inscrevem-se por meio da Federação, esperando que as terras sejam desapropriadas para que se efetive o assentamento e eles sejam contemplados, conforme podemos perceber na fala a seguir:

[...] toda vida eu trabalhei de empregado nas fazendas, mas nunca deixei de pagar o sindicato, eu vinha pagando o sindicato aí, já fazia uns oito ou dez anos, todo esse tempo eu paguei o sindicato, e sempre esperando a terra, nós aguardamos essa terra aqui um bocado de tempo, mas aí saiu, saiu e nós entramos aqui. Não, foi preciso invadir terra de ninguém [...] (PEREIRA³⁸).

Entendemos que conseguir a terra sem ter que estar presente no acampamento se trata de um processo menos doloroso em relação àquelas famílias que nele permanecem. As famílias vivenciam nos acampamentos “momentos de sofrimento causados pela chuva, pelo calor da lona, os despejos, a alimentação precária e a incerteza em relação ao futuro”. Todavia, “esse sofrimento é o que dá sentido as suas ações” (SIGAUD, 2000, p. 86).

Cumpramos ressaltar que o acampamento, segundo o MST, deve ser visto como um período de aprendizado, onde as famílias vivem um processo de “formação da consciência política”, uma vez que esta fase é caracterizada pela resistência, pela solidariedade e pelas trocas de conhecimentos. Entretanto, se é uma premissa do Movimento também pode não se dar da forma como a organização deseja.

Conforme Almeida (2003, p. 237), a maioria dos trabalhadores organizados pela FETAGRI no Estado, não vivenciam esse processo, logo que para os STRs-FETAGRI “[...] a forma acampamento tem sido utilizada como mecanismo de cadastro e pressão, sem a necessária presença/convívio das famílias na área do

³⁸ Assentado no Projeto Mercedina e membro da Associação dos Pequenos Produtores dos Assentamentos São João e Mercedina. Comunicação Pessoal, Jun-Jul. de 2003.

suposto conflito [...]. Desse modo, não se trata de questionamento da ordem, de oposição à estrutura, apenas de inclusão”.

Esta organização sindical lidera um grande número de famílias que estão distribuídas em vários assentamentos pelo Estado. Apesar disso, vemos que essas famílias não recebem acompanhamento e assistência do sindicato para resistir na terra, ou seja, a FETAGRI/MS não apresenta um projeto que permita ao assentado viabilizar condições para a sua permanência na terra: “a FETAGRI ela só tem compromisso com os assentados até assentar, depois que assenta, ela esquece nós, né?” (MARTINS³⁹). Salientamos, que diante deste “abandono”, os assentados passam a não reconhecê-la como organização que os representa.

Cabe lembrar que a FETAGRI organiza-se por meio do Congresso Estadual de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, do Conselho de Representantes e da Diretoria, e é composta pelos seguintes cargos: presidente e secretário de Reforma Agrária, vice-presidente e secretário de política agrícola e meio ambiente, secretário geral e de políticas sociais, secretário de finanças e de administração, secretário de assalariados, política sindical e formação e conselho fiscal. (FETAGRI, 1998).

2.4 A atuação da CUT/MS e a criação do DETR

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) também se faz presente na luta pela terra no Estado. Desse modo, mesmo não atuando nos assentamentos analisados achamos necessário abordar sua participação no Mato Grosso do Sul.

Nos anos 1980 inicia-se neste Estado a fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT-MS) e do Departamento Estadual dos Trabalhadores Rurais (DETR), após um intenso trabalho - reuniões, cursos, discussões sobre o papel do sindicato como instrumento de luta, etc.- nas bases sindicais do Estado.

Cumpramos ressaltar que esta fundação só foi possível graças à preocupação de vários sindicalistas com os rumos que os sindicatos estavam tomando, qual seja, um sindicato voltado à organização da estrutura e do assistencialismo. Dessa forma, esse grupo de sindicalistas, assessorados pela CPT, decidem lutar pela transformação do sindicato em instrumento de luta dos

³⁹ Assentado no Projeto São João. Comunicação Pessoal, Jun-Jul. de 2003.

trabalhadores rurais do campo, ou seja, um sindicalismo de base comprometido com a luta dos trabalhadores (CPT, 1993).

Assim, tem-se no período de 1983-1985 a fundação dos sindicatos rurais nos municípios e, conseqüentemente, a criação e consolidação de uma articulação entre eles. Entretanto, a partir de 1985, a disputa envolvendo a fundação de novos sindicatos dos trabalhadores rurais, por parte dos sindicalistas mais combativos e outros sindicalistas, que tentavam se manter no poder, torna-se mais acirrada. Contudo, nessa disputa, os sindicalistas que se contrapunham à FETAGRI tinham algo a seu favor, conseguiram o apoio da CPT/MS.

A CPT assumiu o sindicalismo como prioridade no seu trabalho, com o objetivo de ajudar na formação de sindicatos autênticos, através do acompanhamento nos já existentes, bem como, ajudando na fundação, onde havia condições de acompanhamento, desenvolvendo um trabalho de base visando a formação, conscientização em vista de um compromisso maior com a luta dos trabalhadores (CPT, 1993, p. 22).

Em 1986, os *sindicatos autênticos* já faziam discussões a respeito da fundação da Central Única dos Trabalhadores no Estado (CUT-MS). No entanto, neste período, apesar de todo trabalho desenvolvido, ela não veio a acontecer, principalmente por causa de vários problemas internos, como por exemplo:

[...] sindicatos que inicialmente eram autênticos e aos poucos tornavam-se pelegos; divergências ideológicas entre os próprios sindicalistas de oposição, CPT e MST; fundação prematura dos sindicatos, sem o necessário trabalho de base; falta de visão política para os trabalhadores, e formação de lideranças sindicais; falta de acompanhamento aos sindicatos fundados com a ajuda da CPT e de outros grupos da Igreja; cooptação das lutas populares, e de lideranças pelo governo (CPT, 1993, p. 25).

Estes problemas e, principalmente, as formas de encaminhamento e as divergências ideológicas acabaram por levar, em 1987, os sindicalistas de oposição a separarem-se em dois grupos: um chamado de Oposição Sindical e o outro, mais antigo, de Alternativa Sindical. Esta divisão enfraqueceu o sindicalismo combativo no Estado. No entanto, logo após essa divisão, os dois grupos se uniram para disputar a eleição na FETAGRI/MS (CPT, 1993).

Ainda de acordo com a CPT (1993), o processo eleitoral foi manipulado. Em decorrência disso a chapa da situação “ganhou” as eleições. Após esta derrota, o *sindicalismo rural autêntico* decidiu não mais disputar as eleições na FETAGRI e criou, em 08/07/1988, na cidade de Campo Grande, a CUT/MS.

A partir da década de 1990, após a criação da CUT-MS, os dois grupos, Oposição Sindical e Alternativa Sindical, passaram a promover diversas reuniões e encontros na tentativa de somar forças, procurando se unir para resolver as divergências que, naquele momento, referiam-se à questão da assessoria da CPT, pois um grupo aceitava essa assessoria (alternativa) e o outro não (oposição). Em 1991, resolvida a principal divergência, dá-se a união do *sindicalismo autêntico* no Mato Grosso do Sul, e eles conseguem organizar o Primeiro Congresso Estadual da CUT/MS. A partir daí começa-se então um trabalho de organização do Departamento dos Trabalhadores Rurais da CUT no Estado (DETR/CUT) (CPT, 1993).

Neste Congresso realizaram análise de conjuntura do MS e do Brasil e refletiram um pouco sobre a história do sindicalismo no Brasil, a CUT e sua forma de estruturação. Destacando o que são os departamentos ‘espaço onde cada categoria passa a se organizar conforme seus problemas. É uma instância que articula e coordena a luta’. [...]. No final do encontro, tiraram os encaminhamentos e [...] estabeleceram como meta a fundação do DETR/CUT para março de 1992. Decisão, que podemos afirmar ser, histórica, de unificação da luta do sindicalismo autêntico no MS. Pois, foi tomada a decisão de que não existiriam mais dois grupos combativos, mas apenas um unificado (CPT, 1993, p. 29).

Desta forma, a meta foi cumprida, e em 1992 ocorreu a fundação do Departamento Estadual dos Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (DETR/CUT), tendo como plano de lutas: a Reforma Agrária, a Luta pela Terra e a Pequena Produção. No entanto, sua atuação restringe-se aos associados e a discussão da viabilidade da pequena produção.

Segundo Almeida (2003), neste período, o trabalho do DETR/CUT era voltado exclusivamente para os seus associados; conseqüentemente, havia uma triagem em relação a seu público, diante disso os sem-terra acabavam fora de seu espectro de atuação. No entanto, a partir de junho de 1998, o DETR/CUT entra em crise em função da disputa pela representação sindical e da falta de uma proposta clara de luta. Assim, muda sua tática de ação e passa a organizar os trabalhadores

rurais sem-terra iniciando várias ações, dentre elas, um conjunto de ocupações de terra e de prédios públicos no Estado. Por conseguinte, surgem os primeiros assentamentos organizados pela CUT/DETR no Estado.

Observamos então que a CUT/MS, em parceria com o governo do Estado, sob a administração de José Orcírio Miranda dos Santos (Zeca do PT), tem na atualidade como objetivo para os projetos de assentamentos “a criação do modelo de assentamento misto que concilia área individual e coletiva. Os projetos escolhidos em parceria com o governo estadual são: Assentamento São Tomé e Assentamento Terra Solidária, ambos instalados nos municípios de Santa Rita do Pardo e Sidrolândia/MS” (ALMEIDA, 2003, p. 155).

No entanto, cabe destacar que apesar dos investimentos e expectativas quanto a essa proposta de assentamentos, principalmente por ser um projeto diferente, organizado coletivamente, algumas famílias não conseguiram se manter dentro dele e, conseqüentemente, desistiram da proposta. Portanto, os assentados estão remodelando os assentamentos, transformando-os em assentamentos comuns, como os demais instalados no Estado.

Ainda nesta perspectiva das políticas estaduais vale salientar que até os anos de 1970, as intervenções fundiárias eram prerrogativas do governo federal. Somente na década seguinte, os governos estaduais

[...] utilizando-se de mecanismos diversos, passaram a intervir de forma mais recorrente sobre a questão fundiária, através de algumas brechas, tais como a desapropriação por utilidade pública, para criação de fazendas experimentais, arrecadação de terras públicas estaduais, compra de terras (MEDEIROS e LEITE, 1999, p. 10).

Segundo os referidos autores, essa tendência se deveu a dois fatores: por um lado, o fortalecimento das organizações dos trabalhadores que passaram a intensificar a pressão por terra e, por outro, pela possibilidade dos executivos estaduais disputarem com o governo federal a bandeira da reforma agrária, num cenário de processos democráticos, no qual, as mudanças políticas se davam de forma rápida e expressiva. Nesse contexto, o aparato institucional nos estados passou a se configurar de forma diferente, tendo sido criados, na esfera estadual, organismos voltados para tratar da questão agrária. O saldo desse novo desenho institucional nos anos 80 e 90 sinalizava para uma certa autonomia dos

executivos estaduais na política de assentamentos, acarretando, em decorrência, disputas entre estes por recursos públicos, por verbas, assistência técnica e outros.

Atualmente, o DETR/CUT-MS tem 23 sindicatos filiados e já conquistou 04 assentamentos, tendo sob sua organização 22 acampamentos no Estado, com um total de 2.508 famílias. Os acampamentos são estruturados a partir das seguintes coordenações: a de formação e Educação, a de Saúde, a de Mulheres, a de Negociação e Mobilização e a de Produção e Comercialização. Mediante tais coordenações, são estruturadas comissões ou grupos para difundir as discussões necessárias no interior do acampamento, com o intuito de alcançar maior número possível de participantes.

Suas formas de luta se assemelham as do MST, embora seus métodos de trabalho e objetivos sejam outros, já que suas principais bandeiras de luta são: a conquista dos sindicatos e a formação da Federação da Agricultura Familiar do Mato Grosso do Sul (FAF/MS). Esta Federação tem como objetivo reforçar a identidade da categoria e conduzir as lutas na região, pois...

[...] esta organização terá como objetivo a busca da constituição de sindicatos regionais de trabalhadores na agricultura familiar, também estruturados em novos princípios e funções, onde suas atribuições e prioridades de ação – serviços, lutas, participação institucional e organização da produção – sejam mediadas, e fortemente enraizadas na base, através dos grupos de produção, comunidades e cooperativas (FAF/MS, 2002, p. 18).

Para alcançar seus objetivos em relação à luta pela terra, a CUT/MS tem como tática de luta: “consolidar uma organização estadual da agricultura familiar do MS, que lute pela Reforma Agrária e pela construção do projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável e solidário” (DETR/MS/2000).

É importante ressaltar que a CUT e o MST, apesar de terem como principal diferença o método de trabalho, em algumas ações se unificam, realizando ações conjuntas, principalmente para aumentar seu poder de pressão sobre o governo em prol da luta pela terra. No entanto, isso não acontece em relação a FETAGRI, pois se mantém sempre em oposição a CUT, a despeito da filiação da CONTAG a essa central. Acreditamos que isso se dá em função da disputa que há entre as duas organizações no Estado, pela representação sindical no campo.

Além do mais, há uma preocupação do MST e da CUT [e que não foi observada na organização sindical FETAGRI], em desenvolver estratégias para a permanência do assentado no campo. Estas estratégias vêm se dando de forma coletiva por meio do desenvolvimento de várias formas de cooperação agrícola, conforme veremos no próximo capítulo.

Por conseguinte, não podemos deixar de registrar que, embora existam diferentes formas de luta pela terra no Estado (MST, FETAGRI e CUT), os camponeses envolvidos nestas várias frentes de luta trazem consigo o mesmo sonho, isto é, a conquista da *terra de trabalho*.

2.5 A Formação dos Assentamentos São Luís, São João e Mercedina em Batayporã/MS: da terra de exploração à terra de reprodução do trabalho camponês

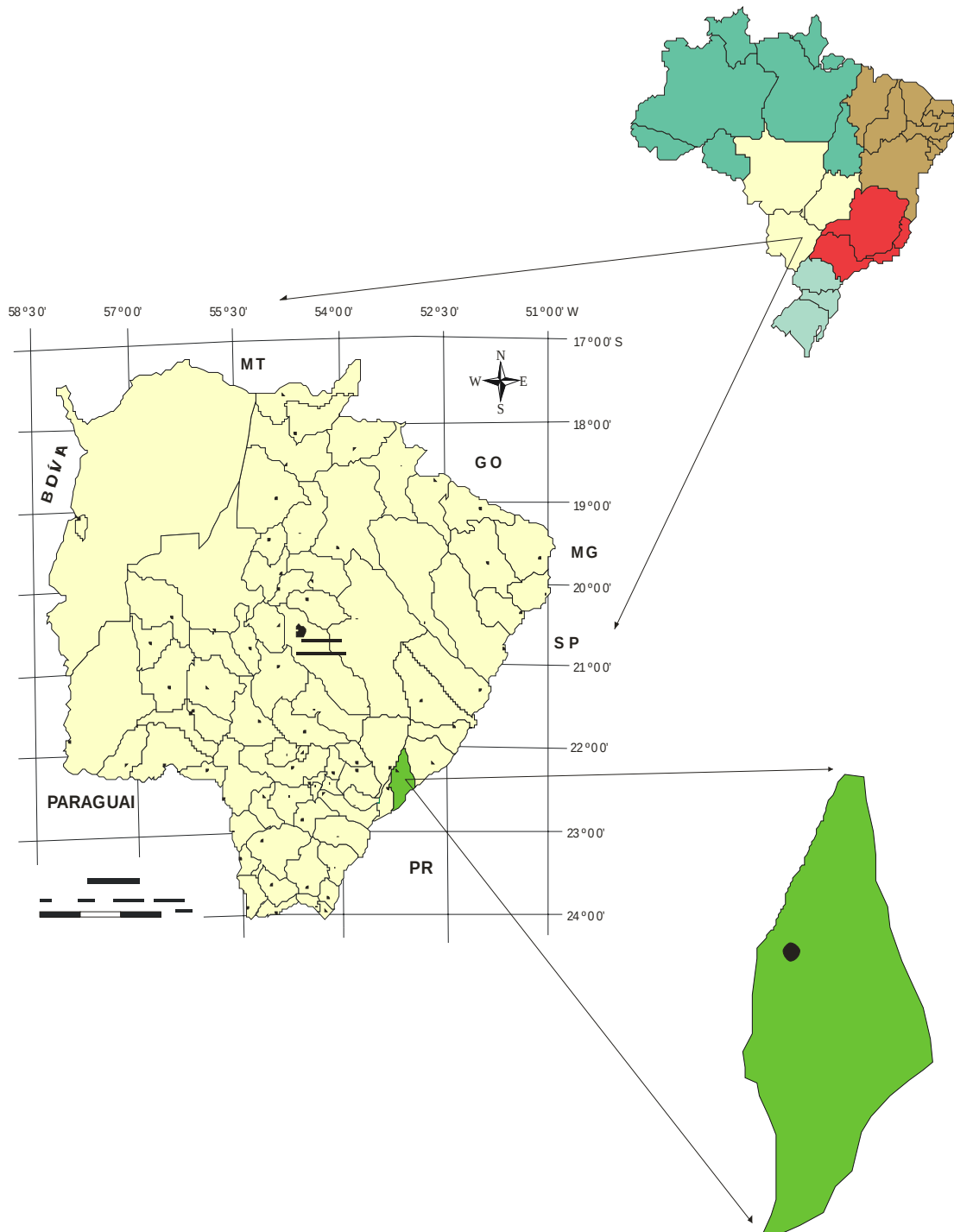
O município de Batayporã (Mapa 02) surgiu da ocupação de terras pertencentes à CIA. Viação São Paulo - Mato Grosso, de Jan Antoni Bata, adquiridas em 1921. Teve seus fundamentos baseados num projeto de colonização implantado em 1953 por Wladimir Kultk, procurador da companhia.

Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o município de Batayporã localiza-se na região leste do Estado de Mato Grosso do Sul, onde faz limites ao norte com o município de Nova Andradina; ao nordeste com o município de Anaurilândia, ao leste com o estado de São Paulo, pelo rio Paraná, ao sul com o estado do Paraná, pelo rio Paraná e a oeste com o município de Novo Horizonte do Sul.

Os primeiros conflitos e ocupações por terras no município ocorreram na fazenda São Luis⁴⁰. Esses conflitos tiveram início quando os trabalhadores rurais, mais especificamente os arrendatários trazidos do Paraná pelo então proprietário da fazenda Sérgio Luis Teixeira, passaram a reivindicar o direito de permanecer na área através do cumprimento do contrato de arrendamento.

⁴⁰ Referimo-nos somente aos conflitos na fazenda São Luis porque no início da luta no município não existiam as fazendas São João e Mercedina, estas só foram “criadas” após o início da luta por meio da divisão da área, ou seja, quando os trabalhadores começaram a reivindicar a fazenda São Luis para fins de desapropriação. Desse modo, as lutas ocorridas nas fazendas São João e Mercedina aconteceram em decorrência da luta pela conquista da fazenda São Luis.

FIGURA 02 - LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BATAYPORÃMS



Os arrendatários reivindicavam que o fazendeiro cumprisse o acordo feito quando eles foram trazidos para a fazenda. Neste acordo os trabalhadores tinham como proposta a permanência na terra por três anos de trabalho, mais o financiamento da semente, da alimentação no período de plantio e os tratos culturais da lavoura. Ao término do contrato de arrendamento deixariam a terra plantada com capim, formando áreas de pastagens para que o fazendeiro pudesse introduzir seu gado.

Entretanto, o fazendeiro não cumpriu o compromisso firmado com os arrendatários, pois com apenas dois anos de permanência na área os arrendatários foram “notificados” pelo latifundiário de que era preciso sair. Porém, conforme relatado pelo Sr. Silva⁴¹, a partida dos trabalhadores arrendatários não aconteceu pacificamente, ocorrendo então a expulsão das 70 famílias.

Nós viemos do Paraná com o seu Teixeira, nós era arrendatário da fazenda, a gente plantava algodão e pagava a renda, aí depois, antes de vencer nosso contrato que era de 3 anos, o fazendeiro começou a pedir para a turma sair da terra, mas a gente não saiu, não achava certo, porque ainda não tinha vencido o contrato que ele também já não cumpria. Mas aí ele e os jagunços que ele trouxe pra cá pegaram e tiraram o povo todinho, tiraram todo mundo, tinha gente que tinha roça plantada, eu só tinha feito a terra, mas tinha gente com roça de algodão e de milho formadinha, mas eles tiraram as pessoas e arrancaram tudo as lavouras, e jogaram o pessoal lá em Bata [Batayporã], o pessoal ficou jogado lá em Bata [...].

Após este despejo, parte das famílias (55) ficou acampada na periferia da cidade de Batayporã, passando a se organizar através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (FETAGRI/MS), que os auxiliou fornecendo, entre outras coisas, alimentos e roupas. Neste contexto, se juntaram a estas famílias os trabalhadores sem-terra organizados pelo MST que estavam acampados e foram despejados da fazenda Santa Lúcia, localizada no município de Jateí/MS. Posteriormente, esses trabalhadores rurais, organizados pelo MST e pela FETAGRI, fizeram várias reuniões para discutir quando e como seria a ocupação da fazenda São Luis, decidindo a melhor forma de sua realização. Estas reuniões contribuíram para intensificar laços de solidariedade e união entre os trabalhadores, fortalecendo, assim, sua organização.

⁴¹ Assentado no Projeto São Luis. Comunicação Pessoal, Jun-Jul. de 2003.

Todo esse processo de organização culminou na ocupação da fazenda São Luis, no final de 1989, motivada, por intensos conflitos, uma vez que essas famílias foram alvos de todo tipo de violência por parte dos fazendeiros e do poder público, o que tornou evidente que a polícia militar e a justiça, órgãos representativos do Estado, estavam a serviço das classes dominantes, no caso, o latifundiário, conforme nos relata De Paula⁴²:

Nós fizemos a primeira ocupação aqui na São Luis foi em 03/11/1989. Nessa área aqui nós sofremos o maior despejo considerado no Mato Grosso do Sul, nunca tinha acontecido um despejo assim aqui no Estado, nós fomos levados para o projeto de assentamento Casa Verde, ficamos aí 08 meses até nos recompor, porque foi um despejo muito violento, muito violento mesmo, tivemos três companheiros baleados pela polícia e vários companheiros saíram machucados, sem falar dos que foram torturados pela polícia [...].

Ainda segundo o Sr. De Paula, quando o fazendeiro “descobriu” que a fazenda podia ser desapropriada para fins de Reforma Agrária, desmembrou a área dando origem a três fazendas com o intuito de alegar que eram parte de herança familiar, e que por serem pequenas não eram passíveis de desapropriação. Como parte do engodo, essas duas áreas menores que foram criadas receberam o nome do irmão e da irmã do Sr. Sérgio Luis Teixeira (João e Mercedina). Deste modo, a fazenda São Luís que tinha 3.259 hectares, ficou apenas com 1.600 ha, o restante foi dividido em duas propriedades: fazenda São João com 856 ha, e a fazenda Mercedina com 803 ha.

No momento em que houve a segunda ocupação da fazenda São Luis, no início do ano de 1991, os trabalhadores já sabendo dessa divisão, reivindicavam também as duas outras áreas. A luta agora era não mais por apenas uma área, mas sim pelas três. O interessante nesse caso é que não houve desarticulação dos trabalhadores em função dessa divisão como era esperado, ao contrário, na verdade houve fortalecimento, conforme nos narra Silva⁴³: “[...] essa divisão da área aí feita pelo seu Teixeira não atrapalhou em nada não, só ajudou a gente ter mais esperança [...]”, e como resultado ocorreu a segunda ocupação da área.

⁴² Assentado no Projeto São Luis e Membro da COPAV. Comunicação Pessoal, Jun-Jul. de 2003.

⁴³ Assentado no projeto São Luis. Comunicação Pessoal, Jun-Jul. de 2003.

Olha quando nós ficamos sabendo que ele (o fazendeiro) tinha separado aí a área da fazenda São Luis, o pessoal todo ficou mais confiante, porque isso pra nós era indicio de que a área ia sair, porque se ele dividiu era porque tinha algum problema, né?. [...] eu lembro que um pessoal mais articulado do sindicato e do Movimento começou a organizar o pessoal pra fazer a segunda ocupação, porque nós ficamos 8 meses se recuperando da primeira ocupação, porque ela foi muito violenta [...] só que o pessoal não desistiu não, o pessoal não desistiu porque tinham a esperança da área ser desapropriada, essa divisão da área aí feita pelo seu Teixeira não atrapalhou em nada não, só ajudou a gente ter mais esperança [...] (SILVA)

A ocupação e despejo da terra aconteceram por mais seis vezes e foi um processo de contínua resistência, pois os trabalhadores rurais alternavam, estrategicamente, a ocupação da área, dela retirando-se nos momentos de tensões e retomando a ocupação e as plantações de culturas de subsistência, na área, em momentos de relativa calma. E, finalmente, em 1993, depois de muitas lutas, os trabalhadores acampados conseguiram a desapropriação de toda área. No entanto, o processo de desapropriação se estendeu por mais um ano, período em que eles permaneceram no assentamento emergencial. Somente em 1994 é que os camponeses conseguiram a conquista definitiva dos lotes de terra, isto é, a desapropriação das três fazendas, o que contribuiu com o retorno de centenas de famílias para o campo. De início foi a desapropriação da São Luis, e em seguida as outras duas fazendas, São João e Mercedina.

Diante do exposto, podemos afirmar que a história do conflito envolvendo as fazendas São Luis, São João e Mercedina assemelha-se a muitas outras que aconteceram no Estado, e mesmo no Brasil, nas quais camponeses arrendatários foram expulsos a mando dos latifundiários antes mesmo do término dos contratos, situação que propiciaria uma série de conflitos pela permanência na terra, uma vez que os ex-arrendatários reivindicavam seus direitos ao trabalho e a terra, e os latifundiários, com violência, tentavam defender a “sua propriedade”.

Neste contexto de luta pela terra entre ex-arrendatários e latifundiários, os sem-terra vieram para somar forças. Desse modo, organizados pelo Movimento, junto a FETAGRI, eles ocuparam a fazenda e deram início ao acampamento, conforme nos relata Ribeiro⁴⁴:

⁴⁴Assentada no Projeto São Luis. Comunicação Pessoal, Jun-Jul./2003.

Eles (acampados) ocuparam primeiro a São Luis, foi aquela bagunça, veio a polícia e tiraram os coitados de lá. Depois eles entraram de novo, eles (a polícia) tiraram de novo e ficou aquele sufoco, depois eles (acampados) entraram definitivo e aí não teve mais despejo. Eu (arrendatária) torcia por eles, torcia para que eles conseguissem a terra [...]. Depois de muitos despejos eles (acampados) conseguiram as fazendas, primeiro saiu a São Luis, depois a São João e por último a Mercedina. Nós deve a eles esse pedaço de terra aqui, porque senão a gente não tinha conseguido não, foi por causa deles, dessa gente que ficava aí nas beira das estradas que a terra saiu, porque nós (arrendatários) eram pouca gente e era preciso de muita gente pra fazer isso. Foi uma luta muito difícil, difícil mesmo, eles sofreram muito, muito mesmo [...] (RIBEIRO).

Assim, as constantes pressões exercidas pelos acampados, juntamente com a disputa da área na justiça pelos ex-arrendatários, fizeram com que essas áreas fossem desapropriadas, uma vez que foi constatado na vistoria realizada pelos funcionários do INCRA que eram áreas improdutivas. Desse modo, esses assentamentos implantados pelo governo federal através do INCRA são resultantes da reivindicação dessas áreas pela entidade sindical (FETAGRI) e pelo Movimento e Organização Social (MST) envolvidos na luta pela terra no Estado, explicitando uma pluralidade de lutas dos trabalhadores rurais, ex-arrendatários e sem-terras.

No capítulo seguinte a nossa preocupação centra-se na discussão sobre a concepção da cooperação agrícola para o MST e para os camponeses assentados, enquanto forma organizacional de produção e de estratégia para permanência na terra conquistada.

III. A COOPERAÇÃO AGRÍCOLA NOS ASSENTAMENTOS RURAIS

Desenvolver a cooperação nos assentamentos, seja ela de que forma for, é para nós uma questão de sobrevivência, uma forma de resistir na terra conquistada.

Sr. Batista, assentado em Batayporã/MS.

(Entrevista concedida em jun/jul, 2003).



III - A COOPERAÇÃO AGRÍCOLA NOS ASSENTAMENTOS RURAIS

No presente capítulo, apresenta-se algumas reflexões para a compreensão da concepção de cooperação do MST e o sentido desta proposta. Buscamos também discutir se a cooperação pode ser compreendida enquanto instrumento de resistência para os camponeses assentados, pontuando ainda de que forma eles criam e desenvolvem a cooperação baseada na tríade: família, trabalho e terra.

Importa neste momento discutir, a partir da análise das publicações do Movimento e de bibliografias específicas, como a teoria da organização pode ser pensada frente à realidade dos assentamentos estudados. Destacamos que a opção em analisar a cooperação no Movimento, não pontuando-a na FETAGRI dá-se em função de que essa organização não faz essa discussão, mas cabe salientar que nos assentamentos analisados, os camponeses por ela organizados utilizam da cooperação.

3.1 - A construção da concepção de cooperação do MST e as diversas formas de cooperação agrícola nos assentamentos

A discussão, principalmente por parte das lideranças do MST, acerca da organização da produção nos assentamentos rurais teve início a partir da consolidação dos primeiros assentamentos. Pois,

“[...] desde o princípio [...] existiam preocupações essenciais referentes à resistência dos sem-terra ao processo expropriador do modelo de desenvolvimento econômico da agricultura. Afinal, grande parte das famílias que lutaram e conquistaram a terra haviam sido expulsas ou expropriadas desde a implantação desse modelo”. (FERNANDES, 2000, p. 178).

No entanto, somente a partir de 1989⁴⁵, período em que o Movimento adota o lema: “Ocupar, Resistir e Produzir”, é que a organização do

⁴⁵ Segundo STÉDILE & FERNANDES (1999), na primeira etapa do Movimento, que vai desde as primeiras ocupações de 1979 até 1985, não havia uma política cooperativista definida para os assentamentos, isso só vai acontecer a partir de 1986. Neste período (1986) aconteceu a primeira luta do MST ligada à produção, foi uma luta por crédito subsidiado. Assim, somente a partir de 1989 é que começa a se esboçar uma política cooperativista no interior do MST, que mais tarde desemboca na criação do SCA (Sistema Cooperativista dos Assentados).

Movimento passa a desenvolver uma política cooperativista para os assentamentos. Isto ocorreu devido ao aumento do número de assentamentos rurais no país e à necessidade de viabilizá-los econômica e socialmente, bem como concretizar a idéia de que através da cooperação agrícola o assentado pode sobreviver na terra, produzindo em maior quantidade e com melhor qualidade.

Portanto, a partir do momento em que o Movimento percebeu que a luta pela terra se desdobra, necessariamente, na luta pela viabilização econômica dos assentamentos, a organização do trabalho e da produção passou a ser entendida não só como uma condição básica para a permanência do camponês na terra conquistada, mas também, “como uma forma de sustentação do projeto político dos sem-terra” (FABRINI, 2002). Neste sentido, vejamos o que escreve o Movimento:

A questão da cooperação joga um papel muito importante, tanto em termos de sobrevivência e resistência ao capitalismo, como também, no sentido estratégico, onde a massa camponesa também deve ser considerada como força social para a transformação da sociedade. Nossa força, tanto política quanto econômica, dependem desta organização orgânica que temos no assentamento. (MST, 1999, p. 18).

Deste modo, a partir da consolidação do MST, por meio das ocupações, acampamentos e conquistas de assentamentos, a cooperação agrícola⁴⁶ passa a estar vinculada diretamente com o projeto de gestão das “terras conquistadas”, enquanto continuidade da luta política e fomentação ideológica do próprio Movimento, desenvolvendo uma proposta alternativa de (re)organização do trabalho e da produção, pela cooperação e, posteriormente, pela consolidação da cooperativa como forma específica de formação política e de viabilização sócio-econômica dos assentamentos. Assim, a cooperação agrícola seria:

A introdução na agricultura da divisão social do trabalho, de forma cooperada. [...] é o jeito de juntar ou somar os esforços de cada assentado (agricultor individual ou familiar), para fazer coisas em conjunto: comprar ferramentas, comprar e utilizar máquinas [...] até chegar a ponto de ter a terra, capital e trabalho em conjunto [...] (MST, 1997, p. 21).

⁴⁶ A cooperação agrícola pressupõe uma diversidade de práticas e ações organizativas a partir de determinados níveis de coletivização.

A organização do Movimento entende que essa forma de gerir o trabalho e, conseqüentemente, comercializar a produção, conhecida como cooperação agrícola, não resolve todos os problemas da agricultura brasileira, logo que os mesmos são estruturais e se ligam ao modelo agropecuário adotado no país. Todavia a cooperação é o caminho do possível que, por sua vez, se desdobra, como observa Carvalho (2002), em uma *pedagogia da resistência* ao processo de exploração e expropriação inscrito na lógica do desenvolvimento capitalista no campo. Para que esta *pedagogia da resistência* possa dar resultados a cooperação passou a ser entendida de forma multidimensional, ou seja, a partir da articulação dos campos: econômico, político e social.

Neste ponto, pode-se dizer que as formas de cooperação agrícola são pensadas e defendidas pela organização do Movimento em função de três razões: econômicas, sociais e políticas. As *razões econômicas* decorrem da necessidade de aumento do capital constante; aumento da produtividade e da divisão e especialização do trabalho; racionalização da produção de acordo com os recursos naturais; introdução de tecnologias ao processo produtivo visando conseguir melhores preços para os produtos e o desenvolvimento da agroindústria; as *razões sociais* estão vinculadas ao bem-estar dos assentados e compreendem a urbanização das moradias; infra-estrutura básica (energia elétrica, água encanada); educação; transporte coletivo; saúde; igualdade de direitos entre homens e mulheres e o lazer; as *razões políticas* fazem parte da resistência à exclusão do sistema capitalista, a formação de militantes e dirigentes; a articulação política e o acúmulo de forças para a transformação social (MST, 1998).

Entretanto, a eficiência da cooperação agrícola, que tem a cooperativa (CPA) como prioridade...

[...] não está apenas na mecanização, modernização, forma de gestão e uso de instrumentos modernos. Isto na verdade é uma conseqüência, e a importância maior das cooperativas, reside na capacidade de mobilização dos trabalhadores, tanto para alcançar objetivos relacionados à produção, como aqueles relacionados à luta pela terra e a liberação de membros das cooperativas para atuar na luta pela Reforma Agrária e outras frentes (FABRINI, 2001, p. 13).

Observa-se nesse trecho da citação de Fabrini (2002) uma grande preocupação com a continuidade da luta, “a importância maior das cooperativas,

reside na capacidade de mobilização dos trabalhadores, tanto para alcançar objetivos relacionados à produção, como aqueles relacionados à luta pela terra”. Essa preocupação perpassa todo o processo de construção e consolidação das formas cooperativas de organizar a produção e o trabalho dentro do MST.

Segundo Stédile & Fernandes (1999), houve uma constante reconstrução dos projetos de cooperação agrícola no interior do MST e dos assentamentos, ou seja, a proposta de cooperação desenvolvida pela organização do Movimento passou por várias modificações desde seu início até os dias atuais. Desde a sua origem ela vem sofrendo influência dos debates teóricos desse movimento social, apresentando um componente fortemente político-ideológico no conjunto de suas orientações.

Deste modo, no princípio do Movimento, estimulou-se a cooperação agrícola nos assentamentos, tendo como base os ideais cristãos. Havia uma orientação por parte das lideranças do Movimento para a formação de pequenos grupos e associações informais, reunindo entre 10 e 30 famílias de forma coletiva ou semi-coletiva, geralmente para a prestação de serviços como a utilização de máquinas e implementos agrícolas, a comercialização da produção e a formação de hortas comunitárias. Esta fase, segundo a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda (CONCRAB), refere-se ao período de 1979/1984, e foi uma forma encontrada pelos assentados para sobreviver na terra recém-conquistada. Nesse período, a discussão sobre a produção era muito incipiente, não havia, portanto uma política cooperativista para os assentamentos, definida por parte do MST. Sendo assim:

O nível de cooperação que existia era espontâneo: mutirão e troca de dias de serviço. Nos Estados, haviam experiências isoladas de cooperação agrícola conforme a ajuda de fora (por exemplo, a igreja) ou de alguns militantes. Surgem os primeiros grupos comunitários ou associações informais (MST, 1997, p. 29).

Num segundo momento – 1985/1989 – os debates sobre a questão da cooperação foram aprofundados e a direção do Movimento começa a construir as primeiras idéias relacionadas à organização dos assentados e da produção, em função do aumento do número de assentamentos. Nesse período, o Movimento passava por uma fase de desenvolvimento e adaptação da proposta de cooperação agrícola. Para isso, as experiências e propostas utilizadas em outros países como

Chile, México e Cuba foram estudadas pela Organização, para que a partir daí se construísse a forma que melhor se adaptasse à realidade dos assentados.

Assim, podemos afirmar que esse período de estruturação da proposta de cooperação agrícola por parte das lideranças do MST, caracteriza-se por um processo de sistematização e estudos, no qual se solidificou a idéia de vincular a cooperação como uma forma de potencializar o desenvolvimento socioeconômico nos assentamentos, desde formas mais simples de organização (mutirão) até formas mais complexas (CPAs).

Nesse contexto, a organização do Movimento começa a publicar vários materiais destinados a orientar os camponeses assentados na escolha da forma de organização da produção a ser desenvolvida na terra conquistada. Citamos como exemplo destas primeiras publicações o Caderno de Formação nº 09, “Terra não se ganha, se conquista!”.

Este documento propunha discutir a questão de “como trabalhar a terra” nos assentamentos. Apesar da principal preocupação do documento ser de ordem econômica, havia também o objetivo de disseminar entre os assentados práticas relacionadas à adoção de formas cooperadas de produção agrícola. Todavia, não aparecia, nessas primeiras formulações, propostas claras de coletivização dos meios de produção e socialização dos frutos do trabalho. As “diversas formas de se organizar e trabalhar em conjunto” apresentadas neste caderno estavam centradas em estratégias de associativismo que preservariam a autonomia e a propriedade familiar. Pois, nesse momento o MST se preocupava especialmente em garantir a reprodução econômica dos camponeses assentados através da adoção de formas associativas que atuassem principalmente na esfera da comercialização: compra de máquinas, implementos e insumos agrícolas e venda da produção.

Portanto, de acordo com Stédile e Fernandes (1999, p. 101), neste período o “grande avanço que o Movimento obteve foi o desenvolvimento da teoria da cooperação agrícola, de compreendê-la como fundamental”. Assim, podemos afirmar que, mesmo tendo sido construída a teoria da organização por Moraes⁴⁷

⁴⁷ Clodomir Santos de Moraes foi um dos idealizadores do cooperativismo no MST. Em seu texto “Elementos sobre a teoria da organização no campo”, publicado pelo Movimento em 1986, o autor descreve os “vícios e desvios do campesinato” como consequência de sua produção econômica como trabalhador familiar individual.

(1986), a forma predominante de cooperação desenvolvida pela organização do MST até 1989 foi marcada por práticas isoladas e espontâneas, ou seja:

[...] o paradigma que prevaleceu até 1989 baseou-se na constituição espontânea/induzida de pequenos grupos de cooperação entre os assentados, paradigma esse resultante da ação histórica de diversas forças sociais: comunidades eclesiais de base, associativismo espontâneo entre vizinhos e parentes, bases de organização social dos sindicatos de trabalhadores rurais, identidades sociais a partir de referenciais não-econômicos, etc. O ponto central desse paradigma foi, então, o pequeno grupo de cooperação, sem a mediação institucional formal homogênea, para a realização de atividades variadas, isoladas ou combinadas entre si. O agrupamento das pessoas e famílias nesses grupos foi determinado por diferentes identidades sociais [...] raramente políticas (CARVALHO *apud* MST, 1999, p. 28).

Num terceiro momento – 1990/1993 – em função da difícil conjuntura política deste período, haja vista as ações do Governo Fernando Collor de Melo⁴⁸, o Movimento “voltou-se para dentro” investindo na sua organicidade. Portanto, nesse período, a organização da produção passa a ter um papel político-organizativo fundamental dentro do projeto estratégico do MST. Ela passa a ser vista como parte da luta e resistência dos sem-terra.

Diante de tal conjuntura a organização do MST propunha para os assentamentos uma forma empresarial de organização da produção agrícola que tivesse como referência última a coletivização dos meios de produção, inclusive a terra. Logo, são formadas as primeiras cooperativas de produção agropecuária, as chamadas CPAs, que tornam-se modelo de organização da produção, sob o argumento de que constituiriam uma “etapa superior de cooperação”.

Desse modo, intensificam-se os debates acerca de uma política cooperativista no interior do Movimento e a cooperação agrícola passa a ser discutida não somente em termos de viabilidade econômica, pois incorporava outros objetivos, já que as CPAs “[...] tinham a função nesta fase de ser a retaguarda de organização política, resistindo politicamente e economicamente” (MST, 1999, p.07).

⁴⁸ O Governo Fernando Collor de Melo iniciou uma escalada de repressão sobre os trabalhadores rurais, em especial contra as ocupações que foram duramente rechaçadas pela polícia. Isto quer dizer que, este período foi marcado pela repressão e violência frente as ações do MST.

Ainda neste período, ano de 1990, após um acúmulo de discussões e experiências, a política do MST em relação aos seus assentamentos se consolida com a criação do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) no interior do Movimento. Este sistema foi criado tendo como função principal a organização das atividades dentro dos assentamentos, relacionadas com a produção, assistência técnica, cooperativismo, moradia, infra-estrutura social e, ainda, com o objetivo de articular a luta por recursos públicos para viabilizar os assentamentos e as famílias assentadas, independente da forma de cooperação adotada ou de organização do trabalho. De acordo com a organização do MST (1999), a idéia principal do SCA era buscar a eficiência econômica como forma de viabilizar as lutas nos assentamentos.

Fernandes (2000, p. 228), ao analisar a cooperação na produção dentro do MST a partir do SCA, confirma essa idéia, pois segundo o referido autor:

Não é possível compreender o SCA apenas pela lógica econômica, principalmente porque este Sistema não foi pensado somente para desenvolver essa dimensão da organização social dos sem-terra. O SCA é um setor do MST e tem na cooperação agrícola a perspectiva do desenvolvimento econômico dos assentados, garantindo a organicidade do Movimento. É uma forma de expandir a organização nos assentamentos, contribuindo para a territorialização da luta pela terra e intensificando a participação em outras lutas da classe trabalhadora no campo e na cidade [grifo nosso].

Salientamos que o SCA envolve três níveis de organização: local, através da criação das Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs); estadual, pelas Cooperativas Centrais Estaduais; e nacional, representado pela CONCRAB (MST, 1993). Cada uma dessas cooperativas possui funções específicas na estrutura orgânica do Movimento e estão voltadas para a organização da produção e viabilidade econômica dos assentamentos, que passa inclusive pelas lutas políticas.

Em maio de 1992, após vários debates internos do Movimento sobre a organização da produção, é fundada a CONCRAB (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda) que, conforme explicito no caderno de cooperação nº 20, passou a assumir a responsabilidade de viabilizar os assentamentos, planejar a produção e atingir o mercado em grande escala, buscando recursos, tecnologia e planejamento para a produção agropecuária, por meio dos seguintes objetivos⁴⁹:

⁴⁹ Conforme explicito no caderno de formação nº 20, CONCRAB.

Articular e coordenar as políticas gerais e do planejamento de médio e longo prazo, do desenvolvimento agropecuário das Cooperativas Estaduais e dos Assentamentos; Organizar uma escola técnica nacional para suprir as necessidades de quadros técnicos para as cooperativas na área administrativa, financeira e agrônômica; Manter um departamento de estudos estratégicos para projetos de maior escala; Viabilizar atividades de exportação e importação; Representar os interesses das cooperativas frente aos organismos públicos e internacionais; Articular-se com outras confederações de cooperativas agrícolas e afins (MST, 1993, p. 44).

A criação da CONCRAB significou a consecução do aparato legal. Desde então, as cooperativas são subordinadas, nacionalmente, à CONCRAB, e todos os assentamentos devem ser base do MST. As publicações do Movimento reafirmam que existe a possibilidade de um caminho alternativo ao capitalismo e que a Reforma Agrária não seria um fim em si. Seguindo esta política, delibera-se, neste período, que o “Setor de Cooperativas”, detentor do monopólio financeiro, deve contribuir com todos os outros setores do Movimento.

Cabe salientar, que no período de 1990 a 1993 ocorreu, simultaneamente à expansão do SCA a emergência de problemas no setor, sobretudo na administração das cooperativas. Conforme o MST (1993), como forma de contornar estes problemas, naquele momento entendidos como resultado de desencontros gerenciais e administrativos, bem como para subsidiar os trabalhos de base, estimulando a divisão do trabalho nos assentamentos - já que havia e há uma forte rejeição por parte dos assentados em relação à cooperação - o MST, através da CONCRAB, criou cursos de capacitação nos assentamentos, tais como:

- o curso Técnico em Administração de Cooperativas (TAC), cujo objetivo era formar jovens assentados para a atividade de técnico agrícola nos assentamentos;

- os cursos de Formação Integrada na Produção (FIP) que tinham como objetivo central a instrumentalização técnica para a continuidade da luta no MST.

Deu-se ainda prosseguimento ao desenvolvimento dos Laboratórios Organizacionais de Campo⁵⁰ (LOC), em que o objetivo era a construção de uma

⁵⁰ O LOC (Laboratório Organizacional de Campo) foi uma metodologia de capacitação massiva, idealizada por Clodomir Santos de Moraes, fazia parte da “Teoria da Organização no Campo”, difundida pelo MST, entretanto, essa metodologia não trouxe os resultados esperados para ampliar a experiência dos coletivos e das cooperativas de produção. Além da inadequação do método, uma questão importante a destacar refere-se ao distanciamento entre a ideologia defendida pelas

consciência organizativa, por meio de uma organização empresarial. A ele era atribuído o papel de funcionar como um momento privilegiado no processo educativo de produção de novas formas de pensar e agir entre os assentados.

Houve também, neste terceiro momento, a consolidação de uma série de documentos/cartilhas resultantes desse processo cumulativo de debates e experiências acerca da cooperação agrícola. Desse modo, destacamos o documento “*A Cooperação Agrícola nos Assentamentos*”, elaborado pelo MST/CONCRAB em 1993, em que foi apresentada a,

[...] preocupação com uma concepção de cooperativa sustentada basicamente na esfera econômica, apesar de referir-se às razões e objetivos sociais, políticos e econômicos. Ficou destacado neste documento que a cooperação nos assentamentos se daria por meio da divisão do trabalho e deveria funcionar como uma empresa econômica (FABRINI, 2002, p. 123).

No ano de 1994, em meio a crise econômica enfrentada pelas CPAs, foi realizado o “I Seminário Nacional sobre as Perspectivas da Cooperação Agrícola nos Assentamentos”, onde foi discutido os rumos da cooperação agrícola para os assentamentos. Nesse seminário fica claro que o modelo calcado nos coletivos de produção precisava ser repensado sob pena de sua inviabilização enquanto alternativa real de organização da produção para as famílias assentadas, já que as Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs) e Coletivos enfrentavam situação de crise latente, denotando a presença de contradições internas e externas. Esse aspecto pode ser percebido na seguinte avaliação:

A maioria de nossas CPAs e grupos coletivos vem enfrentando, especialmente a partir do último ano, crises que põem em risco a sua existência e por consequência, parte importante da proposta de cooperação agrícola do MST-SCA. A origem dessas dificuldades não está claramente determinada. Em alguns casos, aparenta ser a falta de viabilidade econômica daquele coletivo, em outros, ocorre o contrário [...] (MST, 1994 s/n) (grifo nosso).

lideranças do MST e o contexto cultural da base, os assentados. Para saber mais sobre o LOC, ver: MORAES, C. S. Elementos sobre a teoria da organização no campo. Caderno de Formação nº 11. São Paulo, 1986. BRENNEISEN, E. C. Relações de Poder, Dominação e Resistência: a organização social e da produção em assentamentos rurais na região Centro-Oeste do Paraná. 2000. Tese [Doutorado em Ciências Sociais]. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Embora a organização do Movimento afirme que “a origem dessas dificuldades não está claramente determinada”, a nosso ver, a “crise” das cooperativas, desde aquele momento até os dias atuais, está relacionada diretamente com a questão econômica, dentre outras questões, já que o Movimento encontra dificuldades para inserir a produção no mercado, de maneira que garanta a sobrevivência dos assentados e a manutenção da mesma. Portanto, podemos dizer que a crise não é consequência da debilidade da luta pela reforma agrária, mas da tentativa de inserção competitiva dos assentados no mercado mundial fortemente oligopolizado e à ausência de políticas e planos de desenvolvimento econômico e social que os favoreçam. Ela é produto de uma situação histórica crônica, mas foi especialmente ressentida na década de 1990, quando o Estado neoliberal deixou de implementar as políticas econômicas compensatórias e decidiu garantir a reprodução ampliada do grande capital agropecuário.

Porém, não se limitando a questão econômica, ressaltamos que o modelo de cooperativismo implantado nos assentamentos não tem sido aceito pela maioria dos assentados, haja visto a resistência imposta pelos assentados à generalização desse formato organizacional, o que resulta em divergências entre os assentados e a organização do Movimento, representada pelas lideranças⁵¹. Neste ponto, é importante dizermos que as diferenças aqui apontadas e presentes no Movimento são entendidas por nós como “conflitos que se dão no interior do *campo* da luta pela terra e não necessariamente como uma negação do Movimento” (ALMEIDA, 2003).

Nesse contexto de “crise” das cooperativas, foram elaborados, pelo MST/CONCRAB, dois documentos/textos, na tentativa de “esclarecer” os percalços. No primeiro, intitulado “A Crise das Cooperativas de Produção Agropecuária⁵²”, os autores Pedro Cerioli e Pedro Cristoffoli admitem os problemas enfrentados nas experiências até então desenvolvidas, mas explicam que “a crise não representa um esgotamento da proposta de cooperação (especialmente as CPAs) e sim uma incapacidade de implementar o que já havia sido decidido até aquele período” (CERIOLI, et al *apud* MST, 1999, p. 18).

⁵¹. Há várias publicações que apontam para essa questão, dentre elas, destaco: ALMEIDA (2003); SIMONETTI (1999); BRENNEISEN (2000); FABRINI (2002); SOUZA (1999); etc.

⁵² MST/CONCRAB. A Crise das Cooperativas de Produção Agropecuária. In: Evolução da Concepção de Cooperação Agrícola do MST (1989 a 1999). Cadernos de Cooperação Agrícola nº 08. São Paulo: Concrab, 1999.

No segundo, de autoria de Ademar Bogo, intitulado “Perspectivas da Cooperação Agrícola no MST⁵³”, o autor afirma que um dos principais problemas em relação à crise é o fato de ter a cooperativa como prioridade em detrimento de outras formas de cooperação. Pois, “nossa força, tanto política, quanto econômica, dependem desta organização orgânica que temos nos assentamentos, por isso todos os assentados são considerados base do MST independentemente da forma como estão trabalhando”. Segundo o autor, “deve-se organizar a cooperação pelas duas vias clássicas: *produtiva e não-produtiva*⁵⁴.” (BOGO *apud* MST, 1999, p. 18-19).

Portanto, para Bogo, isso significava combinar a organização em torno da produção (produtiva) com aquelas formas de cooperação (especialmente as cooperativas de comercialização e de prestação de serviços) que garantissem a possibilidade de reprodução das unidades do tipo familiar nos assentamentos (não-produtivas). Neste texto, o referido autor aponta ainda os limites estratégicos das cooperativas, devido à falta de uma força de vanguarda na sociedade brasileira, somando-se as dificuldades financeiras das cooperativas, atribuindo-as a problemas na estrutura agrária brasileira, à falta de um projeto revolucionário no Brasil, às dificuldades na relação agricultura e indústria, ao distanciamento do Estado e a problemas orgânicos internos.

O debate proporcionado pelos dois textos permitiu ao MST resgatar e elencar um conjunto de novas formulações para a cooperação. É interessante destacar, entretanto, que, ambos os autores citados, em nenhum momento põem em questionamento a forma cooperativa como expressão de cooperação. Portanto, em suas análises não há uma crítica a concepção da proposta, na verdade, atribuem a crise/fracasso do desenvolvimento da cooperação “[...] as indefinições políticas (na ausência de uma estratégia revolucionária para a sociedade brasileira); a estrutura agrária brasileira; a desvinculação da agricultura com a indústria, ao distanciamento do Estado e nas dificuldades internas” (MST, 1999).

⁵³ MST/CONCRAB. Perspectivas da Cooperação Agrícola no MST. In: Evolução da Concepção de Cooperação Agrícola do MST (1989 a 1999). Cadernos de Cooperação Agrícola nº 08. São Paulo: Concrab, 1999.

⁵⁴ Segundo Bogo *apud* MST (1999, p.19), “A cooperação produtiva é aquela que organizamos em torno da produção, a não produtiva é aquela que organizamos em torno da prestação de serviços, entre ajuda, comercialização, etc”.

Em janeiro de 1995 foi fundado o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA), mantenedor da Escola “Josué de Castro”⁵⁵, em Veranópolis/RS. Este Instituto tem como finalidade estruturar as atividades dos cursos técnicos de administração das cooperativas (TACs).

Nesse ano publicou-se a cartilha “Perspectivas da Cooperação Agrícola nos Assentamentos”, em que se deu a sistematização de um conjunto de orientações do tipo de cooperação que o Movimento desejava desenvolver. No entanto, nesta publicação não houve grandes alterações à proposta de desenvolvimento cooperativista do Movimento, uma vez que nela foram reafirmados os objetivos pretendidos pela organização do MST.

Em 1996, o SCA iniciou o debate sobre como massificar a cooperação agrícola e, “neste contexto, criou as Cooperativas de Prestação de Serviços (CPS), procurando implantar cooperativas com vínculos mais “frouxos” entre os assentados e o MST, procurando conciliar os interesses coletivos aos interesses individuais” (FABRINI, 2002, p.123).

Também, nesse ano, houve a realização do II Seminário Nacional sobre as “Perspectivas da Cooperação Agrícola no MST”, momento em que foram arrolados os “vícios e desvios” que aparecem nos assentamentos (individualismo, personalismo, comodismo, peleguismo, corporativismo, etc⁵⁶) e os desafios gerais (organização a produção, massificar a cooperação, trabalho ideológico permanente, garantir a direção política nas regiões e como os assentados vão contribuir com a estratégia do Movimento) (MST, 1998).

Nesse seminário foi também apresentada a vinculação estratégica do MST com o SCA:

Ser uma retaguarda do MST; proporcionar para o MST: militantes e dirigentes para fazer a luta política, econômica e social; desenvolver a consciência política na nossa base, engajar-se na sociedade; criar condições materiais para a luta social e política/Estabelecer novas relações sociais; articulação política (alianças); como empresa econômica e como modelo de cooperativismo ser: diferente, alternativo e de oposição (MST,1999, p. 22-23).

⁵⁵ A escola oferece curso de segundo grau que formam administradores de empresas associativas e educadores da Reforma Agrária, além de cursos profissionalizantes na área de derivados de leite, carne, frutas e verduras.

⁵⁶ MORAES, C. Elementos sobre a teoria da organização no campo. MST: Caderno de Formação nº 11, agosto de 1986.

Cabe destacar que deste seminário originou-se a publicação, em 1998, da cartilha “Sistema Cooperativista dos Assentados”, documento em que o Movimento sistematiza o conjunto das formulações políticas e organizativas para o SCA, explicando a sua concepção de cooperativismo:

Para nós a cooperação não é vista apenas pelos objetivos sócio-políticos, organizativos e econômicos que ela proporciona. Ela é, para nós, uma ferramenta de luta, na medida em que ela contribui com: a organização dos assentados em núcleos de base, a liberação de militantes, a liberação de pessoas para a luta econômica e, principalmente, para a luta política (MST, 1998, p. 22) (grifo nosso).

A análise desta concepção nos indica que a cooperação agrícola é entendida pela organização do Movimento, não apenas como possibilidade de concentração de capital, de mão-de-obra e de meios de produção, mas principalmente como meio indispensável para conquistar a Reforma Agrária e transformar a sociedade, por meio da luta política:

[...] as associações e as cooperativas não devem se organizar apenas com objetivos econômicos, mas também com objetivos políticos, de longo prazo, que permitam conscientizar os trabalhadores para fortalecer as suas lutas, tendo em vista a transformação da sociedade [...]. Os assentamentos devem transformar-se em retaguarda política de luta contra a burguesia, para ir acumulando forças para a realização da Reforma Agrária (GÖRGEN e STÉDILE, 1991, p. 146)

Diante desse contexto, percebe-se que desde o surgimento dos primeiros assentamentos organizados pelo MST, já se passava, de forma ainda embrionária, por um período de debates e pela construção de um entendimento interno acerca da função das cooperativas como instrumentos políticos de organização social.

Como resultado de anos de organização, sistematização e estruturação da proposta de cooperação agrícola, o MST construiu uma proposta diversificada para se pensar a produção, que pode ser realizada de várias formas, desde a mais simples até a mais complexa. O caderno de cooperação “Sistema Cooperativista dos Assentados⁵⁷”, explicita esta questão.

⁵⁷ MST/CONCRAB. Sistema Cooperativista dos Assentados. Caderno de Formação nº 05, 1998.

A seguir, utilizando dessa publicação pontuamos tais formas, na medida em que elas contribuem para a compreensão do objeto específico do trabalho:

O *mutirão ou troca de serviço* é a forma mais simples de cooperação agrícola. Ele acontece ocasionalmente entre os assentados individuais, especialmente entre vizinhos ou parentes, para fazer capina, plantio, colheita, etc, promovendo a união entre essas pessoas. É uma forma bem simples de cooperação agrícola, porque não chega a existir a divisão social do trabalho, já que ele se constitui numa forma de realizar com rapidez o trabalho, para o qual os membros de determinada família não dispõem de toda força de trabalho suficiente.

Os *núcleos de produção* são experiências organizativas direcionadas aos assentamentos em que os grupos familiares estão estabelecidos de forma individual, apresentando dificuldades para desenvolverem formas associativas mais avançadas. O núcleo de produção é uma fusão de algumas famílias que se unem, por proximidade, parentesco ou linha de produção (o leite, por exemplo), com a finalidade de organizar a produção de determinada cultura. A terra e os instrumentos de produção estão sob controle individual. Geralmente, os grupos de famílias funcionam como uma instância de base da cooperativa ou da associação e não possui registro legal autônomo.

As *associações* podem ser de vários tipos: a) para aquisição de animais; b) de máquinas ou implementos agrícolas; c) de transporte; d) de comercialização; e) de benfeitorias; f) de representação política de todos os assentados. A associação é formada por pessoas que se organizam em conjunto tendo como finalidade a prestação de serviços. Ela tem personalidade jurídica e seus associados estabelecem uma forma de administração desse instrumento de produção para que o conjunto se beneficie de sua utilidade. O sistema de trabalho predominante nessa forma de organização ainda é o trabalho familiar. Para alguns fins específicos pode haver a utilização do trabalho coletivo, mas essa organização ocorre de forma esporádica. Todos os investimentos feitos na associação estão sob o controle da associação. Vale ressaltar que em todo o Brasil, as associações são a forma mais ampla de organização nos assentamentos.

Os *grupos coletivos* são vistos como uma forma de organização do trabalho que representa um salto qualitativo na organização da produção familiar, pois já expressam a gestão do processo produtivo de forma coletiva. Nessa forma de

organização não se exige um número mínimo ou máximo de participantes, já que se trata de uma organização informal que pode funcionar sem necessidade de legalização. O título de propriedade do lote permanece em nome do assentado, mas não há o parcelamento dos lotes, que ficam sob o controle do coletivo, apenas uma parcela do lote é dedicada à produção de subsistência. O planejamento da produção é decidido pelo coletivo dos sócios, por meio de assembleias. Apesar de ser uma estrutura informal, os grupos coletivos possuem um regimento interno aprovado por seus membros em assembleia; suas decisões são registradas em livros de atas. Para o MST (1998, p. 14), “os grupos coletivos representam um passo a frente na organização da produção familiar, pois já exige um grau de consciência mais elevado por aglutinar pessoas ou famílias que já estão dispostas a organizar o processo de produção de forma coletiva”.

Na forma de cooperação dos *grupos semi-coletivos* uma parcela do lote é destinada para o uso coletivo e uma outra parcela é dedicada para o uso individual, sendo que parte do planejamento da produção e o investimento é feito de forma coletiva e outra parte de forma individual. A maior dificuldade dessa forma de cooperação está em conciliar os interesses individuais com o interesse coletivo.

As *cooperativas de prestação de serviços (CPS)* são organizadas em um ou mais assentamentos de um município, e tem por finalidade organizar o processo de compra e venda da produção e de bens de consumo para os associados, além de possibilitar a implantação de agroindústrias para beneficiar a produção nos assentamentos. Esse tipo de cooperativa pode também, com base em estudos direcionados à viabilidade econômica, definir as linhas de produção a serem desenvolvidas e elaborar um planejamento centralizado da produção vinculada à cooperativa; organizar a assistência técnica, por meio do serviço de máquinas e da capacitação técnica dos assentados. Esta forma de cooperativa não organiza o trabalho familiar e nem diretamente a produção, ela apenas organiza o trabalho relacionado aos serviços por ela prestados. O planejamento da produção é responsabilidade dos associados, mas cabe a cooperativa, a partir de um estudo realizado de viabilidade econômica, definir e organizar as principais linhas de produção a serem desenvolvidas pelos assentados.

As *cooperativas de prestação de serviços regionais (CPSR)* também são conhecidas como Cooperativas Regionais. É uma CPS com maior área de abrangência, pois compreende vários assentamentos em uma região. Normalmente,

ela atua na área da comercialização da produção e de insumos agrícolas, no beneficiamento, na assistência técnica e, algumas, na organização da produção.

As *cooperativas de crédito* são experiências ainda recentes no âmbito do MST. Este tipo de cooperativa tem a finalidade de fazer circular o capital financeiro dos assentamentos, buscando facilitar o acesso ao crédito. Esta cooperativa pode direcionar os recursos disponíveis para financiamento justamente para as atividades econômicas estratégicas dos assentamentos de sua abrangência. Para iniciar seu funcionamento esta forma de cooperação necessita de no mínimo 20 associados.

As *cooperativas de produção e prestação de serviço (CPPS)* devem ser compreendidas como uma forma de transição entre uma Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços e a Cooperativa de Produção Agropecuária. Desse modo, a partir do momento em que uma cooperativa dessa natureza avança no sentido de juntar a organização da produção às suas atividades, constitui-se a CPPS. A gestão da terra nessa forma de cooperativa pode ser de propriedade do coletivo, se constituindo como área de produção coletiva ou a cooperativa se apropria da terra em que existem investimentos coletivos, sendo que o restante permanece como propriedade familiar. Na organização do trabalho, as atividades podem ser realizadas pelo trabalho coletivo. Uma outra forma é o assalariamento, incorporando um associado para cada posto de trabalho.

A *cooperativa de produção agropecuária (CPA)* é considerada pelo Movimento como uma “forma superior de organização da produção”. São organizadas formalmente, com personalidade jurídica, a partir de uma estrutura permanente, formada por setores de produção e serviços. É considerada complexa, porque se constitui como empresa de produção coletiva, gestão coletiva e de trabalhos coletivos. Assim, a terra permanece sob o controle do coletivo, ficando apenas uma parcela dedicada à subsistência do associado. O planejamento do processo produtivo é coletivo e baseado em estudos técnicos que definem as linhas de produção e a ordem de prioridades a serem implantadas. A CPA organiza o trabalho em setores, a partir da divisão técnica do trabalho, os quais são determinados pela atividade produtiva desenvolvida e pela capacitação técnica dos associados. O trabalho é computado por hora trabalhada e sua remuneração depende da produção total da cooperativa.

Em linhas gerais, conforme a fonte utilizada, essas são as diversas formas de cooperação agrícola organizadas pelo MST nos assentamentos. Entretanto, ressaltamos que o desenvolvimento dessas diversas formas de cooperação não dependem exclusivamente da teoria de organização do Movimento, mas do modo como este lida com o cotidiano dos assentamentos e, com isso, com a resistência impetrada principalmente pelos camponeses, em relação à implantação das cooperativas.

Ressaltamos ainda que segundo Carvalho (1998), em pesquisa desenvolvida sobre o associativismo econômico nos assentamentos, um único assentamento pode combinar e alterar formas de associativismo econômico, induzidas pelos organismos governamentais e não-governamentais que são absorvidas e re-apropriadas pelos grupos sociais.

Num mesmo assentamento podem coexistir diferentes formas de associativismo, assim como uma família de trabalhador rural assentado pode participar de uma ou mais dessas formas de associativismo distintas entre si, de forma simultânea, num mesmo assentamento. E, no decorrer da história de um determinado assentamento, a combinação entre formas diversas de associativismo econômico pode ter sido alterada. Assim, sincrônica e diacronicamente, cada assentamento apresenta variações significativas nas formas de associativismo vivenciadas pelas famílias de trabalhadores rurais (CARVALHO, 1998, p. 01).

Embora o Movimento tenha estimulado as mais variadas formas de cooperação nos assentamentos, a cooperativa (CPA) sempre foi considerada como a principal forma de organização econômica, social e política no assentamento. Elas são concebidas pelo MST como uma forma de integração do assentado ao mundo da mercadoria. No entanto, não é uma luta para se integrar à produção de mercadoria em si, tornando o assentado mais um capitalista, mas para superar as relações de dominação engendradas no processo de acumulação de capital. Assim, por meio da incorporação ao mundo da mercadoria, o MST acredita que se pode criar condições favoráveis para a luta e superação das relações de dominação capitalista (FABRINI, 2002).

É importante ressaltar que apesar das formas de cooperação terem sido debatidas no interior do MST desde meados da década de 1980, não ocorreram transformações substantivas na essência do que fundamenta a compreensão do campesinato. Uma vez que, a necessidade de superação das

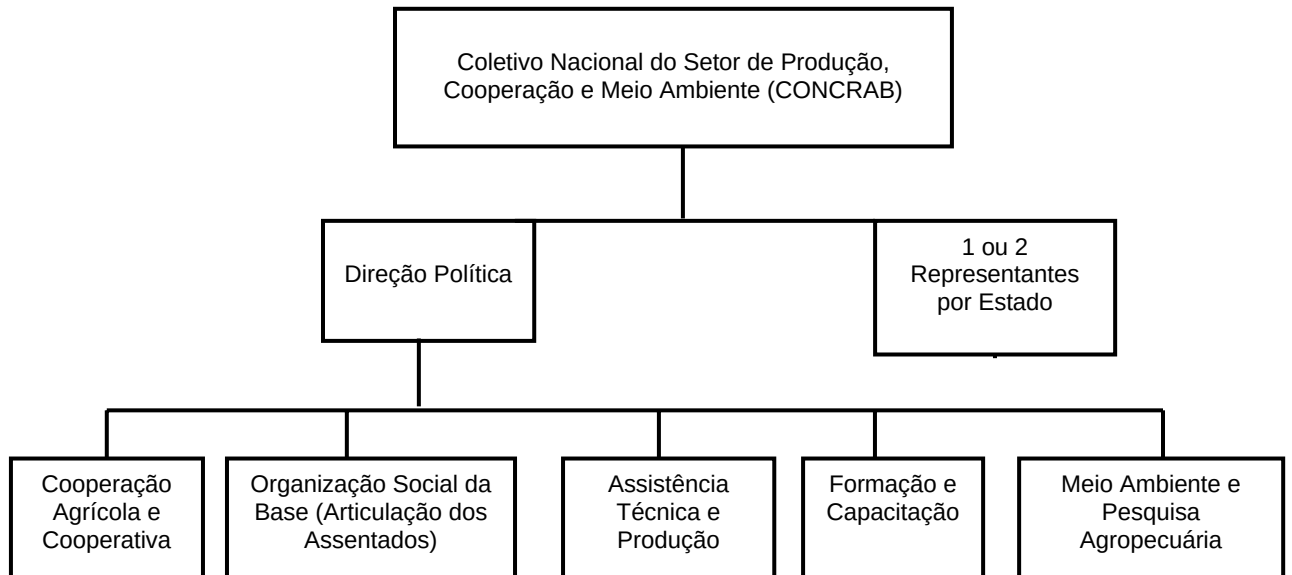
relações camponesas é, ainda, verificada no documento “O que levar em conta para a organização do assentamento”, de 2001.

Os camponeses pôr serem produtores autônomos de mercadorias não visualizam de forma clara o seu explorador (não há patrão). Por não compreender o seu processo de exploração, tende sempre a dirigir sua contestação ao Governo, reivindicando sempre melhores condições de preço. Por não entenderem a sua posição e situação de classe, desenvolve uma consciência corporativa e economicista. Estes camponeses pôr organizar o seu processo produtivo de forma familiar (sem divisão técnica do trabalho) e com base na propriedade privada, tende a construir uma visão de mundo subjetivista e oportunista (MST, 2001, p. 07).

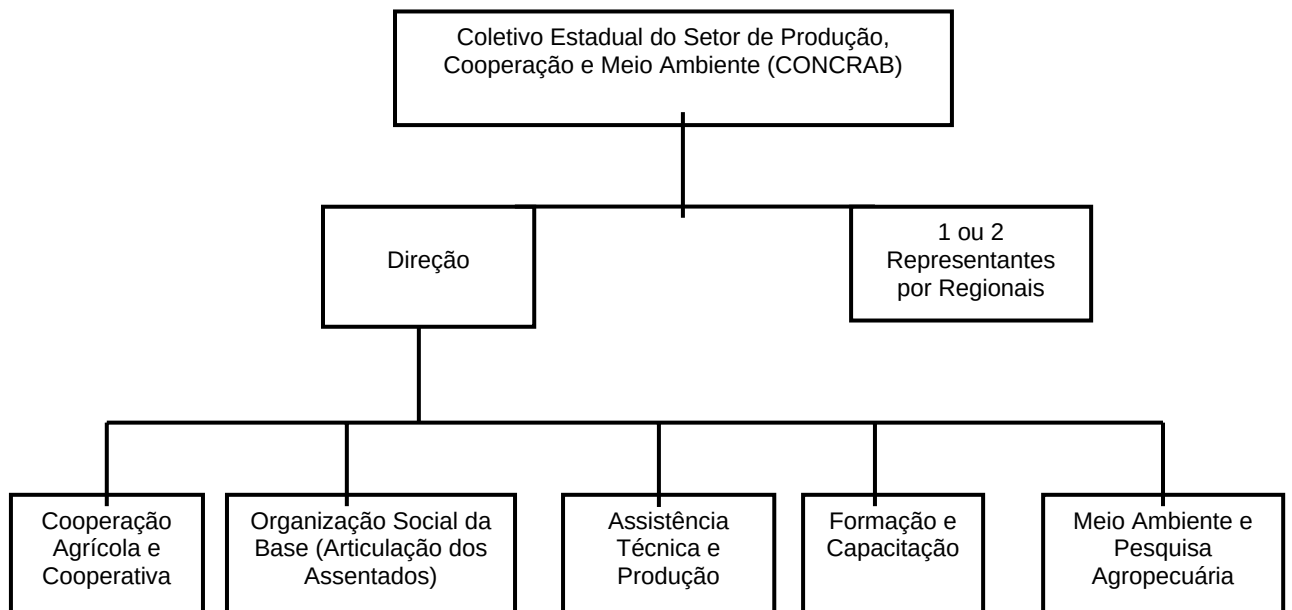
Atualmente, mesmo permanecendo esta “leitura” acerca do campesinato, as reflexões e (re)elaboraões da cooperação tiveram como resultado a criação, em 2002, do Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente em substituição ao Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA). Este setor, pelo qual a CONCRAB continua respondendo juridicamente, foi dividido em cinco frentes de atuação, a saber: Frente da Cooperação Agrícola e Cooperativas; Frente da Organização Social da Base (Articulação dos Assentados); Frente da Assistência Técnica e da Produção; Frente de Formação e Capacitação e Frente do Meio Ambiente e Pesquisa Agropecuária, as quais se apóiam e se sustentam mutuamente.

Os organogramas (figura a e b) a seguir esquematizam a organização do Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente em âmbito nacional e estadual.

a) Organograma Nacional do Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente



b) Organograma Estadual do Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente



Para este novo setor, a cooperação deve envolver as diferentes dimensões da vida cotidiana nos assentamentos, estimulando as práticas agroecológicas e o respeito ao meio ambiente (MST, 2002).

Neste contexto, o Movimento redefine o papel da cooperativa, em vista tanto dos seus problemas internos, quanto das posições governamentais sobre a política agrícola, e a criminalização sofrida pelos dirigentes das cooperativas⁵⁸:

[...] estamos vivendo atualmente: o fim do PROCERA, fim do LUMIAR, denúncias públicas e desvios de recursos, auditorias pública nas cooperativas, intervenção federal em algumas cooperativas, a maioria dos assentados já atingiram todo o teto de financiamento e conseqüentemente o endividamento agrícola, falência do modelo de infra-estrutura construído pelas cooperativas (MST, 2002, p. 04).

Corroborando nessa compreensão, Fabrini (2002, p.124) escreve que:

A compreensão das cooperativas como instrumento de intervenção nos assentamentos levou o Estado a investir no seu desmantelamento por meio de um amplo e sistematizado conjunto de medidas. Medidas que vão desde o fim da assistência técnica nos assentamentos, com a extinção do Projeto Lumiar, à depreciação pública, nos meios de comunicação.

No entanto, apesar deste período crítico, a cooperativa continua sendo o modelo de organização privilegiado pelo MST, tanto do ponto de vista econômico como político. Desse modo, cumpre ressaltar que a cooperativa não saiu de pauta como linha política do Movimento, uma vez que para o MST (2002, p. 02) “deve-se buscar sempre formas mais avançadas (as cooperativas), ao mesmo tempo que também desenvolva formas solidárias de organização social”.

Neste contexto nacional de extinção do crédito especial para a Reforma Agrária (PROCERA); investigação e criminalização dos dirigentes das cooperativas; cancelamento dos convênios com o Movimento para assistência

⁵⁸ A partir de setembro de 2000, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, através do Incra, passou a orquestrar uma onda de “auditorias” nas cooperativas do Movimento, buscando organizar dossiês para uso na imprensa, manipulando e distorcendo informações sobre as cooperativas. Os impactos desta ofensiva política geraram conseqüências não só para as cooperativas, mas também para a vida dos assentados, já que causou vários problemas, entre eles: a extinção da assistência técnica, a eliminação, na safra 2000/2001, do crédito para plantio (custeio agrícola), entre outros.

técnica (o LUMIAR); etc; passou-se do período em que a cooperação tinha como centro os recursos e os financiamentos, para um projeto de cooperação baseado na resistência. “Voltamos a reconstruir a concepção que é possível organizar as cooperativas com base na terra e na mão-de-obra. O crédito passa a ser complementar” (MST, 2002, p. 04).

Neste sentido, Carvalho (2002) propõe a idéia de se criar *“comunidades de resistência e de superação”* como alternativa para superar a crise e reafirmar a identidade cultural dos pequenos produtores rurais familiares no sentido de, coletivamente, resistir na terra. Para o autor, a experiência de cooperação acumulada pela MST/CONCRAB aponta para a necessidade de implementar mudanças na organização das CPAs para que elas se tornem comunidades de resistência e superação. Assim, no plano econômico, as mudanças passam pela diversificação da produção, voltadas tanto para garantir a auto-subsistência quanto para abastecer o mercado popular local e regional, e a substituição dos insumos de origem agroindustrial pelos de fabricação doméstica. No plano político-ideológico, as mudanças devem procurar romper com o “consumismo tipo urbano” evitando gastos com a compra de alimentos que podem ser produzidos nas comunidades. Deve também garantir a formação massiva dos trabalhadores e suas famílias, no sentido de conhecer as causas da pobreza e buscar soluções para superá-la e de incrementar as formas de cooperação como componentes de um processo educativo, e não apenas com fins meramente econômicos.

Portanto, como rebate a esta ofensiva abre-se uma outra perspectiva para os assentamentos, qual seja, “construir um novo conceito de vida e trabalho para as áreas conquistadas”. Assim sendo, o setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente tem a tarefa, conforme o Movimento, de propiciar o espaço político necessário à organização de novas formas de assentamento que combine moradia, núcleo de família, cooperação, modificação na matriz produtiva e formação técnico-política da juventude assentada (MST, 2002).

No tempo presente, observa-se que “a comunidade dos assentamentos deve ser um espaço de desenvolvimento de toda família, um espaço de resistência à exploração, de convivência e da prática da solidariedade permanente” (MST, 2002, p. 02).

Mas se esta preocupação se encontra no âmbito das publicações do Movimento, cabe analisá-las face a realidade estudada, o que buscaremos fazer no capítulo que se segue.

3.2 A Cooperação Agrícola nos Assentamentos Rurais: divergências na sua prática

Apesar de haver por parte da organização do MST um privilegiamento *a priori* de processos coletivos de organização dos assentamentos, uma das decisões mais cruciais que os sem-terra têm de tomar, ao iniciar as atividades produtivas no lote conquistado, é escolher a forma de exploração da terra. Desse modo, na terra conquistada as famílias camponesas vivenciam o conflito entre “viver coletivo”, através da formação de cooperativas de produção, ou “viver individual” através da reorganização da agricultura camponesa, tal como já tinham tradição de realizar em sua atividade de pequeno produtor familiar antes de serem assentadas.

Neste sentido, Farias (2002), ao discutir as formas de sociabilidade no assentamento Sul Bonito, em Itaquiraí/MS, evidencia os conflitos em relação a esse debate:

O ‘viver coletivo’ é uma orientação da organização do MST que, ao divulgar ‘princípios coletivistas’, procura projetar uma sociedade de iguais, estruturada na ideologia socialista. Neste sentido, o ‘viver coletivo’, não é somente estar na terra conquistada, mas também, é levar adiante a luta pela Reforma Agrária. Já o ‘viver individual’, traz em si referências da experiência constituída em um outro momento, permanecendo presente na memória individual ou coletiva das famílias, mas que a organização do Movimento ainda não conseguiu interpretar, traz em si o desejo de felicidade e melhoria de vida da família (FARIAS, 2002, p.222).

Isso posto, cabe dizer que desde o início das discussões sobre a cooperação agrícola, este debate (coletivo x individual) foi delineado por posições divergentes, marcadas por um discurso ideológico-moral do tipo “coletivo-superior” *versus* “individual-inferior”, conduzido principalmente pelas lideranças do Movimento. Entretanto, a formação de assentamentos à base da agricultura camponesa acabou predominando, porém com algumas combinações de cooperação em parte da terra, entre grupos de pequenos agricultores. Também proliferam as associações de

comercialização, compra e uso de máquinas e de beneficiamento nos assentamentos rurais.

Acreditamos que isso se deve ao fato de que no mundo camponês as soluções ora cooperativistas, ora individuais/familiares, não se chocam, pelo contrário, compõem o conjunto das relações sociais que são referências no universo camponês, transitando em uma “via de mão dupla” de acordo com as necessidades dos camponeses.

Apesar disso, a idéia de incentivar a coletivização continua sendo dominante entre as lideranças do Movimento, e ainda é pensada como intrinsecamente melhor, tendo como fundamento as concepções teórico-metodológicas sobre campesinato, cooperação agrícola e socialismo que predominam na Organização.

Neste sentido, nos itens que se seguem, buscaremos na análise do cooperativismo nos assentamentos de Mato Grosso do Sul, compreender o olhar tecido pelos assentados e pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) frente às formas de cooperação, pois estas análises nos darão subsídios para pensarmos as estratégias diferenciadas de permanência na terra desenvolvidas pelos assentados pesquisados. Uma vez que, percebemos no desenvolvimento deste trabalho, que as famílias refazem a vida no assentamento, passando pelas orientações organizativas do MST, porém alterando-as de acordo com a realidade concreta vivenciada no cotidiano da vida e da produção.

3.2.1 - O Sentido da Cooperação para o MST: os ideais camponeses como entrave ao desenvolvimento da cooperação

Na análise da produção teórica do e sobre o MST acerca da cooperação agrícola, verificamos que a mesma é proposta pela organização do Movimento com base em duas motivações principais: a racionalidade econômica e a utopia socialista. A motivação da racionalidade econômica aparece como sendo a mais importante no discurso da Organização. Portanto, a perspectiva é a de construir a possibilidade dos camponeses assentados se auto-sustentarem a partir da própria produção.

A segunda motivação, a utopia socialista, é menos enfatizada. Esta utopia é compartilhada por parte da militância do Partido dos Trabalhadores e por

setores da Igreja Católica que trabalham com movimentos sociais e, conseqüentemente, com as famílias nos assentamentos rurais. Para eles a noção de cooperação implica em superar o isolamento das famílias e o individualismo, que impedem a organização popular de propor e implementar novas práticas visando a conquista de mudanças políticas, justiça social e melhoria das condições de vida. Assim, grande destaque é dado à importância de associações e cooperativas para a produção e comercialização da produção.

Isso posto, cabe salientar que, para a organização do Movimento, que tem como principal referência teórica o marxismo-leninismo⁵⁹, a forma camponesa de pensar sempre foi entendida como um obstáculo para o desenvolvimento das ações coletivas nos assentamentos. Isto porque “[...] a pequena propriedade individual está se tornando economicamente inviável. O lavrador que trabalha individualmente é um artesão: faz de tudo e não se especializa em nada⁶⁰”. Nesse raciocínio, a gestão individual, aqui entendida como gestão familiar e privada da terra (à maneira camponesa), torna-se economicamente inviável por ser artesanal, uma irracionalidade na atual conjuntura.

Por entender que as relações sociais e de produção camponesas não permitem a formação de uma “consciência coletiva”, grande parte das publicações do Movimento atribui a esse comportamento chamado de individualista, os possíveis fracassos no desenvolvimento das atividades coletivas entre os camponeses.

Neste sentido, qual seja, do *modo de vida*⁶¹ do camponês, Carvalho (1998, p. 07), um dos mais importantes assessores do MST, afirma que se trata de um “comportamento individualista com relação à gestão do assentamento, a forma de apropriação da terra e ao processo produtivo no sentido mais amplo, incluindo a comercialização, e às relações com os organismos governamentais mediadores das políticas públicas”. Corroborando com esta análise, Bogo (1999), teórico e sujeito do

⁵⁹ Grande parte da direção do MST conduz o Movimento baseando-se nas teses do marxismo-leninismo. Tal referência teórica proporciona uma leitura minimizadora das condutas individuais, que são separadas conforme as categorias consciência e alienação. Conscientes são aqueles que pensam e agem da forma prescrita pela direção, e alienados todos os outros que pensam e agem de forma diferente.

⁶⁰ Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, n. 86, agosto de 1989, p. 14.

⁶¹ Karl Marx (1984) utilizou o conceito de *modo de vida* para explicar que a forma como os homens produzem seus meios de vida não se limita à “reprodução da existência física dos indivíduos”, mas trata-se de um “modo de manifestar a vida”. É, sobretudo, conforme entendemos, um modo de organização que reflete o que produzem e como produzem, o que depende, por sua vez, das condições materiais da produção.

Movimento, afirma que esse traço utilitarista e individualista da cultura camponesa dificulta o planejamento coletivo da produção e o estabelecimento de políticas e programas de caráter coletivo, nas áreas da saúde, educação, cultura, meio ambiente, habitação, entre outros, que contribuam não só para melhorar as condições de vida das famílias, mas também para a formação de valores humanos e sociais solidários entre os assentados.

Segundo estas interpretações, este tipo de produção tradicional acaba não permitindo a sobrevivência do trabalhador e sua família na terra, fato que pode trazer consequências políticas negativas e acabar comprometendo ideologicamente a luta pela terra e pela Reforma Agrária. O que queremos dizer é que o desenvolvimento da cooperação agrícola nos assentamentos, além de representar, para as famílias e a sociedade, uma possibilidade de novas relações globais, está diretamente relacionada as condições de sobrevivência e reprodução do Movimento, pois a “liberação” de pessoal para militância depende de que outros realizem a tarefa de produção no lugar daquele que se ausentou. Isso somente pode ocorrer com certa organização nos grupos coletivos, sendo praticamente impossível nos lotes individuais.

Portanto, para organização do Movimento, a participação dos assentados em atividades coletivas,

[...] contribuirá para que o individuo dê os primeiros passos na formação de uma nova consciência social a partir da prática de novos hábitos e valores e, posteriormente, através da organicidade e de sua própria participação, adquira a consciência política, fazendo com que se empenhe, agora não mais para transformar os aspectos da realidade que o cerca, mas de toda a realidade que concentra injustiças e opressões dos seres humanos (BOGO, 1999, p. 137-138).

Diante de tal contexto, fica evidente que para a organização do Movimento, torna-se necessário romper com as raízes culturais passadas, mudar a “mentalidade tradicional camponesa dos assentados”, mentalidade esta que, por essa concepção, os leva a acreditar que somente conseguirão a autonomia por meio da gestão individual/familiar da terra. Sozinho, isoladamente, como escrevem os autores destas publicações do Movimento, é muito difícil que um assentado possa conseguir capitalizar-se para inserir-se no mercado capitalista, visto que é da sua

capacidade de organização neste mercado que dependerá a sua permanência ou a sua exclusão da terra.

Neste momento, importante se faz lembrar que por meio da incorporação ao mundo da mercadoria, a organização do MST acredita que se pode criar condições favoráveis para a luta e superação das relações de dominação capitalista (FABRINI, 2002). Portanto, a resistência se daria por dentro do sistema e não por fora, como costumeiramente se pensa.

Afirma ainda que no atual contexto capitalista, em que ocorre a sujeição da renda da terra ao capital, através da compra, da venda, da exploração e da subordinação do camponês, a solução é desenvolver formas de cooperação que permitam aos camponeses assentados superar, em conjunto, as dificuldades que recaem sobre os mesmos quando atuam isoladamente, pois "na luta pela Reforma Agrária, a empresa rural coletiva contribui no processo de resistência na terra⁶²".

Isso quer dizer que, se os camponeses assentados se organizarem, desenvolvendo a cooperação, eles conseguirão superar as relações de dominação geradas no processo de acumulação de capital, encontrando formas de adquirir equipamentos, tecnologia e preços de produtos mais favoráveis, o que conseqüentemente proporcionaria melhores perspectivas para a sobrevivência econômica das famílias assentadas.

Só a cooperação agrícola vai fazer com que possamos desenvolver melhor a produção, introduzir a divisão do trabalho, permitir o acesso ao crédito e às novas tecnologias, permitir e manter uma aglutinação social maior nos assentamentos, criar condições ou facilidades para trazer energia elétrica, água encanada, colocar a escola perto do local da moradia (STÉDILE e FERNANDES, 1999, p.100).

Vale ressaltar que a organização do Movimento tem desenvolvido algumas metodologias destinadas a "alterar a mentalidade camponesa" (valores, comportamentos ideológicos cotidianos) e diminuir a resistência dos assentados às práticas coletivas. Isto quer dizer que o Movimento, durante toda sua trajetória de luta, tem promovido vários cursos de formação técnica e política para que os assentados e acampados entrem em contato com as diversas formas possíveis de cooperação como as Cooperativas de Créditos e de Serviço, as Cooperativas de Produção Agropecuária e as associações informais, entre outras, na tentativa de

⁶² Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, n. 86, agosto de 1989, p. 14.

romper com as formas artesanais de produção⁶³, baseadas na divisão natural do trabalho (trabalho camponês), ou seja, de superar a estrutura do trabalho familiar.

Neste ponto é importante dizermos que, a criação e desenvolvimento desses cursos não possibilitaram uma mudança na mentalidade dos camponeses assentados, visto que, a resistência por parte destes às formas coletivas de trabalho e de produção propostas pela organização do Movimento permanece tão intensa quanto antes. Acreditamos que isso ocorre em função da metodologia desenvolvida pela Organização e aplicada pelos militantes/lideranças junto aos assentados, pois observamos que há nela um grave problema, já que são propostas que se confrontam com as trajetórias sociais e culturais dos camponeses.

Corroborando com tal análise, Romano (1994), refletindo sobre as relações de poder, valores e conflitos nos processos de organização no interior dos assentamentos, afirma que os conflitos existentes no interior dos assentamentos, principalmente entre os projetos propostos pelos mediadores e os anseios dos próprios assentados, derivam da incapacidade dos mediadores perceberem que os trabalhadores rurais não compreendem o mundo a partir das categorias políticas e econômicas por eles empregadas. Deste modo, segundo o referido autor, os mediadores acabariam por desconsiderar ou mesmo desprezar que outros critérios (religiosos, morais, étnicos, de vizinhança, etc.) também orientam as formas de pensar e agir dos assentados. Em consequência, conforme este autor, as formas de organização econômica e política propostas por agentes externos ao grupo (MST, CPT, técnicos estatais, etc.), quase sempre centradas em torno da coletivização e de uma concepção racionalizadora das relações sociais e da produção econômica, terminam por se tornarem estranhas aos assentados, cuja visão de mundo estaria baseada em outros princípios de organização social, marcadamente hierárquicos. Continuemos com as considerações do autor:

É uma tensão estrutural entre os dois princípios que procuram ser organizadores do tecido social dos assentamentos. Por um lado, o voluntarismo político dos mediadores tenta, através de seus discursos, que os assentados se vivenciem igualitários na concepção igualitária dos mediadores. Por outro lado, as disposições, os

⁶³ Para o MST, existem comportamentos ideológicos que consistem em um complexo de valores determinados pelas funções que cada indivíduo desempenha no processo produtivo. Assim, "o comportamento ideológico do camponês é um processo de organização do tipo artesanal, porque o camponês (este artesão do campo) opera em um processo produtivo único (sem divisão) no qual o produtor inicia e termina o produto" (MST, 1986, p.12).

hábitos, as práticas, as tradições dos grupos camponeses, que giram em torno do valor da hierarquia, são reduzidos por grande número dos assentados. O conflito passa a ser permanente e a forma que assumem o processo de organização dos assentamentos nos diferentes estados muito tem a ver com a maneira, particular e dinâmica que os atores encontram de solucionar conjuntamente esse conflito (ROMANO, 1994, p. 258).

Schreiner (2002), em seu estudo sobre a organização da vida cotidiana nos assentamentos rurais da região sudoeste e oeste do Paraná, afirma que:

[...] a maioria das famílias rejeitam as formas fechadas, principalmente as exclusivamente no coletivismo. O que elas buscam através da luta pela terra é a recriação de um modo de vida camponês, cujos fundamentos são o trabalho familiar em lotes que sejam seus e em relações de cooperação comunitárias. Não se trata de mera restauração do passado, mas de escolhas de valores. (2002, p. 307)

Neste ponto, as contribuições de Brenneisen (2000) também são importantes, já que a autora afirma que a resistência camponesa se deve ao fato de que não houve por parte do Movimento uma mudança no que se refere à concepção que se tem do campesinato, este continua sendo concebido como um entrave ao desenvolvimento das formas de cooperação e, conseqüentemente, à causa socialista. Ela assegura ainda que as suas posições ideológicas nem sempre condizem com a diversidade cultural da população assentada.

Esta análise pode ser apreendida não só na fala dos militantes, mas também nos cadernos do Movimento, como o documento “O que levar em conta para a organização do assentamento”, de 2001, onde ainda se discute a necessidade de superação das relações camponesas. Isto quer dizer que, em relação às formas de cooperação, apesar de terem sido debatidas no interior do MST desde meados da década de 1980, não ocorreram transformações substantivas na essência do que fundamenta a sua compreensão, bem como a do campesinato.

Os camponeses pôr serem produtores autônomos de mercadorias não visualizam de forma clara o seu explorador (não há patrão). Por não compreender o seu processo de exploração, tende sempre a dirigir sua contestação ao Governo, reivindicando sempre melhores condições de preço. Por não entenderem a sua posição e situação

de classe, desenvolve uma consciência corporativa e economicista. Estes camponeses põr organizar o seu processo produtivo de forma familiar (sem divisão técnica do trabalho) e com base na propriedade privada, tende a construir uma visão de mundo subjetivista e oportunista (MST, 2001, apud FABRINI, 2002, p.199).

Conforme Brenneisen, em sua análise sobre a organização social e da produção em assentamentos rurais no Paraná, para que os camponeses assentados “aceitem” as formas de cooperação propostas pelo Movimento,

É preciso que se abandone de vez a pretensão de se fazer *do outro* um instrumento político, numa causa que passa ao largo dos seus desejos e anseios. Ao contrário, que se parta das iniciativas comunitárias, oriente-se pelo estímulo a essas iniciativas, que se respeite de fato as tradições históricas, as formas sociais de organização do trabalho e as diversas modalidades de organização da vida cotidiana e da produção das comunidades envolvidas como a ajuda mútua, troca de dias de serviço, pequenas associações, etc. (2000, p. 206).

Concordamos com esta reflexão exposta pela autora, e compreendemos que essa situação de resistência só poderá mudar quando existir a percepção da importância dos valores, das práticas e das tradições dos camponeses assentados (experiências de vida anteriores à fase de ocupação - acampamento, por vezes, muito sólidas).

Acreditamos também que as formas de cooperação propostas pela organização do Movimento, só se tornarão viáveis quando se levar em conta a herança cultural e o projeto familiar que são à base de identidade dos camponeses, uma vez que a resistência não é exatamente em relação à cooperação em si, mas, contra o cooperativismo (produto da cooperação) proposto pelas publicações do e sobre o Movimento. Pois,

O que se observa nos assentamentos, é uma discrepância entre os projetos dos camponeses assentados e o projeto de cooperativas com trabalho coletivo do MST/CONCRAB. Verificou-se, assim, que as cooperativas do MST enquanto empreendimento econômico está sustentada na idéia de reprodução ampliada e de escala progressiva, característica da sociedade moderna. Esta compreensão entra em confronto com uma economia mercantil simples (M-D-M) da produção camponesa (FABRINI, 2002, p. 90).

Enfim, concordamos com Oliveira (2002) quando este adverte ser necessário sapiência, pois não se pode tirar dos camponeses o sonho histórico da produção individual autônoma. Tudo indica que o distanciamento entre as aspirações e o projeto postos em prática decorrem de estigmas ainda profundamente incrustados em nosso meio, consubstanciados na recusa em admitir, de fato, a existência dos camponeses.

No item seguinte, analisaremos a compreensão que os assentados possuem a respeito da cooperação e, conseqüentemente, da recriação do seu modo de vida, no espaço dos assentamentos.

3.2.2 O Sentido da Cooperação para os Camponeses Assentados: a conquista da *terra de trabalho*

A questão de como o camponês assentado concebe e utiliza a terra - embora não possa ser isolada de outros aspectos que definem cada contexto particular de existência da pequena agricultura – é sem dúvida uma referência importante para a análise das especificidades da produção familiar rural, e para o debate sobre o seu modo de inserção na sociedade mais ampla.

Estes trabalhadores rurais, através de diferentes estratégias de luta, como a ocupação, vão legitimar a luta pela *terra de trabalho*⁶⁴. Ocupam a terra, e após estas serem desapropriadas, entram no assentamento com objetivo de explorá-la com sua família.

Porém, a forma de trabalho a ser assumida na terra conquistada, os assentamentos, é um dos grandes conflitos vividos pelos assentados frente à proposta de cooperativas do Movimento. Logo que, se por um lado, os assentados trazem uma experiência de práticas coletivas vividas no processo de luta, impulsionando-os a buscarem meios que dêem continuidade ao novo estilo de viver coletivamente, por outro, eles trazem em sua trajetória de vida toda uma experiência de trabalho voltada à organização familiar, onde os costumes, os valores e tradições continuam arraigados.

Neste sentido, os assentados vivenciam um conflito entre as formas de vida do ser camponês (o trabalho individual familiar) e o diferente (o trabalho coletivo) que se apreendeu coletivamente, manifestado num momento em que se

⁶⁴ A respeito deste conceito ver: MARTINS (1991).

tornava necessário construir um novo estilo de vida, no espaço social e coletivo dos acampamentos.

No entanto, não é possível desconsiderar que a pequena produção familiar está enraizada no modo de vida, na maneira do camponês conceber a terra, como podemos apreender no relato do Sr. Alves⁶⁵ quando afirma “*nos assentamentos aqui não tem nenhuma família que coletivizou a terra*”. Portanto, a experiência anterior ao acampamento não se apaga, ela mescla-se às novas.

Nos assentamentos aqui não tem nenhuma família que coletivizou a terra, todo mundo se ajuda, mas é cada um no seu lote, no caso nosso aqui da cooperativa, a gente está sempre se ajudando, sempre que um precisa o outro ajuda, porque é uma forma de se manter unido, né?. [...]. do jeito que está, com a crise que tá no assentamento aí, a pessoa tem que se unir, porque tudo está muito difícil [...], agora mesmo a gente está vendo se consegue reerguer a cooperativa, porque ela tá muito parada [...] (ALVES).

Deste modo, a vivência coletiva no acampamento, onde a preocupação central foi a conquista da terra, não se constitui como base para a organização coletiva no processo produtivo, mas sim como suporte para que os assentados continuem organizados a lutar coletivamente, a se sentirem compromissados com o assentamento, o que não é suficiente para superarem as diferenças e divergências em relação ao modo de trabalhar, produzir e viver na terra conquistada.

Corroborando com esta análise, D’Incao & Roy (1995), ao discutirem a cooperação e a liberdade em pesquisa nos assentamentos rurais do Estado de São Paulo, afirmam que, no momento da luta pela terra o objetivo e a aspiração são os mesmos, ou seja, “a conquista da terra”, porém no momento vivido na terra conquistada, as singularidades, e o desejo de autonomia torna-se mais premente, emergindo as diferenças entre as famílias. Os referidos autores afirmam ainda que tal argumento (experiência coletiva nos acampamentos) torna-se autoritário à medida que procura induzir as pessoas a seguir caminhos que elas não almejam.

Tecendo críticas similares a esses autores, quanto ao desenvolvimento das práticas coletivas nos assentamentos, Romano (1994) destaca um choque de valores entre os princípios dos organizadores e os princípios da grande parcela de assentados. Segundo o referido autor, no primeiro estágio do

⁶⁵ Assentado no projeto São Luis e Membro da COPAV. Comunicação Pessoal, Junho de 2003.

assentamento, comparece a dimensão cooperativa, comunitária e coletiva entre os assentados. No segundo momento, os assentados vivenciam o conflito da vida cotidiana permeada, de um lado, pelos interesses dos líderes/militantes (valores igualitários), de outro, pelas suas próprias experiências, tradições e desejos de “controlar” o espaço, agora, conquistado.

Portanto, apesar dos assentados terem experimentado ações e práticas coletivas no acampamento, levando-os a buscarem uma vivência coletiva, no momento da estruturação do assentamento eles ainda buscam dar continuidade a um modo de vida camponês, ou seja, aos costumes mais fortemente enraizados na forma de produzir e de se relacionar com a terra, porque esta passagem da produção familiar - enraizada na maneira de ser do camponês - para a produção coletiva leva a uma ruptura de valores, numa mudança, tanto de concepções, como de relações cotidianas que para acontecer implicam um processo conflituoso de construção. Logo, a presença, ainda que de forma mesclada, da produção coletiva lado a lado com a produção individual nos lotes é, quiçá, um indicativo desta construção de novos caminhos em que o novo e o velho são partes inseparáveis deste processo de mudança.

Desta forma, quando o Sr. Domingos⁶⁶ diz: *“quando o B. consegue alguma coisa com as empresas aí fora ele vem aqui e faz a proposta pra nós”*, ele indica que o processo de decisão permanece centrado em sua pessoa, mesmo quando participa de formas coletivas de comercialização.

A gente aqui participa da associação, mas só que a associação funciona assim: quando o B. consegue alguma coisa com as empresas aí de fora ele vem aqui e faz a proposta pra nós, igual aconteceu com o algodão, tinha um pessoal aí interessado no algodão e a gente decidiu plantar, mas só que é só isso [...] do mais, aqui é a gente que decide, a gente decide o que vai ser plantado, né?. Mesmo no caso do algodão, quem não quis participar não participou. Teve muita coisa aí que eles fizeram a proposta, mas a gente não participou, a gente achou que não ia dá certo e aí não participamos. (DOMINGOS)

Diante disso, observamos que muitos assentados resistem à cooperação agrícola, ao trabalho coletivo, demonstrando o desejo de continuar o estilo de produção individual/familiar, vale dizer, uma forma de trabalho onde o

⁶⁶ Assentado no projeto São João e membro da Associação dos Pequenos Produtores dos Assentamentos São João e Mercedina. Comunicação Pessoal, Junho de 2003.

camponês se vê como sujeito autônomo, livre, dono e administrador da terra, de seu tempo e de sua vida. Pois, como já dizia Simonetti (1999, p. 71), em sua análise sobre o processo de recriação dos camponeses em Promissão/SP, “O assentamento não é somente o lugar da *produção*, mas também o lugar da *realização da vida*. A luta pela terra é mais ampla. É a luta pela vida, não pela terra *strictu sensu*”.

Isto significa perceber que o Movimento, enquanto organização, enfrenta dentro dos assentamentos, forte oposição à proposta política/ideológica de cooperação agrícola e, principalmente, a implantação das formas coletivas de produzir, logo que elas diferem do modo de vida e de trabalho dos camponeses: “Elas são vistas pelos assentados como limites à realização da liberdade e autonomia” (SCHEREINER, 2002, p.17). Quer dizer, para uma parcela dos assentados, a coletivização representa uma ruptura com a tradicional articulação entre família, terra e trabalho responsável pela estruturação de suas formas de pensar, trabalhar e conceber o mundo social. Aqui, portanto, desnuda-se um possível desencontro entre as teses defendidas pela organização do MST e os assentados.

Entretanto, o trabalho com as fontes orais e documentação escrita, nos permite afirmar que os camponeses assentados desenvolvem a cooperação, pois o que ocorre nos assentamentos rurais é uma riqueza de formas organizacionais de produção, todavia, não seguem necessariamente um modelo estabelecido pela direção do MST.

Portanto, esta cooperação desenvolvida pelos camponeses é marcada por relações de solidariedade, mediadas pelos laços de família e de parentesco, tendo como base seus ideais familiares, os valores camponeses e as suas concepções de mundo, já que: “[...] no universo camponês, a terra, o trabalho, a família e a liberdade, são elementos importantes: a terra como patrimônio da família, sobre a qual se realiza o trabalho, que constrói a família – a terra como valor de uso e não para fins mercantis” (WOORTMANN *apud* SCHREINER, 2002, p. 307).

Esses autores mostram em seus estudos sobre o mundo camponês que a terra não é concebida apenas como um patrimônio material, um meio de produção, no qual se projeta o trabalho de um grupo doméstico, mas também, como um patrimônio da família, que extrapola qualquer consideração de ordem econômica, onde valores simbólicos e culturais estão presentes e são preservados e transmitidos para as gerações subseqüentes.

Neste sentido, a terra, o trabalho e a família são categorias que expressam valores interrelacionados, constituem um ordenamento moral do mundo, onde a terra é patrimônio da família conquistado pelo trabalho familiar e para a sua reprodução. Um não existe sem o outro, e a relação entre eles é organizada principalmente pelos valores da honra, hierarquia e reciprocidade. A negação desses valores limita a discussão e impede a efetivação das relações de produção e consumo idealizadas para os assentamentos.

Portanto, a tríade família, trabalho e terra são categorias que ordenam o mundo rural como explica o Sr. Souza⁶⁷, quando diz: *“a gente sempre procura ajudar pra ser ajudado”*.

Aqui no assentamento é assim, todo mundo se ajuda, se tem um precisando arar a terra a gente se junta e ajuda [...] ontem mesmo tinha dois vizinhos nosso aqui ajudando a gente a passar o veneno na roça, então a vida aqui é assim, cada um ajudando o outro [...], a gente sempre procura ajudar pra ser ajudado, porque aqui todo mundo precisa se ajudar, porque senão a gente não vai pra frente não, mas aqui graças a Deus todo mundo se ajuda, [...] (SOUZA)

Assim sendo, diferentemente da teoria da organização do MST, acreditamos que a busca dessa autonomia e auto-suficiência pelos camponeses é o que sustenta a sua permanência na terra, a sua disponibilidade de luta, a sua recriação enquanto camponês. Neste sentido, o relato seguinte é pleno de significados:

Aqui no assentamento, mesmo com a ajuda do pessoal aí da associação, é tudo muito difícil, porque os recursos quando sai é tudo atrasado, aí não dá pra gente plantar na hora certa, né?, isso dificulta muito pra nós [...] o que a gente tem conseguido aqui é só pra paga as despesas [...], a nossa sorte é que aqui a terra é boa, tudo que a gente planta aqui nessa terra nasce, então a gente vai se virando, planta uma coisinha aqui, uma coisinha ali e estamos conseguindo se manter. [...] aqui no assentamento teve muita gente que desistiu, que não conseguiu nem se manter em cima da terra [...], mas nós estamos tentando, temos conseguindo, aos pouquinhos mais a gente tem conseguido. (MARQUES)

Desse modo, independentemente dos desencontros ideológicos entre os sem-terra e a direção, sejam as lideranças, militantes ou dirigentes,

⁶⁷ Assentada no Projeto São Luis e membro da COPAV. Comunicação Pessoal, Junho de 2003.

ocorridos no assentamento, a luta continua por meio da organização, da participação e da vivência comunitária, práticas apreendidas no processo de conquista e de permanência na terra, embora de modo diferenciado entre os assentados. Dessa forma, o assentamento continua a ser uma terra de luta, de diversas lutas, só que agora a luta é contra o capital, é uma guerra cotidiana para permanecer no lote conquistado, na *terra de trabalho*, que permita a organização da produção e da vida camponesa.

Logo, se, por um lado, esses homens e mulheres não abandonaram seu passado de trabalhador familiar camponês, por outro, a experiência coletiva da ocupação e do acampamento deixou marcas indeléveis. E é justamente este “misto” de experiências passadas e presentes, de permanência e de mudança, que alimentam a utopia da terra e da luta, da conquista de uma sociedade mais igualitária.

Ao longo deste capítulo procuramos evidenciar que ainda que exista o ideal de formas coletivas e de cooperativas de produção para os assentamentos rurais, nos princípios e formas organizacionais do MST, a predominância na forma de trabalho nos assentamentos ainda é a que possui maior possibilidade de autonomia para a família assentada decidir sobre o processo de produção, e com isso, sobre o seu próprio modo de ser e de viver. Pois, nos relatos dos assentados apreendemos que o móvel principal da luta pela terra que empreenderam foi a busca da efetivação do projeto de ver viabilizada a “*terra de trabalho*”, como forma de controle do seu tempo e dos resultados da produção.

Diante dessas considerações, cabe destacar as formas organizacionais de produção desenvolvidas pelos camponeses assentados no município de Batayporã/MS, salientando aspectos relativos a sua criação, objetivos e resultados na luta desses camponeses para permanecerem na terra conquistada.

IV. AS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO NOS ASSENTAMENTOS RURAIS EM BATAYPORÃ/MS

Ao mesmo tempo que o camponês está subordinado à lógica do capital, ele também descobriu caminhos para o rompimento dessa submissão, fazendo escolhas para viver em sociedade, de acordo com seus valores.

SIMONETTI (1999, p. 56).



IV - AS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DE BATAYPORÃ/MS

Apresentamos neste capítulo nossas análises referentes ao conjunto de informações obtidas no trabalho de campo nos assentamentos de Batayporã/MS. Isto é, procuraremos ao longo deste capítulo, discorrer sobre as formas de cooperação adotadas pelos camponeses assentados para a organização do trabalho e de produção, e as condições sócio-econômicas vigentes, na tentativa de entender a organização das mesmas e a permanência destes camponeses como assentados.

Buscamos, no decorrer da análise, demonstrar que o desenvolvimento da cooperação tem sido parte da estratégia dos assentados para transformar a terra improdutiva em terra a serviço da produção de alimentos, tendo em vista a melhoria na qualidade de vida das famílias. Deste modo, queremos frisar que o desenvolvimento de uma forma ou outra de organização da produção pelos assentados constitui-se numa alternativa de resistência na terra.

Antes de apresentarmos os resultados conseguidos junto aos assentados, julgamos necessário explanar sucintamente os pressupostos teóricos relativos a questão agrária e ao cooperativismo, cuja riqueza de análises puderam aclarar nossas reflexões, norteando o significado dos números obtidos *in loco*.

4.1 Abordagem Teórica Conceitual Acerca da Questão Agrária e do Cooperativismo Agrícola

No campo teórico sobre a questão agrária duas são as abordagens mais persistentes: uma que nega e outra que afirma a presença do campesinato dentro do modo capitalista de produção.

A primeira abordagem, “*o campesinato não tem lugar no capitalismo*”, defende a tese de desintegração do campesinato, para duas alternativas lineares: ou a sua proletarização ou a sua conversão em “pequenos burgueses”. Os autores dessa corrente de pensamento viam na modernização do campo o desaparecimento do campesinato, mostrando que a penetração do capital no campo seria responsável pelo desaparecimento da agricultura camponesa. Nesta perspectiva o camponês passa a ser visto como um entrave para o desenvolvimento do capitalismo no campo.

Essa reflexão sobre a diferenciação do campesinato como sinônimo de desintegração, foi objeto de inúmeros trabalhos nos anos 70 sobre o meio rural brasileiro, e estava fundamentada no debate existente no início do século sobre os clássicos marxistas da questão agrária, Lênin e Kautsky. Para estes autores, o camponês é visto como um resquício, uma coisa do passado, à medida em que ele não vende sua força de trabalho e também não vive basicamente da exploração do trabalho alheio. Assim com a sua integração à economia de mercado, num mundo capitalista, fatalmente irá ocorrer sua extinção. Pois, os mercados seriam responsáveis pelo desaparecimento da agricultura camponesa.

Todavia, a produção familiar foi capaz de gerar uma capacidade de se manter e reproduzir-se ao longo das gerações, transformando-se e adaptando-se em função tanto da sua história, como também do contexto econômico, social e político em que está inserida, independentemente dos regimes políticos.

Na segunda abordagem, *“o campesinato tem lugar sim no capitalismo”*, quer seja como transição ou mesmo pela sua heterogeneidade. Os autores dessa corrente de pensamento entendem as relações de produção não-capitalistas como sendo criadas pelo próprio processo desigual e contraditório do modo de produção. Assim, o campesinato subsiste, pois é a própria recriação do capitalismo. Portanto, segundo Martins (1979) o próprio sistema capitalista cria e recria relações não-capitalistas de produção.

Dentro desta perspectiva de análise, o camponês é caracterizado pela capacidade de produzir contando com a força de trabalho familiar. Entre os autores que são representativos dessa tendência estão: Chayanov (1974); Shanin (1980); Oliveira (1991); entre outros.

Isso posto, é necessário esclarecer que esta pesquisa tem como fundamentação teórica a segunda abordagem, ou seja, o paradigma da resistência do trabalho familiar e, conseqüentemente, a permanência do camponês na estrutura capitalista, seja ele do pequeno proprietário, do arrendatário, do posseiro, do parceiro, do sem-terra. No entanto, consideramos também relevante discutir as contribuições de vários autores da questão agrária que apresentam análises acerca do cooperativismo agrícola, pois no nosso entender, elucidam à problemática.

A obra de A. Chayanov, *“La Organización de la Unidad Económica Campesina”* (1974), tem como centro de análise a unidade de produção familiar, ou seja, a família camponesa. Este grupo doméstico é para ele, ao mesmo tempo, uma

unidade de força de trabalho e uma realidade demográfica, ou seja, um conjunto de produtores e consumidores. Segundo o autor, a família camponesa é uma unidade econômica que tem como objetivo principal a reprodução de seus fatores de produção. Neste caso, a terra aparece como um fator de produção independente de qualquer valor cultural. (ALMEIDA & PAULINO, 2000).

Tendo como proposta desvendar a lógica interna de reprodução do campesinato, Chayanov procura demonstrar que o campesinato russo do Mir tinha uma racionalidade econômica que, por sua vez, encontrava-se baseada na relação produtores-consumidores, ou seja, no ciclo de desenvolvimento da família. Assim, é este balanço trabalho-consumo quem orienta as tomadas de decisão da família camponesa. Portanto, para Chayanov o camponês possui um plano organizativo, contudo este plano parte sempre da ótica familiar, por isso “La unidad de exploración doméstica, a pesar de la ventaja objetiva de arrendar 50 a 100 desiatinas, limitará obviamente el área arrendada a unas pocas desiatinas la cantidad que ajuste el balance fuerza de trabajo-consumidor” (CHAYANOV, 1974, p.254).

Em relação ao processo cooperativo, Chayanov acredita que, primeiramente, é necessário entender este plano organizativo de produção do campesinato para, posteriormente, se pensar numa intervenção que ele acredita necessária, contra aquilo que considera uma ameaça: a penetração do capitalismo na agricultura e a subordinação do camponês em relação ao mercado. Assim, ele sugere que as mudanças sejam gradativas levando-se em conta o funcionamento peculiar do campesinato. Por conseguinte, partir-se-ia da integração vertical rumo ao cooperativismo, este último visto como possibilidade de rompimento do isolamento e conseqüente fortalecimento do campesinato.

Al hacerse cargo de las ventas y del procesamiento técnico, la cooperación agrícola concentra y organiza la producción agrícola en formas nuevas y más evolucionadas. Obliga así al pequeño productor a cambiar el plan organizativo de su unidad de explotación de acuerdo con la venta cooperativa y la política de procesamiento, a mejorar sus técnicas y a adoptar métodos perfeccionados para el cultivo y la exploración ganadera para asegurar un producto absolutamente normal, que estará sujeto a cuidadosa selección, procesamiento y envase, de acuerdo con la demanda del mercado mundial (CHAYANOV, 1974, p. 319).

As análises de K. Kautsky, em “A Questão Agrária” (1968), caminham no sentido inverso do que foi anteriormente exposto. Para este autor o campesinato significava o atraso econômico e social no campo, sua reprodução era resultado de um processo de auto-exploração que se aproximava da barbárie. Apegado a seu pedaço de terra o camponês “em geral sempre desconfiado, o seria em particular diante da organização, porque as condições atuais de seu trabalho e de sua vida o isolam ainda mais do que o artesão, desenvolvendo menos que neste as virtudes sociais” (KAUTSKY, 1968, p. 148).

Para Kautsky havia uma superioridade incontestada da grande exploração em relação à pequena exploração camponesa, o que obviamente decretava o fim próximo desta última. Entendia também que a expansão da grande exploração capitalista seria uma condição necessária, logo que é nela que estavam os elementos que conduziriam à cooperativa socialista. Conseqüentemente, há ao longo da obra do autor um eixo central que consiste em afirmar a essência do desenvolvimento do capitalismo no campo como sendo a produção de duas classes sociais antagônicas: proletariado *versus* burguesia. Situação, por sua vez, ideal para a implantação do socialismo.

É, portanto, neste contexto de negação histórica do campesinato que o cooperativismo é pensado por Kautsky. Logo, como não há lugar para o campesinato, o cooperativismo é defendido e proposto ao proletariado.

Unicamente aqueles que só tem a perder seus grilhões, unicamente os elementos que a exploração capitalista formou no trabalho em comum, podem estabelecer a produção cooperativa. Neles, a luta organizada contra a exploração capitalista desenvolveu as virtudes sociais, a confiança na coletividade dos camaradas, o devotamento à comunidade, a subordinação voluntária à sua lei (KAUTSKY, 1968, p. 148).

Todavia, Kautsky considera que a criação de cooperativas, apesar de importante, não muda o sistema. Na verdade, para o autor o cooperativismo só teria condições de pleno desenvolvimento no socialismo.

Depois que as cooperativas socialistas (porque então não se poderá falar de cooperativas proletárias) tenham demonstrado a sua vitalidade, que hajam desaparecido os riscos ainda hoje inerentes a qualquer empresa econômica, o camponês poderá perder o medo de proletarizar-se pelo abandono de seus bens, reconhecendo que a

propriedade individual dos meios de produção só representa um obstáculo a nos barrar o caminho de uma forma superior de exploração, obstáculo de que se desembaraçará com prazer (KAUTSKY, 1968. p. 149).

Uma das preocupações centrais da obra de V. Lênin, “O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia” (1982), é precisamente explicar que o sistema de relações econômicas existentes no campo russo é pequeno-burguês, ou seja, a comunidade camponesa não é antagônica ao capitalismo, ao contrário, é sua base. Para o autor é no interior mesmo destas comunidades que ocorre a “formação de elementos capitalistas”. A formação destes elementos capitalistas significa a destruição radical do campesinato tradicional e a criação de novos tipos de população rural.

Por conseguinte, o desenvolvimento do capitalismo leva a descamponização e a formação de tipos distintos de campesinato, teoria completamente inversa da preconizada por Chayanov.

A desintegração do campesinato provoca um desenvolvimento dos grupos extremos, em detrimento do campesinato médio [...]. O primeiro destes tipos é a burguesia rural ou o campesinato rico [...] O outro tipo é o proletariado rural, a classe dos operários assalariados que possuem um lote comunitário (LÊNIN, 1982, p.116-7).

Para Lênin o desenvolvimento do capitalismo no campo russo produz, necessariamente, uma Diferenciação Social do campesinato. Dito de outra maneira, o desenvolvimento do capitalismo fomenta a desintegração do campesinato e a formação de novos tipos, a saber: um campesinato que formará a burguesia rural, um campesinato médio (que tende a desaparecer em direção a um dos extremos) e um campesinato pobre (base de formação do proletariado rural).

Em Lênin, o conceito de cooperação aparece como precursor do desenvolvimento das formas capitalistas de indústrias. Logo, a forma de cooperação se desenvolve em oposição à economia camponesa e à produção artesanal independente, sendo que, ao substituir a antiga dispersão da produção acaba por determinar uma elevação da produtividade do trabalho, bem como um acirramento das contradições capitalistas.

O autor em questão acredita que nas pequenas indústrias camponesas russas o princípio dominante é uma crescente cooperação capitalista

em contraposição aqueles (os populistas russos) que enxergavam no campesinato outras formas de cooperação, ou melhor, um cooperativismo fora dos moldes capitalistas. Para Lênin, exceto a cooperação capitalista, o máximo que poderia ocorrer eram minúsculas associações temporárias sem nível de organização.

Nossa conclusão acerca do papel desempenhado pela cooperação capitalista nas pequenas indústrias camponesas e da sua significação progressista está na mais acentuada contradição com a tão difundida teoria populista, de acordo com a qual o princípio dominante na pequena indústria camponesa, sob as mais variadas formas, é o 'cooperativismo' (LÊNIN, 1982, p.231).

Em uma perspectiva diferenciada Oliveira (1994), em “Geografia e Território: desenvolvimento e contradições na agricultura”, discute o cooperativismo. Este autor, ao analisar as propostas de cooperativas agrícolas vê dificuldades para os assentados e afirma que as iniciativas de cooperação até então em andamento nos assentamentos representam um risco para estes. Com a intenção de exemplificar os possíveis percalços, o autor destaca a proposta de divisão do trabalho com vistas à especialização existente no interior deste tipo de cooperação, bem como a aproximação com o capital financeiro através da estrutura bancária, antiga vilã do campesinato.

Por outro lado, o autor propõe como alternativa à competição direta com os produtores capitalistas, uma agricultura de resistência, ou melhor, nas suas palavras: uma agricultura defensiva.

Os agricultores camponeses por sua vez têm sido pressionados no rumo da especialização. Muitos autores progressistas têm apontado as cooperativas e a especialização como alternativa aos camponeses que chegam à terra, depois de muita luta [...]. Entretanto, parece que o rumo a ser trilhado pela agricultura camponesa pode e deve ser outro. Estamos pensando numa alternativa defensiva [...]. Esta alternativa defensiva consistiria na recuperação da policultura como princípio oposto à lógica da especialização que o capital impõe ao campo camponês. A policultura baseada na produção da maioria dos produtos necessários a manutenção da família camponesa. De modo que ela diminua o máximo sua dependência externa. Ao mesmo tempo, os camponeses passariam a produzir vários produtos para o mercado, sobretudo aqueles de alto valor agregado, que garantiria a necessária entrada de recursos financeiros (OLIVEIRA, 1994, p. 50).

Stédile & Fernandes, em “Brava Gente” (1999), por sua vez, optam por resgatar o papel importante da cooperação, atentando para o fato de que o desenvolvimento da teoria da cooperação agrícola nos assentamentos foi um capítulo marcante da história de formação e amadurecimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Naquele período de 1986 a 1990, o grande avanço que o Movimento obteve foi o desenvolvimento da teoria da cooperação agrícola, de compreendê-la como fundamental. Aprenderam também que as formas de aplicação da cooperação agrícola deveriam ser flexíveis. Pois era, e ainda continua sendo, preciso levar em conta as condições objetivas e subjetivas da comunidade que vai aplicá-la. As condições objetivas são o nível de acumulação de capital existente, o tipo de produto que é possível produzir, as condições naturais existentes no assentamento. [...] as condições subjetivas são o grau de consciência política e história de participação de uma determinada comunidade adquiridos na luta para a conquista da terra (STEDILE & FERNANDES, 1999, p. 101/102).

Portanto, para estes autores a cooperação tem que ter como ponto de partida a avaliação da realidade objetiva e subjetiva dos assentados. Deste modo, são eles que têm a tarefa de discutir qual a forma que pode ser melhor assimilada. Assim:

A partir da fórmula inicial, pode haver um processo de evolução ou um processo de desarticulação. Se se desarticular, significa que aquela forma de cooperação não estava à altura das condições objetivas e subjetivas [...], o que não significa dizer que a cooperação agrícola seja inviável (STEDILE & FERNANDES, 1999, p. 102).

Fernandes, em “A Formação do MST no Brasil” (2000), resgatando também a perspectiva histórica referente à importância da teoria da cooperação agrícola para a formação e territorialização do MST, destaca neste processo a indissociabilidade da luta econômica e da luta política.

O Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) é um setor do MST e tem na cooperação agrícola a perspectiva do desenvolvimento econômico dos assentados [...] É uma forma de expandir a organização nos assentamentos, contribuindo para a territorialização da luta pela terra e intensificando a participação em outras lutas da classe trabalhadora no campo e na cidade. [...] Dessa forma, procura desenvolver a agricultura camponesa em que a resistência contra a exploração, a expropriação e a luta contínua pela terra não estejam separadas (FERNANDES, 2000, p. 228).

Para Fernandes, ao desenvolver experiências de cooperação que resultaram no processo de formação e consolidação do MST, “os sem-terra construíram uma importante forma de resistência contra a expropriação e a exploração, enfrentando o capitalismo na sua essência” (FERNANDES, 2000, p. 245).

Ao resgatarmos as idéias destes estudiosos da questão agrária acerca do cooperativismo agrícola buscamos pensar a pesquisa e, portanto, os desafios da cooperação agrícola nos assentamentos rurais, uma vez que, segundo os autores, pensar a cooperação nos remete a necessária compreensão de que a luta de classes é um processo multidimensional que envolve os campos econômico, social, cultural e político. Ressaltamos ainda que apesar das diferentes propostas teóricas e abordagens analíticas aqui destacadas, em um aspecto todas convergem, ou seja, concordam que a produção familiar, tratada de forma ampla, se caracteriza por ser aquela em que a propriedade da terra e o trabalho nela realizado estão intimamente ligados à família.

4.2 O Desenvolvimento das Formas Organizacionais de Produção: uma estratégia de sobrevivência na terra conquistada

Os resultados da pesquisa de campo constituem-se em indicadores de que a diversidade de formas organizativas encontradas nos assentamentos rurais em Batayporã/MS revela-se como uma estratégia dos camponeses assentados para viabilizar sua reprodução fora do circuito de miserabilidade e subordinação ao capital. Portanto, a reprodução social está ligada a produção e reprodução de "unidades domésticas" e, também, a reprodução dos indivíduos dentro das mesmas, mediante estratégias individuais e cooperativas.

Cabe salientar que, na análise das estratégias de reprodução adotadas pelos camponeses assentados, uma contribuição importante é a de Chayanov (1974). Para este autor, a família possui uma racionalidade própria, o que a faz perseguir seu bem-estar e sua manutenção, ou reprodução. Para isto, a família busca manter um certo equilíbrio ou balanço entre a intensidade do trabalho e as necessidades de consumo do grupo familiar. Assim, quanto maior a família, mais trabalho é necessário. Porém, mais pessoas na unidade familiar também significa mais força de trabalho, dependendo da idade das pessoas, o que Chayanov chamou

de ciclo demográfico. Nesse sentido, o autor sugere que a reprodução da família está relacionada com a sua diferenciação demográfica interna, ou seja, o tamanho e a idade dos seus componentes representam uma determinada capacidade de trabalho e uma certa necessidade de consumo. Portanto, a família precisa ser estudada ao longo do seu ciclo geracional e não apenas em relação ao processo produtivo, que envolve os preços, o mercado, etc.

Garcia Júnior (1989), no estudo com sitiantes nordestinos, também reconheceu o equilíbrio consumo-família como um fator determinante das estratégias de reprodução dos camponeses, expresso na presença de crianças, mulheres e idosos, que regulam a auto-exploração. Mas também viu nas estruturas sociais um delimitador do cálculo da auto-exploração, reconhecendo um **valor** nas relações sociais que famílias estabelecem para sua reprodução. Segundo este autor, as variações nas estratégias em relação à trajetória dos produtores na agricultura estão relacionadas as influências de um setor sobre o outro: entre o senhor de engenho e lavradores, entre dominantes e dominados, num processo de transformação social.

Essas variações (na intensidade do trabalho, êxodo de membros da família, ampliação ou redução do consumo, diversificação, redução ou intensificação da produção) são alternativas que regem a reprodução da agricultura camponesa para se proteger das forças externas (exploração e restrição fundiária).

Portanto, para o entendimento das estratégias de reprodução do campesinato é necessário levar em consideração, tanto a sua dinâmica interna como as relações que estabelece com o ambiente externo. Nesse sentido, ocorre a reprodução da família para si, mas articulada com sua inserção na sociedade capitalista. Deste modo, as famílias adotam determinadas estratégias como respostas à pressões externas. Assim sendo, no cotidiano dos assentamentos, diferentes formas organizativas voltadas para a produção são criadas e recriadas, a partir das dificuldades e necessidades encontradas, numa dinâmica rica de situações, impasses e enfrentamentos.

Confirmando tal assertiva, em nossa área de estudo, algumas formas de cooperação foram identificadas, tais como: a cooperativa de prestação de serviços (COPAV); o grupo de assentados (granja coletiva); as associações de produtores, sendo uma no assentamento São Luis, e outra que abrange os

assentamentos São João e Mercedina e a agroindústria camponesa, materializada no projeto Prove Pantanal.

Estas formas de cooperação, compreendidas por nós como estratégias familiares dos camponeses assentados para a permanência na terra, são desenvolvidas nos assentamentos de Batayporã com base nos laços familiares, na solidariedade e, sobretudo, na identidade política, construída no processo de luta pela terra no Estado. É sobre elas que faremos, a seguir, algumas considerações.

4.2.1 COPAV: a persistência do projeto cooperativista em meio a crise das cooperativas

Conforme a exposição realizada no capítulo anterior, a partir de 1990 a organização do MST começou a implementar o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) nos assentamentos rurais. Desse modo, por meio do SCA foram elaboradas e implementadas pela organização do Movimento as cooperativas, visto que, elas viabilizariam o desenvolvimento das ações coletivas dentro dos assentamentos. Assim, a Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA) passa a ser priorizada como expressão máxima da cooperação, uma vez que a terra, o trabalho e os meios de produção são coletivizados.

Neste sentido, as cooperativas foram propostas pela organização do Movimento como uma forma estratégica para os assentados estarem incluídos ao mundo da mercadoria, através da venda dos seus produtos. Todavia, cabe ressaltar que a organização de cooperativas agrícolas nos assentamentos é resultante não só de ações políticas internas do MST, mas também das iniciativas dos assentados, logo que as cooperativas são compreendidas por parte dos camponeses assentados como uma alternativa econômica, principalmente, para a obtenção de financiamentos e para a organização e comercialização da produção agrícola. Pensamos, então, que ela é mais uma estratégia de organização e resistência ao modelo de produção vigente desenvolvida pelos camponeses assentados.

A experiência do processo de organização da cooperação agrícola nos assentamentos é fruto tanto do amadurecimento político e doutrinário do movimento, enquanto organização social sobre esse assentamento, quanto da própria experiência e amadurecimento, com pontos positivos e negativos, de cada grupo em particular (GÖERGEN & STÉDILLE, 1991, p. 148).

Um exemplo dessas cooperativas organizadas pelos camponeses com o apoio do MST é a COPAV - Cooperativa de Prestação de Serviços para a Reforma Agrária do Vale do Ivinhema, localizada no município de Batayporã/MS.

Segundo o relato de Batista, presidente da cooperativa, a discussão sobre a sua implantação vinha sendo feita desde o período de acampamento por um grupo de 30 famílias organizadas pelo MST e terminou com a fundação da cooperativa após uma assembléia realizada em 11 de dezembro de 1997, na sede do assentamento São Luis, em Batayporã/MS.

A proposta de formar a cooperativa surgiu na época do acampamento, lá a gente começou a discutir com os companheiros sobre a viabilidade de criar uma cooperativa dentro do assentamento, pra trabalhar mais em conjunto, mais coletivo [...], bom, nessa época aí o pessoal foi amadurecendo a idéia, né?. Aí depois que a gente foi assentado é que retomamos as discussões sobre o que a gente tinha discutido antes no acampamento sobre a cooperativa e resolvemos se juntar pra montar a COPAV. [...]. Então, essa proposta vinha com a gente desde o acampamento e nós conseguimos consolidar ela aqui no assentamento (BATISTA).

Verificamos ainda neste relato que a idéia inicial era criar uma cooperativa totalmente coletiva. No entanto, apesar das dificuldades nos primeiros tempos do assentamento para fazer a terra produzir, essa proposta não foi aceita pelo grupo de assentados por diferentes razões, mas principalmente pelo fato da maior parte do grupo não querer coletivizar a terra e os meios de produção.

[...] Na verdade, a gente tinha consciência das dificuldades que todo o grupo tinha pra fazer a terra produzir, nós discutíamos bastante sobre trabalhar em conjunto, em função das dificuldades vivenciadas no dia-a-dia. Mas só que existia em cada um aquela coisa, que eu não sei bem explicar o que é, de cada um querer ter pra si seu pedacinho de terra, de construir sua casinha no lote, com jardim e tudo; [...] Então, não conseguimos avançar com a proposta da cooperativa coletiva, em função da resistência do pessoal, eles tinham medo dos documentos não serem títulos individuais e aí já não queriam participar nem das reuniões (BATISTA).

Essa resistência dos assentados fez com que as lideranças no assentamento intensificassem as discussões valorizando as conseqüências favoráveis que decorreriam da união e organização dos assentados. Desse modo,

[...] depois de várias discussões surgiu a proposta de organizar uma cooperativa de prestação de serviços. A idéia era que a cooperativa ajudasse a captar recursos, a comercializar a produção, e principalmente, organizasse o pessoal pra lutar por nossos direitos, mas sem coletivizar a terra. Bom, aí o grupo todo gostou da idéia e o que aconteceu você pode ver aí, não coletivizamos a terra, mas todo o grupo participa da cooperativa [...] (BATISTA).

É importante ressaltar, que a COPAV é uma cooperativa de prestação de serviços que possui atuação local. Ela tem como objetivo integrar os assentados não só para comercializar a produção, mas promover o aprimoramento técnico dos mesmos através do desenvolvimento de cursos e seminários; organizá-los através de núcleos e grupos de assentados, como também fornecer os bens de produção agropecuária (sementes, fertilizantes, agrotóxicos e produtos veterinários), fortalecendo assim os assentados junto ao mercado.

Isto quer dizer que a cooperativa surge nos assentamentos não só como um meio alternativo de comercialização dos produtos, mas também como uma importante ferramenta para organização das famílias assentadas, visando fortalecer as lutas políticas e aquelas ligadas à produção e comercialização nos assentamentos. Portanto, podemos afirmar que a COPAV se constitui como uma importante ferramenta de luta para o MST nos assentamentos em Batayporã/MS.

Neste ponto, cumpre ressaltar que, as Cooperativas de Prestação de Serviços (CPS) se caracterizam justamente pelos serviços que prestam à atividade econômica das famílias assentadas, desenvolvida em sua parcela de terra. São serviços de comercialização da produção agrícola; de insumos; de mecanização e transporte; de assistência técnica e de elaboração de projetos para captação do crédito rural. E, em muitos casos, serviços de beneficiamento da produção (agroindústria). Desse modo, segundo os cadernos de formação do Movimento, as CPS se revelam como um bom instrumento para “massificar” a cooperação no meio camponês, pois atuam no campo da comercialização, aquisição de insumos, máquinas e assistência técnica (MST, 1996).

A COPAV, por ser uma cooperativa de prestação de serviços ligada tanto à CONCRAB, quanto ao SCA, age de acordo com a proposta do Movimento no sentido de concentrar a produção dos assentados, para em seguida, a partir do volume, ter poder de negociação no mercado, evitando, desta forma, a exploração dos assentados pelos atravessadores, uma vez que a negociação é feita

diretamente com indústrias e/ou mesmo outras cooperativas, como no caso a COPASUL, cooperativa que não possui qualquer vínculo com as propostas do Movimento. Exatamente por isso a COPAV assume um papel extremamente significativo enquanto elemento potencializador no processo de negociação da produção.

Em princípio, há quem possa dizer que a COPAV exerce o mesmo papel dos atravessadores, no entanto, o diferencial está no tipo de relação estabelecida entre os cooperados, que está para além da mera compra e venda. Há uma cumplicidade e uma série de objetivos que convergem para o mesmo ponto: a luta pela Reforma Agrária. Desse modo, a COPAV serve como instrumento de enfrentamento para os cooperados e demais assentados que através dela colocam-se em posição de igualdade nas negociações por melhores preços e nas reivindicações de direitos e benefícios comuns.

Faz-se necessário ressaltar que no ano de 2003, a COPAV, como a maior parte das cooperativas nos assentamentos, enfrentou vários obstáculos e dificuldades para a sua manutenção e inserção no mercado, seja para a colocação dos produtos dos assentados, seja para a aquisição e repasse dos insumos utilizados na produção. Essas dificuldades pelas quais a COPAV, como as demais cooperativas do Movimento, vêm vivenciando, estão relacionadas a vários fatores, entre eles: as adversidades conjunturais, principalmente porque além do atual contexto nacional ser desfavorável à agricultura, o governo federal tem ainda investido duramente contra as cooperativas dos assentados no sentido de criminalizar esta forma de organização do MST nos assentamentos.

Diante de tal conjuntura foi possível verificar que, as iniciativas da COPAV de inserir os produtos dos assentados de forma competitiva no mercado não proporcionavam resultados econômicos satisfatórios para as famílias assentadas. Porque, para garantir um “preço mínimo” aos assentados, muitas vezes, a COPAV tinha que recorrer a intermediários.

Portanto, concordamos com Fabrini (2002), quando diz que as cooperativas vinculadas ao Movimento têm se destacado mais pela eficiência política e de organização dos assentados do que pela viabilização da produção, propriamente dita. Pois, se pelo lado econômico, a COPAV não têm conseguido dar resposta aos seus cooperados, pelo lado político ela continua atuando como uma importante ferramenta de luta e organização das famílias assentadas, apresentando-

se como um importante instrumento de intervenção política-social e fortalecimento dos trabalhadores.

[...] Eu acredito que, de uma forma ou de outra, a COPAV tem contribuído na questão da luta, pois com todas nossas limitações, principalmente na questão financeira, nós temos conseguido ajudar o pessoal a avançar na luta. A gente tá sempre trazendo cursos de formação, tanto político como técnico; sempre que necessário fazemos mobilizações em busca de melhorias na infra-estrutura dos assentamentos (estradas, educação, saúde); tem também a questão da solidariedade que as famílias daqui tem para com os outros grupos acampados, doando alimentos, entre outras coisas. Eu acho que de certa forma a COPAV, articulada com as associações, tem proporcionado avanços na luta pela conquista e permanência das famílias na terra (BARILLE⁶⁸).

Deste modo, podemos dizer que, apesar de atualmente encontrar-se quase totalmente desativada, a continuidade do processo de socialização política nos assentamentos se dá através dela, ao promover cursos e reflexões sobre a atual conjuntura tanto para o seu quadro de cooperados como também para os demais assentados, o que possibilita a eles um contínuo acompanhamento da política e economia nacional. Neste ponto cabe ressaltar que, durante o trabalho de campo, presenciamos por duas vezes a prática de repasse de informações aos assentados, tanto aos que estão diretamente envolvidos na organização interna da cooperativa, como aos que não estão. De Paula⁶⁹, ao ser indagado sobre este “papel” da cooperativa nos revela que isso é uma prática comum, pois segundo ele:

[...] quando a gente trás um curso ou até mesmo um palestrante pra cá não é só pensando em nosso pessoal não, é pensando em todos os companheiros, a idéia é para que todos participem, porque a luta não é só do nosso grupo aqui, a luta para permanecer aqui é de todos os companheiros que estão aí, então é trabalho da cooperativa ajudar nesta luta, repassando informações, promovendo cursos, seminários, palestras, [...] (DE PAULA).

Assim, a COPAV, como também as demais cooperativas organizadas pelos assentados, procura promover o desenvolvimento rural nos assentamentos baseado na melhoria da qualidade de vida das famílias que ali residem, buscando avançar para além da conquista da terra. Como exemplo, têm-se

⁶⁸ Assentado no Projeto São Luis. Membro da COPAV. Comunicação Pessoal, Jun-Jul. de 2003.

⁶⁹ Assentado no Projeto São Luis. Membro da COPAV. Comunicação Pessoal, Jun-Jul. de 2003.

os resultados obtidos através das diversas formas de cooperação desenvolvidas nos assentamentos de Batayporã, as quais não perpassam apenas as conquistas econômicas e sociais dos assentados, já que são os frutos políticos-ideológicos que efetivamente reforçam a organicidade dos assentamentos e do Movimento.

Neste sentido, cabe destacar a criação da granja coletiva, por parte de um grupo de assentados associados a COPAV, numa clara demonstração de luta e resistência dos camponeses frente às dificuldades impostas pelo modelo agropecuário vigente, já que, a criação deste núcleo de produção é, também, uma tentativa dos assentados de não desarticular a cooperativa e, conseqüentemente, as relações que a partir dela foram criadas entre as famílias. O depoimento de De Paula⁷⁰ é contundente quanto a esta questão:

No meu ponto de vista, eu vejo que a criação da granja coletiva, não é única e exclusivamente para lucro financeiro, porque isso aí a gente quase não consegue, né? Mas é para tentar manter a cooperativa funcionando e, conseqüentemente, manter o pessoal organizado, unido em torno da cooperativa, porque com a ajuda dessa cooperativa aí nós vencemos várias lutas; através dela nós conseguimos inclusive ajudar vários outros grupos que lutam pela terra. Então, a cooperativa é pra mim um símbolo de organização, um símbolo de organização que precisa permanecer aí por muito tempo ainda; através da granja a gente tem conseguido que ela permaneça e, principalmente, que os companheiros não se desorganizem (DE PAULA).

Portanto, o que parece ser prioritário agora, para as famílias associadas a COPAV, é manter a união e organização do grupo e, conseqüentemente, a cooperativa em funcionamento. Pois, é com a ajuda desta forma de organização que as famílias assentadas estão lutando e resistindo na terra conquistada.

4.2.2 As Associações: unidade na diversidade

A associação é outra forma de organização da produção que está presente nos assentamentos analisados. Ela é aqui compreendida como uma instância de mediação entre os interesses, desejos e aspirações pessoais e

⁷⁰ Assentado no Projeto São Luis. Membro da COPAV. Comunicação Pessoal, Jun-Jul. de 2003.

familiares dos assentados e o seu ambiente social, este expresso no conjunto das famílias do assentamento, no mercado de bens e serviços e nas políticas públicas.

As associações possuem três características em comum: são formadas com o intuito de fazer algo pelo anseio coletivo; a participação é voluntária e existem independentes do Estado ou organização oficiais. O agrupamento em associações inquestionavelmente favorece a integração social e o autoconhecimento no que diz respeito a aptidões de organização. Assim, elas podem propiciar diversas atividades e se constituem, na maioria dos casos, como associação de prestação de serviços.

Carvalho (1998), em seu estudo sobre as formas de associativismo vivenciadas pelos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de Reforma Agrária no Brasil, identificou uma grande diversidade e complexidade de formas de associativismo econômico, as quais, apesar de designarem-se como associação de cunho econômico, por exemplo, exercitavam efetivamente outros papéis como o de coordenação política, o de mediação entre as famílias e os organismos de governo, etc.

Durante o trabalho de campo, encontramos duas associações que possuem estas características. Essas associações abrangem os três assentamentos analisados, são elas: a Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento São Luis e a Associação dos Pequenos Produtores dos Assentamentos São João e Mercedina, contando com a participação de 114 assentados.

As duas associações foram criadas em 1997 e possuem o mesmo objetivo. Isto significa dizer que os assentados criaram as associações para que, por meio delas pudessem adquirir insumos, maquinários, obter financiamentos junto aos bancos e comercializar a produção, pois a produção para o mercado em pequena escala impossibilitava a comercialização dos seus produtos, conforme nos relata o Sr. Marcos⁷¹:

A idéia de criar as associações surgiu quando a gente começou perceber que cada um dos companheiros aqui tinha dificuldades pra comercializar o que produzia. Então nós começamos a fazer reuniões com o pessoal interessado e aí, em conjunto e depois de muitas discussões, decidimos por implantá-las. A meu ver, elas foram a melhor maneira que a gente encontrou pra comercializar a

⁷¹ Assentado no projeto São João e membro da Associação de Pequenos Produtores do Assentamento São João e Mercedina. Comunicação Pessoal, Jun-Jul. de 2003.

produção, pois através delas nós conseguimos juntar a produção dos companheiros aí e vender por um preço melhor em relação ao que eles conseguiam individualmente.

É importante destacar que a formação dessas associações também esteve associada à necessidade de uma maior articulação política dos assentados frente ao poder local, ao ser um meio para fortalecer suas reivindicações, e com isso os seus membros discutirem com os demais assentados a necessidade de união e a possibilidade de uma melhor gestão da produção nos assentamentos. Deste modo, podemos dizer que as associações organizadas pelos assentados em Batayporã têm a preocupação com o processo produtivo, mas sem perder o caráter reivindicatório. Pois, de acordo com o Sr. Wilson⁷², por meio da organização da produção é viabilizada uma série de demandas internas dos assentamentos.

Cabe salientar que estas associações foram criadas sem a participação do MST. Todavia, ressaltamos que às vezes acontece das associações trabalharem com a cooperativa do Movimento. Esta junção de forças tem se dado sempre na hora da comercialização e na reivindicação dos recursos junto aos órgãos públicos, conforme nos relata o Sr. Silva⁷³:

Quando a gente vai lá na prefeitura pedir um benefício aí pra nós assentado, um óleo diesel, alguma coisa assim pra facilitar a nossa vida aqui, vai todo mundo junto, a gente faz uma reunião e aí vai todo mundo junto, o pessoal da cooperativa, nós da associação [...].

As associações atuam juntas, ou seja, seus trabalhos - escolha dos produtos, comercialização e o processo de reivindicação dos recursos - são desenvolvidos com os camponeses dos três assentamentos, de forma conjunta. Elas possuem estatuto, ata de criação, das reuniões e assembléias, e são formalizadas legalmente.

Como as associações estão localizadas separadamente, foram eleitos, em assembléia geral, dois presidentes, com mandato de três anos, os quais são responsáveis pela coordenação das associações. No caso, um coordena a associação do assentamento São Luis (48 sócios) e o outro, a dos assentamentos São João e Mercedina (66 sócios).

⁷² Assentado no projeto São João e Presidente da Associação de Pequenos Produtores do Assentamento São João e Mercedina. Comunicação Pessoal, Jun-Jul. de 2003.

⁷³ Assentado no projeto São Luis e Presidente da Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento São Luis. Comunicação Pessoal, Jun-Jul./2003.

As formas de participação dos assentados nestas associações realizam-se por meio das assembléias organizadas mensalmente, onde, normalmente, os presidentes fazem as prestações de contas e, juntamente com outros membros, propõem novas atividades, seja de produção ou comercialização, que são discutidas e aprovadas pelo grupo. Nestas assembléias se discutem também aspectos relativos aos assentamentos. Segundo o Sr. Santos⁷⁴ a maioria dos associados participam das assembléias, porém o nível de participação varia, já que “alguns falam mais, outros falam menos [...], na verdade, a fala dos companheiros depende do assunto que está sendo discutido”.

Para a manutenção das associações, os associados contribuem com uma taxa mensal de cinco reais. Este montante serve de caixa para as possíveis viagens dos presidentes das associações e, também, para a manutenção dos equipamentos, no caso, dois tratores equipados com grade.

Na última safra, 2001/2002, as associações se juntaram à cooperativa do Movimento e desenvolveram com os associados a cultura de algodão. A escolha deste produto foi decidida em reunião com os membros das duas associações e da cooperativa e, deve-se ao fato de que as associações celebraram contrato com a Cooperativa Agrícola Sul-Mato-Grossense (COPASUL), da região de Dourados/MS, a venda desse produto por um preço considerável em relação aos anos anteriores (19,00 R\$ a arroba).

A satisfação entre os assentados com a venda da produção foi geral, uma vez que na safra anterior eles haviam tido prejuízos.

[...] às vezes o algodão não dá preço, mas esse ano ajudou, o tempo ajudou [...], os meninos (presidentes) aí fizeram bem em fechar o acordo, foi bom pra todo mundo [...], o governo melhorou bem o preço, e aí os meninos conseguiram fechar a venda da produção de algodão por um preço bom, foi vendido a 19,00 R\$ a arroba, porque na safra anterior teve companheiro aí que quase perdeu o lote, [...]" (RIBEIRO⁷⁵).

Apesar do sucesso obtido com venda do algodão, é interessante destacar como se deu este contrato estabelecido entre os presidentes das

⁷⁴ Assentado no projeto São João. É membro da Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento São João e Mercedina. Comunicação pessoal, Jun-Jul. de 2003

⁷⁵ Assentado no projeto São Luis e Membro da Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento São Luis Comunicação Pessoal, Jun-Jul. de 2003

associações e o presidente da cooperativa do Movimento (COPAV) com a COPASUL.

Para a realização do contrato com os assentados, a COPASUL, que ficou responsável pela assistência técnica e o transporte da safra, bem como o financiamento das sementes, do adubo e do veneno para fazer o plantio do algodão, exigiu dos assentados (os presidentes das associações e o presidente da cooperativa), a penhora de seus lotes, conforme nos relata o Sr. Silva⁷⁶:

Na safra passada nós das associações juntamente com o pessoal da cooperativa aí do MST, conversamos com a cooperativa de Dourados, a COPASUL, pra financiar os produtos pra nós (assentados) plantar o algodão [...] o que aconteceu é que na reunião a empresa disse que ia passar o produto todo, mais quando foi na hora de assinar o contrato e eles passar os produtos pra nós, nós tivemos que penhorar os nossos lotes [...] nós três tivemos que penhorar os nossos lotes em cartório, as esposas teve que assinar e tudo, eu corri o risco de ficar sem casa e sem mulher, porque ela não queria assinar o contrato, falou que se desse errado ela me largava. [...] houve muita resistência das esposas, mas no final todo mundo assinou, e assim todo os companheiros puderam plantar e colher o algodão [...].

O contrato foi cumprido, segundo os assentados, sem maiores problemas. No ato de pagamento dos assentados pela produção do algodão foi descontado o material (semente, adubo e veneno) financiado pela COPASUL. Descontou-se também o valor de 1% do total líquido recebido com a venda da produção para as associações e a cooperativa. De acordo com os presidentes das associações e da COPAV, este valor de 1% foi combinado antes do plantio do algodão, em assembléia, onde todos assentados concordaram, como pode ser observado nos relatos que se seguem:

Quando a gente decidiu participar do plantio do algodão, nós fizemos várias reuniões, e aí ficou decidido que a gente tinha que passar 1% do valor que ia receber, com a venda do algodão, pra associação, essa decisão aí foi votada em assembléia e nós todos aceitamos, porque a gente tinha que plantar, né? (SANTOS⁷⁷).

[...] nós participamos, todo os companheiros da cooperativa participou da plantação do algodão, não ficou um pra trás, todo

⁷⁶ Assentado no projeto São Luis e Presidente da Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento São Luis. Comunicação Pessoal, Jun-Jul. de 2003.

⁷⁷ Assentado no projeto São João. É membro da Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento São João e Mercedina. Comunicação pessoal, Jun-Jul. de 2003

... mundo participou [...] nós pagamos o valor pra cooperativa porque ela vai investir esse dinheiro aí em alguma coisa que vai beneficiar nós mesmos, né? [...] se a gente faz parte dela, a gente é que tem que contribuir (ALVES⁷⁸)

O valor arrecadado com a safra dos assentados foi dividido entre as duas associações e a cooperativa. Segundo os presidentes, tanto da cooperativa como das associações, esse dinheiro vai ser investido em benefício dos próprios assentados. No caso das associações, o valor recebido vai ser utilizado como parte do pagamento do novo trator que a associação está tentando adquirir e, no caso da cooperativa do Movimento, vai ser utilizado para pagar parte de suas despesas burocráticas, já que se encontra em dificuldades financeiras; como a maioria das cooperativas organizadas pelo MST no país.

As associações também têm estimulado o desenvolvimento de algumas culturas com os associados, tais como: o milho, a mandioca e o feijão. Isso acontece em função dos contratos que os presidentes das associações tem feito com algumas empresas compradoras de cereais da região.

Neste sentido, essa forma de cooperação, como também a cooperativa do Movimento, tem assumido um papel extremamente significativo enquanto elemento potencializador no processo de negociação e comercialização da produção, uma vez que age no sentido de concentrar a produção dos assentados, para em seguida, a partir do volume, ter poder de negociação no mercado, evitando, desta forma, a exploração pelos atravessadores, já que a negociação é feita diretamente com as empresas do ramo.

Ao final do trabalho de campo as associações continuavam buscando alternativas para viabilizar a produção conjunta/coletivizada, já que estavam tentando viabilizar a instalação de um resfriador de leite para os associados assentados no projeto Mercedina. A produção de leite tem sido extremamente importante na manutenção e reprodução das famílias assentadas, pois, apesar do baixo preço, é com esta produção que as famílias mensalmente realizam o pagamento da luz elétrica, dentre outras necessidades, adquirindo ainda, quando possível, os produtos não cultivados nos assentamentos.

⁷⁸ Assentado no projeto São Luis e membro da COPAV. Comunicação pessoal, Jun-Jul. de 2003.

Constatamos, ainda, durante o trabalho de campo, que entre os associados há um grupo de 06 famílias que desenvolvem o trabalho de criação do bicho-da-seda (sericicultura) como atividade complementar da renda familiar. Esse grupo de assentados trabalha em barracões individuais e com mão-de-obra familiar, no entanto, a compra e venda dos casulos para a empresa de fiação de seda, BRATAC, é feita de forma coletiva. Sendo isto uma exigência da própria empresa, conforme nos relata o Sr. Wilson⁷⁹.

[...] A gente só conseguiu trabalhar com a Bratac porque nós montamos um grupo e nos associamos a ela. Então, agora, temos que trabalhar em conjunto, cada um no seu barracão, mas sempre um ajudando o outro, pois se tudo não tiver certinho o grupo é excluído da empresa, se algum companheiro do grupo falhar ou 'pisar na bola' todo o grupo é prejudicado.

Embora se sintam frustrados em função da quantidade de trabalho despendido pela família, com o pouco retorno financeiro que a atividade proporciona e com as exigências de padrão da empresa⁸⁰, os associados insistem na manutenção do projeto, não só pelo fato de já terem investido nos barracões e no plantio das amoreiras, mas principalmente porque, como membros da diretoria das associações, sentem-se na obrigação de fazer o projeto "dar certo", para que assim possam servir de exemplo aos demais assentados, estimulando-os a dar início a suas próprias experiências.

4.2.3 Projeto PROVE PANTANAL: desafios e perspectivas

O caminho da agroindustrialização tem sido apresentado, pelos diferentes sujeitos sociais, como fundamental para a consolidação e o desenvolvimento dos projetos de assentamento. Desse modo, o entendimento geral é de que, superada a fase inicial de luta pela subsistência, devem ser buscados instrumentos que permitam capitalização das unidades produtivas, agregando valor

⁷⁹ Assentado no projeto São João e Presidente da Associação de Pequenos Produtores do Assentamento São João e Mercedina. Comunicação Pessoal, Jun-Jul. de 2003.

⁸⁰ Segundo o técnico da Bratac o padrão de produção deve ficar em torno de 50 quilos de casulo para cada 10 gramas de larva recebida, com o compromisso do produtor assegurar ao máximo possível de casulos de primeira, já que para a empresa, a qualidade do casulo toma contornos até mais importante que a quantidade, porque ela implica em qualidade do fio da seda, daí derivando a rigorosidade na análise dos casulos.

ao trabalho, construindo perspectivas de renda mínima e segurança de remuneração para as famílias assentadas.

Neste sentido, para o setor responsável pela produção no Movimento, os processos de organização e verticalização das atividades econômicas se mostram decisivos, sendo que as cooperativas e associações surgem como alternativas eficazes para viabilizar os investimentos necessários. Pois, além de permitirem a escala necessária para a consolidação de projetos agroindustriais, estas formas de cooperação assegurariam distribuição mais eqüitativa dos resultados, retraindo tendências de diferenciação e concentração de renda, nas áreas reformadas (CONCRAB, 1992).

Nesta perspectiva, entende-se que o desenvolvimento sócio-econômico dos assentamentos esbarra, em determinado momento, na necessidade de verticalização das atividades produtivas. Em tal ocasião, a via da agroindustrialização se apresentaria, por esta teoria, como condição necessária (embora não suficiente) para o estabelecimento de novo patamar de crescimento e qualidade de vida para as famílias assentadas.

Face ao exposto, podemos afirmar que as atividades agroindustriais ainda são incipientes nos assentamentos do Estado de Mato Grosso do Sul e que, embora importantes, constituem casos de exceção. Dentro desta situação, de exceção, situamos o projeto Prove Pantanal implantado pelo Governo do Estado nos assentamentos rurais de Mato Grosso do Sul.

Conforme Milani⁸¹, o projeto Prove Pantanal (Programa de Verticalização da Agroindústria Familiar de Mato Grosso do Sul) é um programa de inclusão social que foi criado em julho de 2000 pelo Governo Popular de Mato Grosso do Sul, e tem por objetivo fortalecer a agricultura camponesa que, ao longo dos anos, vem sendo excluída do processo produtivo. Na verdade, é um programa de produção, transformação e comercialização da pequena produção familiar, financiado pelo Banco do Povo, com recursos do Fundo de Investimento Social (FIS).

Segundo este técnico agrícola, o conhecimento de experiências, projetos e programas similares desenvolvidos em Curitiba e em Brasília foram importantes para o delineamento das linhas mestras do projeto no Estado. “No caso

⁸¹ Técnico do IDATERRA, responsável pelos assentamentos em Batayporã. Comunicação Pessoal, Jun-Jul. de 2003.

de Brasília, foram importantes a troca de informações com os técnicos que estiveram envolvidos na implantação e desenvolvimento do Programa de Verticalização da Pequena Produção Familiar (PROVE)". (Pesquisa de campo, 2003).

A concepção do programa no Estado de Mato Grosso do Sul, baseia-se na idéia de que só é possível oferecer aos pequenos agricultores oportunidades de obtenção de renda que os tire de uma condição precária de subsistência, caso sejam realizadas ações para superar os vários pontos de exclusão que os colocam à margem do processo de desenvolvimento econômico.

Assim sendo, o objetivo principal do Prove Pantanal, de acordo com a Lei nº 9.983, de 17 de Julho de 2000, é inserir o produtor de economia familiar e de baixa renda ao processo produtivo, por meio de incentivos a produção e ao processamento de seus produtos *in natura*, de origem animal ou vegetal, agregando-lhe mais valor e propiciando a elevação da renda de sua produção. Estes incentivos se dão principalmente por meio da implantação de pequenas agroindústrias familiares, que podem ser coletivas ou individuais.

De início, os interessados em participar do programa além de receber o projeto de instalação e funcionamento da agroindústria, receberiam também a concessão de crédito e assistência técnica na produção. No entanto, cabe destacar que isso não tem ocorrido, pois após a fase de implantação das agroindústrias os assentados passam a não receber mais a assistência do Estado, ficando sob sua responsabilidade a fabricação e venda dos produtos. Com isso queremos dizer que, não tem sido incentivada pelo Estado a comercialização dos mesmos, o que ocasionam vários problemas às famílias que participam do projeto, dentre elas, a perda total dos produtos, principalmente, por vencimento no prazo de validade.

As unidades do Prove Pantanal, hoje instaladas no Mato Grosso do Sul, produzem uma variedade de produtos que são processados diariamente no Estado, tais como: iorgute; leite pasteurizado; queijo; doce de leite; café; rapadura; tomate seco; mel; embutidos e defumados; açúcar mascavo; farinha de mandioca; compotas; geléias; erva-mate e muitos outros produtos com excelente qualidade. Em sua maioria tratam-se de produtos com processamento simples, com baixo conteúdo tecnológico, mas que apresentam um potencial de agregação de valor significativo.

A agroindústria do Prove Pantanal instalada no município de Batayporã, no assentamento São Luis, é uma agroindústria de transformação

artesanal e não foi financiada pelos assentados com recursos do FIS (Fundo de Investimentos Sociais) liberados pelo Banco do Povo, como a maioria das pequenas agroindústrias instaladas no Estado. Na verdade, o assentamento foi contemplado com uma unidade móvel da agroindústria, já que o Governo Popular, no início de implantação do Projeto, fez um sorteio para a instalação de 20 agroindústrias nos assentamentos.

Para participar do Programa, segundo Batista⁸², foi necessário que o MST, juntamente com técnicos do IDATERRA do município, elaborassem um projeto pedindo a inclusão do assentamento São Luis no sorteio das unidades. Foi assim que se deu a implantação da unidade do Prove Pantanal neste assentamento.

Quando saiu esse projeto aí do Governo Zeca, nós achamos que o assentamento aqui (São Luis) tinha condições de conseguir uma dessas unidades, porque a matéria-prima (leite) a gente tinha e tinha também as famílias interessadas [...], então como o Movimento sempre pensou na agroindústria pra transformar o produto dos assentados, tentando agregar valor, porque aí o pessoal não fica no prejuízo [...], nós pedimos pro pessoal do IDATERRA ajudar a montar o projeto, bom aí a gente participou do sorteio. A gente foi sorteado e aí o pessoal veio aqui montar, porque é uma dessas [...] é dessas aí que se não der certo o Governo leva embora [...] (BATISTA).

A unidade móvel do Prove Pantanal instalada no assentamento é uma pequena agroindústria de doces, mais especificamente de doce de leite. Esta unidade no assentamento está sendo administrada por duas famílias que fazem parte do MST, e que são auxiliadas pela COPAV (Cooperativa Regional de Produção e Prestação de Serviços para a Reforma Agrária do Vale do Ivinhema⁸³), já que no selo do produto além de conter o peso, prazo de validade, nome do produtor e município de origem, há também, no caso da unidade de Batayporã, a marca da COPAV, o que evidencia ser este um produto da reforma agrária.

Entretanto, cabe destacar que, mesmo sendo resultantes da reforma agrária, as famílias vêm enfrentando dificuldades para comercializar seus produtos, principalmente porque, como dissemos anteriormente, não existe uma política eficiente de *marketing* e comercialização que propicie a ampliação de mercado dos

⁸² Assentado no projeto São Luis e Presidente da COPAV. Comunicação Pessoal, Jun-Jul. de 2003. (Membro da Direção Estadual do MST/MS).

⁸³ O Vale do Ivinhema, na região Leste de Mato Grosso do Sul, é composto por nove municípios: Angélica, Anaurilândia, Bataguassu, Batayporã, Ivinhema, Nova Andradina, Novo Horizonte do Sul, Santa Rita do Pardo e Taquarussu. Está situado estrategicamente próximo a grandes mercados internos, como São Paulo e Paraná.

produtos ofertados localmente. Não há também, por parte do Estado, convênios com redes de supermercados ou prefeituras, para a comercialização dos produtos. Isto quer dizer que o Estado propôs, mas não tem cumprindo as metas do seu projeto, sendo esta uma das várias dificuldades enfrentadas pelo programa.

Segundo dona Barille, apesar das dificuldades, elas conseguem produzir um total de 80 potes de doce por semana. Esses doces, quando comercializados, saem pelo valor de 1 real e 80 centavos (1,80 R\$) o pote de meio quilo. A comercialização tem sido feita pelas famílias no mercado local, direto ao consumidor, visto que as duas famílias participam da feira livre que acontece aos sábados, no município de Batayporã. A renda obtida com a venda dos doces, apesar de mínima, é dividida entre as famílias participantes.

Cumpre ressaltar que, a criação da agroindústria nos assentamentos em Batayporã tem para o MST dois pontos importantes: o primeiro refere-se a questão econômica, já que a inserção no mercado dos produtos com maior valor agregado é uma forma positiva e concreta de mostrar os resultados e a viabilidade dessa experiência nos assentamentos. O segundo ponto refere-se a questão política, pois, estes produtos quando comercializados servem como “*marketing*” do assentamento e, por conseguinte, do MST, uma vez que circulam no mercado com a marca da cooperativa (COPAV) organizada pelo Movimento, o que, segundo Ribas (2002), acaba culminando no fortalecimento estratégico do MST enquanto movimento e organização social presente territorialmente na sociedade brasileira.

Assim, podemos dizer que, para as duas famílias beneficiárias, a renda auferida com a venda dos doces, apesar de mínima, serve como um complemento mensal para a sobrevivência familiar. Pois, “muitas vezes o que socorre a gente é essa rendinha que nós tira aí do doce [...], é pouquinho, mas na hora do aperto é com ela que a gente conta [...]” (SANTOS⁸⁴). Seu Barille⁸⁵ complementa a fala de dona Santos:

[...] o que elas conseguem não é muito, mas só que se a gente for vender o leite aí no mercado ou entregar pro laticínio o lucrinho é ainda menor. Apesar do trabalhão que é fazer o doce, porque elas não têm batedeira, tem que fazer tudo no braço, ainda compensa

⁸⁴ Assentada no Projeto São Luis. A fala refere-se ao membro de uma família que trabalha na agroindústria. Comunicação Pessoal, Jun-Jul. de 2003.

⁸⁵ Assentado no Projeto São Luis. A fala refere-se ao membro de uma família que trabalha na agroindústria. Comunicação Pessoal, Jun-Jul. de 2003.

mais do que vender só o leite puro, né?. [...] como a comadre aí tava dizendo, a gente as vezes tem que recorrer a essa rendinha do doce pra comprar uma semente, pra alugar um trator, então, apesar de ser insuficiente, ajuda muito, ajuda muito mesmo.

Podemos concluir com estes relatos que, para as duas famílias, apesar da produção e venda dos doces ser pequena e, conseqüentemente, também a renda auferida, ela mostra-se mais rentável do que a venda do leite “*in natura*”. A questão parece ser, portanto, como expandir esse tipo de empreendimento, ou seja, como conquistar novas unidades e garantir a comercialização? Já que, os produtos embora com maior valor agregado, ao serem oferecidos em pequena escala, sua concorrência com as grandes empresas torna-se desigual, pois estas podem oferecer seus produtos a preços mais competitivos para as redes de supermercados e para o público em geral.

4.3 O Universo dos Assentamentos São Luis, São João e Mercedina: os assentados, o desenvolvimento da produção e o trabalho na terra conquistada

Através da tabela 03, podemos visualizar o número de assentamentos rurais implantados no município de Batayporã até o ano de 2003, com seus respectivos anos de instalação, bem como a área (em hectares) ocupada em cada projeto, número de famílias assentadas, movimento social que organiza e, por fim, o órgão responsável pela execução dos projetos.

Tabela 03 – Dados dos Assentamentos Rurais implantados no município de Batayporã/MS

Assentamentos	Ano	Área (ha)	Nº de famílias	Organização	Órgão responsável
São Luis	1994	1.600	114	MST/FETAGRI	INCRA
São João	1996	856	58	MST/FETAGRI	INCRA
Mercedina	1996	803	56	FETAGRI	INCRA
Total		3.259	228		

Fonte: IDATERRA/ Escritório Municipal de Batayporã (2003).
Org.: SILVA, T.P. (2003).

Nesses assentamentos, apesar da apropriação da terra ter se dado de forma individual-familiar, a sua organização obedeceu ao desejo das famílias de ficarem próximas a amigos (feitos no período de acampamento) e parentes. Essa proximidade das famílias facilitou o desenvolvimento nos três assentamentos de diversas experiências de cooperação. A princípio, para a discussão de problemas comuns vividos pelos assentados e, num segundo momento, para o planejamento e desenvolvimento da produção.

Todavia, cabe destacar que, apesar da diversidade de formas organizativas encontradas nos assentamentos (cooperativa, associações, grupos coletivos e o projeto Prove Pantanal), “a produção é realizada individualmente e organizada pelo chefe de cada família” (BATISTA⁸⁶). Isto quer dizer que a organização da produção está sendo orientada pela lógica camponesa, pois é no âmbito da família que se toma a decisão, se discute a organização e a direção de todos os aspectos relativos às atividades produtivas e sociais nos assentamentos.

Neste ponto cabe ressaltar que na lógica camponesa o pai é o responsável pela gestão da unidade produtiva e conta com a ajuda dos filhos moços ou pequenos e da esposa, que acumula geralmente o trabalho agrícola com os serviços domésticos. O esforço despendido por ambos (mulher e filhos) não tem contrapartida direta ou imediata de pagamento em dinheiro, mas se submete às regras que presidem o consumo familiar. Assim,

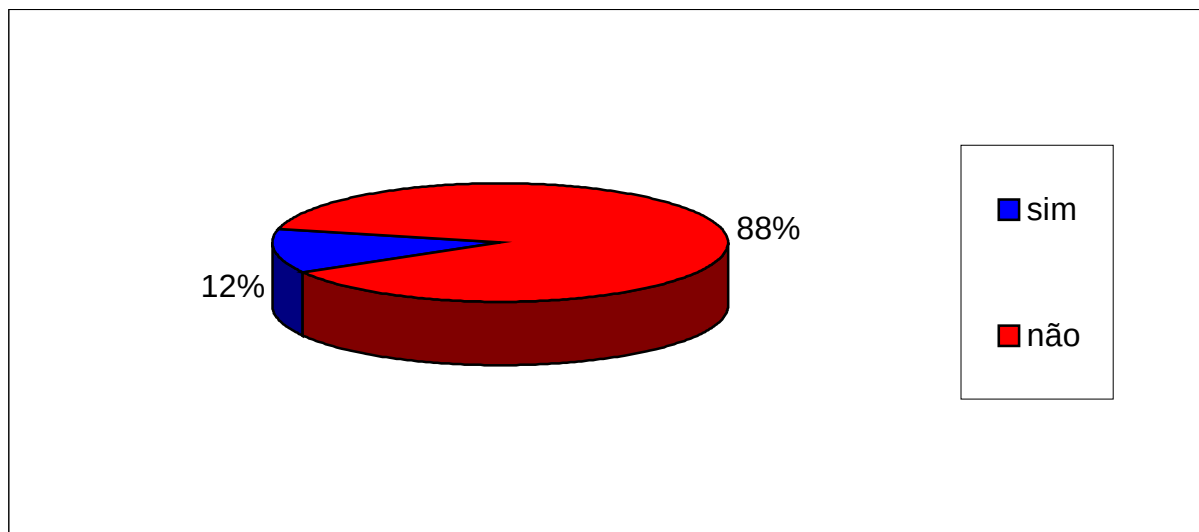
Não se realiza a separação do trabalho da pessoa do trabalhador nem a conseqüente conversão da força de trabalho em mercadoria. Cada pessoa da família camponesa desempenha um trabalho útil e concreto, segundo o momento e a necessidade. Desse modo, estrutura-se no interior da família uma divisão técnica do trabalho, articulada pelo processo de cooperação, resultando numa jornada de trabalho combinada de vários membros da família. Nesse sentido, a família camponesa transforma-se em um trabalhador coletivo (TAVARES DOS SANTOS, 1984, p.34).

Os dados do trabalho de campo indicam que as famílias assentadas são formadas por antigos arrendatários, parceiros, empregados das fazendas e pequenos produtores do município de Batayporã. Estas famílias, em sua maioria, já vivenciaram a condição camponesa, quer como filhos ou netos de camponeses,

⁸⁶ Assentado no projeto São Luis e Presidente da COPAV. Comunicação pessoal, Jun-Jul. de 2003. (Membro da Direção Estadual do MST/MS).

mantendo na memória a experiência do meio rural. Todavia, a maior parte delas (88%) nunca foi proprietária de terra, conforme se verifica no gráfico 03.

Gráfico 03: Posse da Terra antes do Assentamento



Fonte: Dados coletados em pesquisa de campo. Jun/Jul, 2003.

No trecho abaixo, retirado do relato do Sr. Alves⁸⁷, também se percebe essa questão:

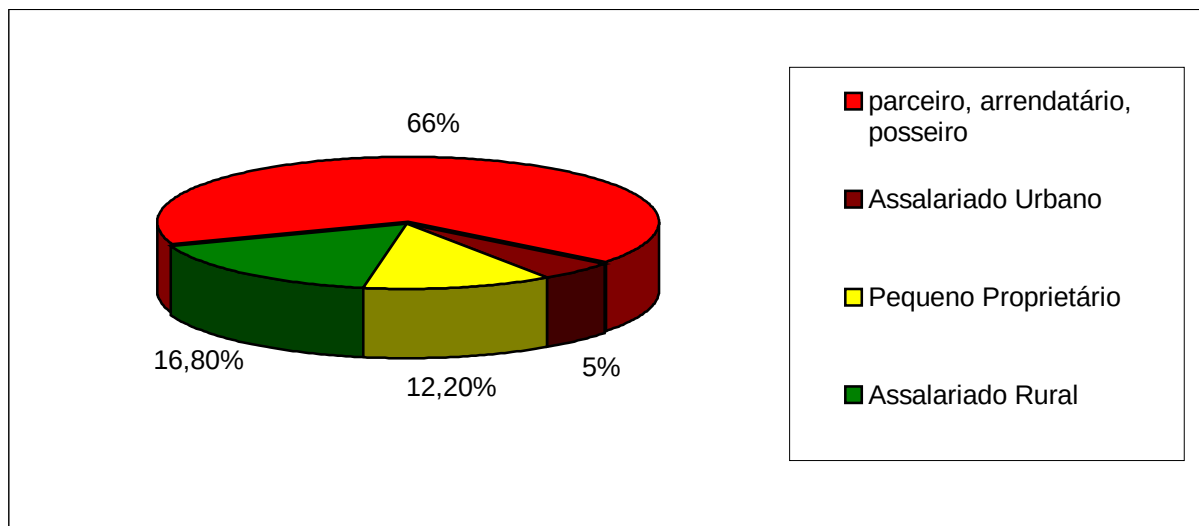
[...] eu fui criado na terra, né? trabalhei a vida toda na roça, mas nunca consegui ter um pedacinho de chão que fosse meu. O meu pai também trabalhou toda vida de meia com o patrão e nunca conseguiu juntar pra compra um cantinho pra nós; e eu ia seguindo o mesmo caminho, a vida toda lutando na terra dos outros, mas nunca conseguia nada, mal dava pra encher a barriga dos filhos. [...] eu sonhei a vida toda com um cantinho assim onde eu pudesse plantar pra dar de comer aos filhos, onde pudesse criar uma galinha, um porco, ter uma criaçãozinha, né? Esse sonho eu carreguei comigo a vida inteira e hoje eu posso dizer que consegui realizar, e olha que não era um sonho só meu não, era o sonho do meu pai também, que morreu sem conseguir realizar [...].

Essas histórias, “[...] eu fui criado na terra [...] trabalhei a vida toda na roça, mas nunca consegui ter um pedacinho de chão que fosse meu”, que expomos do relato de Alves, se repetem em vários outros relatos do trabalho de campo, o que evidencia o fato de que, apesar de terem origem na terra, esse acesso

⁸⁷ Assentado no projeto São Luis e Membro da COPAV. Comunicação Pessoal, Junho/Julho de 2003.

quase sempre foi precário, isto é, através da parceria, do arrendamento, da posse e ocupação, entre outros, como podemos verificar no gráfico 04.

Gráfico 04 - Relação de trabalho dos assentados anterior aos assentamentos



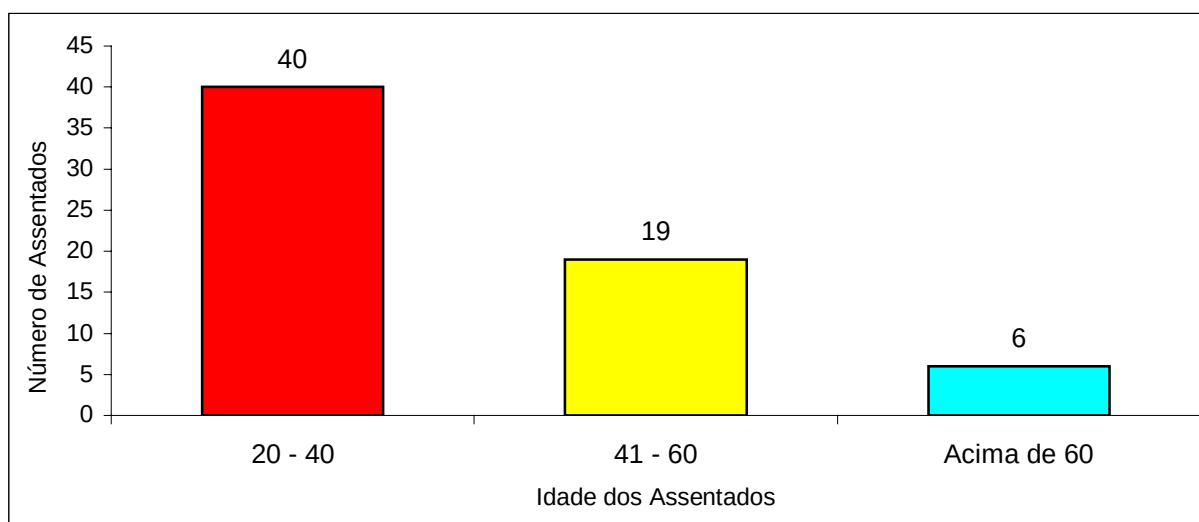
Fonte: Dados coletados em pesquisa de campo. Jun/Jul, 2003.

Neste ponto cabe destacar que *parceiro* é um produtor que, trabalhando com sua família, arrenda uma área de terra e paga sempre com uma parte da produção, que pode ser à meia (meeiros) ou à terça parte (terceiros). Geralmente, o parceiro entra com o trabalho, ferramentas e sementes, e o proprietário com a terra, adubos, etc.; *arrendatário* é o agricultor que trabalha com sua família e aluga um lote de terra pagando por ela um valor fixo em dinheiro, produto ou trabalho e *posseiro* é aquele camponês que trabalha com sua família numa determinada área, como se fosse sua, mas não possui o título de propriedade da terra, a qual pertence ao Estado ou a um proprietário de terra (FABRINI, 1996).

Ainda, no relato do Sr. Alves, é possível compreender que apesar do acesso precário à terra, o desejo de possuí-la sempre o acompanhou: “eu sonhei a vida toda com um cantinho assim onde eu pudesse plantar pra dar de comer aos filhos, onde pudesse criar uma galinha, um porco, ter uma criaçãozinha, né? Esse sonho eu carreguei comigo a vida inteira e hoje eu posso dizer que consegui realizar”. Esse trecho do relato é ilustrativo não só para expormos que o desejo de obter a terra é antigo por parte do assentado, mas também, para mostrarmos o que significa a terra para esse entrevistado, assim como para inúmeros outros assentados.

No que diz respeito à idade, a faixa etária entre 20 e 40 anos é a que concentra o maior número de chefes de família (61,2%). Com idade entre 41 e 60 anos estão 29,3% dos assentados, e com superior a 60 anos há 06 assentados, que representam 9,5% dos entrevistados (Gráfico 05). Pode-se considerar que os chefes de família entrevistados nos Assentamentos Rurais em Batayporã estão, em sua maioria, em idade economicamente ativa, já que 61,2% têm até 40 anos.

Gráfico 05 – Distribuição dos Assentados de acordo com a faixa etária



Fonte: Dados coletados em pesquisa de campo, 2003.

Levando-se em conta a dinâmica familiar, nos moldes de Chayanov (1990), podemos dizer ainda que estas famílias estão numa fase em que os filhos, em geral, moram com os pais. Outra questão importante em relação a idade dos entrevistados é que por se tratar de uma população jovem que, mesmo carregando inúmeras tradições e costumes, tem disponibilidade interna para rever modos de vida e transformar as condições existentes, o que se apresenta como um potencial para a realização de práticas coletivas de produção como a adoção de novos cultivares, pois são mais adeptos as mudanças e inovações do que os assentados com idade mais avançada.

No trabalho de campo pode-se apreender que, os três assentamentos possuíam uma infra-estrutura física organizada. As casas localizadas nos lotes são em sua maioria construídas em alvenaria e com várias dependências (2 ou 3 quartos, sala, cozinha, banheiro), possuem também energia elétrica e água encanada, fornecida pelas empresas estaduais de energia e saneamento. Os

assentados dispõem ainda de um posto de saúde que funciona diariamente das 7:00 as 17:00 horas e é administrado pela prefeitura municipal, que presta atendimento aos assentados através de um clínico geral e duas enfermeiras, que são moradoras nos assentamentos São João e São Luis.

Ainda em relação a infra-estrutura dos assentamentos, destacamos também a existência de estradas internas em bom estado de conservação facilitando o transporte de pessoas e mercadorias até a cidade. Após anos de lutas e reivindicações foi viabilizada também uma linha regular de ônibus, que percorre diariamente os assentamentos, garantindo o transporte assentamentos-cidade (Batayporã) e vice-versa. O ônibus tem a função de transportar pessoas e mercadorias para a cidade, já que por ele também é escoada parte da produção dos assentamentos: ovos, leite, doces, verduras, legumes, entre outros.

No que se refere a existência de áreas de lazer, o que existe são dois centros comunitários; um localizado entre os assentamentos São Luis e São João e outro no assentamento Mercedina. Esses centros possuem um salão onde são realizadas as reuniões dos assentados, as quais também são consideradas como uma boa oportunidade para encontrar pessoas e pôr a conversa em dia. Ocasionalmente esses salões servem como espaço para pequenas reuniões realizadas pelos jovens dos assentamentos e, também para festas de casamento, que reúnem o maior número de pessoas, inclusive muita gente de “fora”.

Os assentamentos possuem também outros espaços que proporcionam a vivência comunitária, tais como: campo de futebol, igrejas, mercadinhos e “botecos”. Cabe ressaltar que o lazer, para grande parte dos assentados, geralmente ocorre nos finais de semana e se restringe, na maior parte das vezes, a ir à missa, participar de ou assistir ao jogo de futebol, visitar o vizinho, pescar, fazer um passeio ou participar de algum baile em Batayporã, conforme nos relatou Piretti⁸⁸:

O lazer pra gente aqui é participar da missa, eu mesmo vou sempre, todo final de semana a gente tá lá, porque sem Deus a gente não vive. [...]. Meu velho e os meninos sempre combinam um futebol com os outros companheiros aí dos assentamentos, normalmente conseguem reunir bastante gente, tem os homens que vem pra jogar, as mulheres pra torcer, mas que na verdade vai é pra papear, e as meninas que ficam por aí correndo, brincando, porque pra eles é

⁸⁸ Assentada no projeto São Luis e membro da COPAV. Comunicação Pessoal, Jun-Jul. de 2003

sempre festa. Então, nos finais de semana a “bolada” reúne bastante gente em volta do campo de futebol e do boteco do A., que fica próximo ao campo. À noite, quando não tem baile aqui, os meninos vão nos bailes lá em Bata [Batayporã], mas não é só os meninos não, tem muito companheiro e companheira aqui que participa dos bailes lá na cidade, os mais velhos vão pro clube da terceira idade, e os meninos vão nos outros lá que eles gostam, ou então ficam passeando por lá [...].

Observo ainda não só neste relato, mas em vários outros, que, do ponto de vista do lazer, o campo de futebol é o espaço mais importante dos assentamentos, pois é para este local que a maior parte das famílias, sem distinção de idade e gênero, dirige-se nos finais de semana, principalmente nos domingos à tarde. Segundo Piretti o campo de futebol é mais um ponto de encontro da comunidade do que um espaço de competição, já que “[...] o campo é só mais um pretexto para o pessoal se encontrar e papear, é lá que a gente bota as conversas em dia”.

O assentamento São Luis possui uma escola municipal de ensino fundamental, que atende aos estudantes dos três assentamentos. Após o término do ensino fundamental, os filhos dos assentados que desejam continuar os estudos têm que se deslocar para a escola estadual de ensino fundamental e médio, localizada no município de Batayporã. Para o transporte dos estudantes do assentamento até a escola a prefeitura municipal disponibilizou uma linha de ônibus no período noturno.

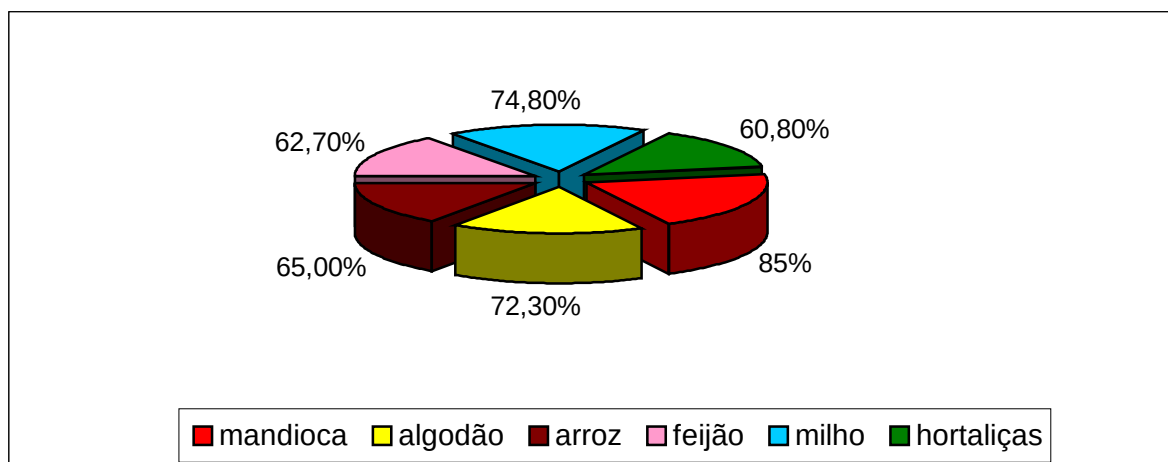
O trecho abaixo, retirado do relato de dona Rocha⁸⁹, é interessante para mostrar que embora a maioria dos chefes de família (70% dos assentados entrevistados) possua um baixo grau de escolaridade (cursaram apenas as primeiras séries iniciais do ensino fundamental) - principalmente porque na história da maioria deles o trabalho se sobrepunha aos estudos - houve e ainda há toda uma luta para que seus filhos consigam mais do que isso. Para muitos deles os filhos devem estudar e terminar o ensino médio, pois não querem vê-los passar pelas mesmas dificuldades que sempre enfrentaram no campo. Assim, nesses assentamentos a questão da escola para as crianças teve e, ainda tem, prioridade nas reivindicações das famílias assentadas, já que a educação é vista pelos pais como a porta de entrada para uma vida mais confortável.

⁸⁹ Assentada no projeto São Luis e membro da COPAV. Comunicação Pessoal, Jun-Jul. de 2003.

[...]. Olha quando nós entremos aqui a preocupação maior era com as crianças, principalmente com as escolas, porque muitas delas já tava em idade escolar. Então, a gente se organizou e lutou, lutamos pra prefeitura instalar a escola aqui mesmo. Não foi uma luta fácil não, porque foram várias lutas, primeiro pra construir o prédio, pra conseguir os professores, depois pra que a educação partisse da realidade das crianças [...], demorou, mas a gente foi vencendo uma batalha de cada vez e hoje a escola tá aí e cheia de crianças estudando [...] então, do jeito que a escola tá, tá muito bom. Hoje as crianças só vão pra cidade quando vão estudar o ginásio, porque até a oitava os estudos faz tudo por aqui mesmo, só quando vão pro ginásio é que tem que ir pra Bata [Batayporã], mas também é um pouco tranquilo, porque nós conseguimos um ônibus da prefeitura pra levar e trazer os estudantes, eles vão e voltam com o carro da prefeitura. Então, hoje pode se dizer que as companheiras daqui não têm dificuldade pra estudar os filhos não, hoje só não estuda por aqui quem não quer, porque a escola tá aí e a gente tá sempre fazendo reunião e reivindicando pra melhorar ela ainda mais [...].

Em relação à produção agrícola nos assentamentos, percebe-se que é muito diversificada: milho, feijão, arroz, mandioca, algodão, hortaliças (alface, salsinha, cebolinha, abobrinha, etc.), conforme podemos verificar no gráfico 06. No entanto, a mandioca apresenta-se atualmente como a principal cultura dos assentamentos, pois 85% dos assentados entrevistados produzem esta lavoura. Acreditamos que essa cultura é predominante nos assentamentos porque, além de ser produzida para subsistência e sustentação de outras atividades (alimentação de animais), é um produto de fácil comercialização, requer baixos investimentos e necessita de poucos cuidados por parte do agricultor, o que a torna uma alternativa econômica para os assentados com menos recursos financeiros.

Gráfico 06: Principais Produtos Cultivados - Safra 2002/2003



Fonte: Dados coletados em pesquisa de campo. Jun/Jul, 2003.

Cabe destacar que o milho também é um produto representativo nos assentamentos, é cultivado por 74,80% dos assentados entrevistados, não somente porque desempenha um papel significativo na geração de renda para as famílias, mas também porque assume grande importância tanto para a sustentação de outras atividades no lote (alimentação de grande parte dos animais como aves, suínos e o gado) como para subsistência.

A criação do gado nos assentamentos analisados está voltada basicamente para a produção de leite, em sua maioria destinada ao mercado e à alimentação das famílias, tanto no leite *in natura* como em seus derivados. Apesar de não proporcionar um retorno financeiro elevado, essa atividade passou a representar a alternativa mais viável para gerar renda para os assentados, principalmente, porque sua produção é diária, implicando numa entrada mensal ou quinzenal de recursos que ajudam a custear os gastos domésticos e até mesmo subsidiar parte das demais explorações de produção.

Portanto, podemos afirmar, com base no trabalho de campo, que criação do gado leiteiro é muito valorizada, seja pela renda fixa mensal ou quinzenal do leite, seja pela venda esporádica de bezerros e vacas. Isto quer dizer que a criação da “vaquinha”⁹⁰ nos assentamentos tem a função de servir como uma espécie de reserva, poupança para os camponeses, já que em momentos de alguma necessidade financeira, ele pode dispor de um animal (bezerros ou novilhos) para ser comercializado e com o dinheiro da venda cobrir necessidades especiais como, por exemplo, serviços médicos ou pagamento de parcelas do crédito⁹¹ recebido.

Nos assentamentos em Batayporã, a produção de leite está sendo comercializada com a Cooperativa Agroindustrial do Vale do Ivinhema (COOPAVIL), localizada na cidade de Nova Andradina/MS, mas com entreposto no município de Batayporã/MS. Esta cooperativa além de implantar um tanque de resfriamento do leite a granel para uma das associações (São Luis) e recolher o leite, geralmente de

⁹⁰ Este termo “simbólico” aponta para o animal vaca como representante do alimento para as crianças, e não como animal que permanece no pasto para a acumulação capitalista, para o aumento do rebanho que servirá para o abate. A “vaquinha” está ligada ao camponês assentado, e o “gado” está ligado ao fazendeiro, ao pecuarista.

⁹¹ Nos assentamentos em Batayporã os assentados receberam créditos agrícolas por meio de duas linhas de fomento: Procerá e Pronaf. O Procerá foi um programa de crédito criado em 1986 (através da reivindicação dos trabalhadores rurais sem-terra) e extinto em 1999. Já o Pronaf foi criado em 1995, para ajustar as políticas agrícolas voltadas para os pequenos produtores. Ele se divide nas seguintes modalidades de fomento: custeio e investimento.

2 em 2 dias, vem realizando o financiamento de matrizes para os assentados interessados.

Ainda com relação a criação de animais, observamos que além do rebanho bovino, os assentados também possuem galináceos, os quais são de fundamental importância para a economia da unidade produtiva, principalmente por compor a dieta alimentar dos assentados com a carne e os ovos. Em média, existem cerca de 10 a 30 cabeças de galináceos por lote, as quais na maioria das vezes são criadas em regime semi-aberto e alimentadas principalmente com os recursos da própria propriedade. Neste ponto, destacamos também a criação de suínos nos assentamentos, 62% dos assentados entrevistados se dedicam à esta criação, já que dada a maior rapidez de crescimento em relação aos bovinos, os suínos complementam toda a base alimentar, com a gordura (banha), carne, salames etc. Com isso entende-se a persistência dos assentados em cultivar o milho, pois esse é a principal fonte de alimentação desses animais.

Ressalta-se, neste caso, que a maior parte dos assentados entrevistados (85%) cria os animais com a finalidade de consumo interno e eventualmente para o comércio. Essa comercialização geralmente se dá no período que antecede as festividades de final de ano.

Diante do exposto, cabe dizer que a diversificação de atividades desenvolvidas no âmbito das unidades de produção familiar é uma estratégia de reprodução há muito tempo usada pelos camponeses. Assim, diante do intenso processo de subordinação da produção familiar ao capital agroindustrial e decorrente da variação dos preços no mercado, os camponeses não conseguem se manter no campo contando somente com a renda advinda de um único produto. Então, diversificam as atividades e buscam produzir o máximo de produtos para o autoconsumo, reduzindo a dependência em relação ao mercado e obtendo um melhor nível de renda a partir do próprio lote.

Portanto, em vista das evidências encontradas e com base nos dados coletados no trabalho de campo, podemos afirmar que a produção agrícola nos assentamentos analisados é destinada em sua maior parte ao autoconsumo familiar, e somente o excedente é comercializado. Uma vez que o que move os assentados a desenvolverem a produção é a necessidade de produzir para garantir a vida e não necessariamente para atender as necessidades dos mercados (FABRINI, 2001). Entretanto, ressaltamos que os assentados, no cultivo dos lotes,

têm demonstrado absoluta preferência pela escolha de culturas (milho, feijão, arroz, mandioca, hortaliças) que permitem a retenção de um percentual para a manutenção da família e destinação do excedente para o mercado, como podemos observar no relato que se segue:

[...] a produção aqui é assim, a gente planta o que é possível consumir: mandioca, milho, arroz, feijão. Então, primeiro a gente tira o que é para o gasto⁹² e guarda, o que sobra a gente vende, a gente vende só o que sobra pra não faltar no que a gente consome, senão vai ter que trabalhar pra comprar nos supermercados, e aí não compensa. Com as criação é a mesma coisa, a gente cria quase tudo pro gasto, mas só que se precisar a gente vende, a gente troca, ou empresta pro vizinho, aí depende [...]. Então, aqui a gente sempre planta pra sobrar, e sempre sobra, porque senão não dá pra sobreviver, né?, só que a princípio tudo que a gente planta é pra consumo nosso. [...] A maioria dos companheiros aqui faz que nem eu, só vende as sobras, porque aqui a gente trabalha primeiro pra manter a família, pra não deixar que nada falte pros filhos e aí depois disso é que a gente vai pensar na venda do que sobrou [...]. (SILVA⁹³).

A comercialização da produção dos assentamentos ocorre basicamente nas cidades de Batayporã e Nova Andradina/MS, em função da proximidade destas cidades com os assentamentos. De modo geral, essa comercialização se dá majoritariamente por meio das associações e da cooperativa, ou então o assentado faz a comercialização dos seus produtos diretamente ao consumidor (principalmente na feira dos pequenos produtores em Batayporã,) ou a pequenos comerciantes locais.

A feira, segundo a avaliação dos assentados que dela fazem parte como feirantes, é a forma de comercialização mais efetiva, uma vez que a venda representa o recurso financeiro direto, em dinheiro, o que viabiliza a programação de despesas e novos investimentos. Além disso, permite que o assentado ao se apropriar do processo da comercialização, circule com maior desenvoltura entre os dois meios sociais, o rural e o urbano.

Evidencia-se assim que, nos assentamentos os assentados entrevistados desenvolvem atividades ligadas aos três setores da economia: *primário*: agricultura e pecuária; *secundário*: indústria artesanal (PROVE) e *terciário*:

⁹² Gasto ou despesa são categorias que se referem ao consumo familiar.

⁹³ Assentado no projeto São Luis e membro da Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento São Luis. Comunicação pessoal, Jun-Jul. de 2003.

comércio. O que podemos perceber ainda é que as atividades presentes nos assentamentos possibilitam um maior intercâmbio entre as famílias pois,

Os companheiros ali da associação eles criam o gadinho de leite. Então, se acontece de faltar leite pro pessoal da cooperativa ou pra qualquer outra família eles, o pessoal da associação, fornece pro pessoal que tá precisando. Tem também o J., que faz parte da cooperativa e é companheiro de uma das mulheres que trabalha com a fábrica de doces, ele facilita a vida de todos, fornecendo o gás de cozinha para a maioria das famílias né?. Então, acho que dá pra você imaginar a solidariedade que existe entre as famílias aqui né? Sempre que necessário elas tão se ajudando. Eu falo isso porque o meu bar passou a ser o ponto de encontro entre os moradores e a gente percebe a afinidade que há entre a maioria das famílias aqui [...] (ALMEIDA ⁹⁴).

Assim, tendo como base este e vários outros relatos, bem como as observações que fizemos durante nossa permanência nos assentamentos, podemos afirmar que apesar das diferenças de concepções e valores, consequência das diferentes trajetórias de vida e de luta, os assentados têm conseguido se organizar nos assentamentos de Batayporã, procurando realizar o sonho de ter uma vida melhor do que aquela vivida antes de conquista da terra.

Esta “união” dos assentados da FETAGRI e do MST nos assentamentos se reflete, principalmente, na organização política, a qual tem sido responsável por várias conquistas, dentre elas a luta por benefícios junto aos órgãos públicos para melhoria nas condições de trabalho e produção dentro dos assentamentos. Assim sendo, podemos dizer que a solidariedade os impulsionou a enfrentar e resistir na luta e a buscar alternativas frente às dificuldades. Como exemplos dessas alternativas podemos citar a efetivação de uma linha de recolhimento da produção de leite e a conquista do projeto Prove Pantanal.

Neste sentido, é importante dizermos que as formas de cooperação desenvolvidas pelos camponeses estudados não são imunes às tensões e conflitos, pois “as vezes acontece algum desentendimento entre o pessoal aí, mas nada que precise de ajuda externa não, a gente resolve tudo entre a gente mesmo” (SILVA⁹⁵). No entanto, longe de encontrarmos uma disputa interna em função da diversidade

⁹⁴ Assentado no projeto São Luis e membro da Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento São Luis. Comunicação Pessoal, Jun-Jul. de 2003.

⁹⁵ Assentado no projeto São Luis e Presidente da Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento São Luis. Comunicação pessoal, Jun-Jul. de 2003.

de formas organizativas nos assentamentos de Batayporã, encontramos uma *coesão social*⁹⁶ construída entre os assentados desde o período do acampamento e que se solidificou no assentamento, pois elas (associação, cooperativa, grupos) se apóiam e se sustentam mutuamente na busca de interesses comuns para a comunidade dos assentamentos, como bem destaca Batista⁹⁷:

O que a gente construiu aqui, em termos de solidariedade, vem desde a fase do acampamento, desde o acampamento o pessoal já foi se conhecendo e se enturmado, a gente ficava sempre juntos, organizados. Então, no período de acampamento é que foi ficando mais claro pra gente que era preciso tá organizado também após a conquista da terra, era preciso que a gente se organizasse pra se manter nela. Então, quando nós conseguimos a terra a maioria do pessoal já se conhecia, já se ajudava, e essa solidariedade entre os companheiros ficando cada vez mais forte com o tempo, porque a gente sabia que precisava tá organizado pra conseguir as benfeitorias aqui pra dentro, pra conseguir os créditos, pra vender os excedentes da produção [...]. As reflexões que nós fizemos no período de acampamento, juntamente com a realidade vivida aqui no assentamento fez com que a gente implantasse a cooperativa e as associação que tão aí hoje [...]. Eu considero como duas ferramentas de luta pra nós aqui, porque de certa forma elas tem contribuído pra nossa permanência e pras melhorias que aqui foram feitas [...]. Então hoje, apesar de todas as dificuldades que a gente ainda enfrenta, nós estamos mais unidos pra lutar por nossos direitos; a gente tem mais consciência que nós temos direitos e, então, aos pouquinhos a gente vai vencendo as dificuldades. Aos pouquinhos a gente vai lutando e conseguindo vencer as batalhas que são do dia-a-dia. Aqui o pessoal tá tudo firme nesse propósito de se organizar pra conseguir vencer as dificuldades impostas por esse sistema aí, né?, e aí não tem separação entre o sindicato e o movimento não, aqui nós se organiza e luta tudo junto, todo mundo é igual e se ajunta pra lutá pelo mesmo objetivo né, pelo objetivo de permanecer aqui no lote. E a gente, com muita luta, têm conseguido alcança esse objetivo, graças ao meu bom Pai a gente tem conseguido se manter aqui nessa terrinha.

Com base na análise do trecho acima e de outros relatos coletados no trabalho de campo, podemos afirmar que, apesar das diferentes trajetórias de

⁹⁶ Para CARVALHO (1999), a organização das famílias assentadas, assim como a estabilidade das formas associativa por elas construídas, depende, essencialmente, das possibilidades de identificação e coesão social que a vida compartilhada nos assentamentos venha a proporcionar. Uma vez que o processo de aglutinação das famílias decorre de experiências estruturadas ao longo de trajetórias de vida, a “organização” emerge como produto de uma história compartilhada. Neste sentido, por envolver dimensões sociais que se entrelaçam e que superam questões de ordem econômica, a organização, como vivenciada pelos assentados, não poderia ser representada por adesão a formas organizacionais que respondem a interesses ou necessidades externas.

⁹⁷ Assentado no projeto São Luis e Presidente da COPAV. Comunicação pessoal, Jun-Jul. de 2003. (Membro da Direção Estadual do MST/MS).

vida e de algumas divergências internas, os laços de amizade, união e solidariedade (Woortmann, 1995) ainda são presentes no cotidiano das famílias assentadas em Batayporã - quer nos momentos lúdicos, nos dias de festas comunitárias ou mesmo na troca de dias de serviço com os vizinhos, na busca do melhor meio de transportar os produtos para serem vendidos nas cidades, nos mutirões organizados para limpeza dos lotes e outros contactos que evidenciam a rede de relações do viver dos assentados - uma vez que elas lutam pelo mesmo objetivo: (re)construir suas vidas como camponeses na terra conquistada.

Diante deste contexto, cabe dizer que a implantação dos assentamentos São Luis, São João e Mercedina gerou mudanças positivas, não só no interior dos projetos e na vida das famílias assentadas, como também no próprio município onde estão localizados. Essas mudanças abrangem questões sociais, econômicas e políticas. As questões políticas referem-se, principalmente, ao papel que as famílias passam a desempenhar nas reivindicações por créditos, assistência técnica e infra-estrutura junto aos governos municipais, estaduais e federais. Na questão social há, por exemplo, o acesso das famílias à educação e saúde, elementos indispensáveis da cidadania. Na questão econômica ocorre a geração de renda e de novos postos de trabalho não só no meio rural, como também no meio urbano, pois no município são formadas novas atividades comerciais que buscam atender as necessidades das famílias assentadas.

Neste ponto, é importante ressaltarmos que o município de Batayporã apresentou uma nova dinâmica comercial após a implantação dos assentamentos. Essa dinâmica se caracterizou principalmente com o aumento de alguns segmentos comerciais, como por exemplo, a feclaria (em implantação); os supermercados, um posto da cooperativa de leite, entre outros. Desse modo, podemos afirmar com base na análise dos questionários e das entrevistas, que os assentamentos geram retorno econômico para o município e esse retorno tornou-se expressivo com a circulação de capital, por meio da compra de mercadorias (alimentos, materiais de construção, combustível, produtos agropecuários, dentre outros) e da venda de produtos com preços mais acessíveis e de melhor qualidade, tais como: leite, milho, mandioca, feijão, etc.

Podemos citar, ainda, com base na entrevista do Seu Odacir, técnico do Idaterra, os investimentos do Governo Estadual após a implantação dos assentamentos, tanto em políticas públicas de infra-estrutura (recapeamento das

ruas, construção e reformas de escolas, etc), quanto em políticas públicas de geração de emprego e renda (projetos em diversas áreas, como o Prove Pantanal, financiamentos com juros mais baixos, entre outros) e o aumento significativo de arrecadação do município.

Essas transformações ocorridas com a implantação dos assentamentos rurais são compreendidas por Leal (2003) como *impactos socioterritoriais*. Segundo o referido autor esses impactos se desenvolvem em três fases e resultam na reorganização do território.

[...] a *primeira fase* inicia-se com a trajetória da luta pela terra, quando as famílias estão organizadas para conquistar o lote de terra. A *segunda fase* ocorre com a implantação dos assentamentos rurais em que o principal elemento desta fase é a (des)concentração fundiária com a formação de pequenas unidades de produção que são implantadas em áreas de antigos latifúndios. A *terceira fase* constitui-se a partir da dinâmica interna dos assentamentos através dos resultados das produções agropecuárias, da relação econômica, política, social com o município e com a região. Desta forma, os impactos dos assentamentos apresentam mudanças em escala local (municipal) e microrregional através da comercialização de produtos no mercado regional (LEAL, 2003, p. 52-53).

Desse modo, podemos dizer que as mudanças verificadas por nós com a implantação dos assentamentos rurais no município de Batayporã são abordadas por Leal como a terceira fase do processo de *impacto socioterritorial*. Porém, salientamos que o desenvolvimento desta terceira fase é uma consequência das duas primeiras, ou seja, sem a luta e a organização das famílias hoje assentadas a implantação dos assentamentos dificilmente aconteceria, o que conseqüentemente inviabilizaria a terceira fase do processo.

Frente ao exposto, afirmamos então que apesar das inúmeras dificuldades e obstáculos enfrentados por estes trabalhadores na atual conjuntura política-econômica, principalmente no que se refere à viabilização da produção, eles manifestam ânimo e disposição de luta, ou seja, continuam firmes no propósito de encontrar soluções em vistas de um futuro melhor, porém não abrindo mão de continuar na terra. Pois, sentem-se mais seguros hoje, quando comparados com a

situação anterior ao assentamento. Neste sentido, o trecho que se segue, retirado do relato de Seu Sales⁹⁸, expõe de forma nítida, essa questão:

Apesar das dificuldades que a gente tem enfrentado pra resistir na terra, principalmente porque não tem nenhuma política assim do governo que ajude a gente, o pequeno [...], posso dizer que hoje tá melhor do que antigamente. Hoje a gente tá bem organizado, a gente sabe dos nossos direitos e luta por eles. Então, hoje só de saber que as crianças não vão dormir no relento e com fome, que tão bem alimentadas já valeu a luta, já valeu todo o sofrimento que a gente passou pra chegar aqui. Porque aqui a gente pode não ter tudo do bom e do melhor, mas a gente se vira, nós tem comida com fartura, tem casa, tem uma vaquinha aí, e no resto a gente vai dando um jeitinho, vende um bezerro ali e compra umas roupinhas pras crianças, recebe o dinheiro de uma lavoura e investe em outra, e assim a gente vai levando. Então, mesmo sem nenhum apoio aí das autoridades eu ainda digo que valeu a pena, valeu a pena todo sofrimento, porque graças a Deus a gente tem conseguido permanecer aqui. Com muito custo, muito sacrifício, mas a gente tem conseguido permanecer nessa terrinha [...].

Esse relato nos dá a dimensão da situação vivida por este e por vários outros assentados antes da implantação dos assentamentos. Nele percebe-se o quão importante é para os camponeses ter um pedacinho de terra para plantar e sobreviver de forma digna, principalmente porque para eles o assentamento é muito mais do que um meio de produção, ele é o lugar de realização da vida.

[...] E a vida, para esses camponeses, [...] não é somente ter comida, ter casa, mas uma vida plena, uma vida cheia de significados, na qual aquilo que crêem tem possibilidade de continuar sendo respeitado e existindo: sua cultura, sua autonomia, sua visão de mundo, sua capacidade de crescer a partir das próprias potencialidades, enfim seu universo simbólico (SIMONETTI, 1999, p.70-71).

As questões até aqui apresentadas nos permitem afirmar que, por maior que sejam as dificuldades dos camponeses para permanecer na terra conquistada, para muitas dessas famílias o acesso à terra representou a superação da dificuldade em atender as mais básicas necessidades do ser humano como casa, comida e trabalho. Pois, em um mundo onde tantas pessoas padecem de fome, eles conseguem se organizar, garantindo seu próprio alimento. Assim, nesses

⁹⁸ Assentado no projeto Mercedina. É membro da Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento São João e Mercedina. Comunicação pessoal, Jun-Jul. de 2003.

assentamentos rurais são consumidos leites, hortaliças, ovos, arroz, feijão, entre outros, oriundos da produção própria, que ocupa lugar de destaque na lógica de reprodução da família camponesa.

Nessa contextualização de luta dos camponeses pela implantação de assentamentos no Estado e, conseqüentemente, pela permanência na terra conquistada, buscamos demonstrar como esses homens e mulheres se organizaram e ainda se organizam para a conquista e permanência nos assentamentos em que estas famílias se encontram territorializadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões até aqui desenvolvidas tentaram dar conta do objetivo central de nossa pesquisa, qual seja: entender as propostas organizadas pelo MST para a viabilidade socioeconômica dos assentamentos e, principalmente, as práticas desenvolvidas pelos assentados numa determinada região do Estado de Mato Grosso do Sul, tanto na organização, quanto no desenvolvimento das diversas formas de cooperação. Buscamos analisar se o desenvolvimento da cooperação é uma estratégia de reprodução dos camponeses assentados em Batayporã/MS para se manter no campo, isto é, se a cooperação faz parte do projeto camponês familiar, mesmo numa situação de crescente individualização da força de trabalho.

Para empreendermos este debate, procuramos evidenciar, num primeiro momento, uma análise histórica da luta pela terra no Mato Grosso do Sul, partindo da atuação dos sujeitos sociais que a compõe: MST, FETAGRI e CUT. Verificamos que a história de luta pela terra no Estado é marcada pela expropriação e violência desferida àqueles que lutam contra o *status quo*. Entretanto, percebemos que se há a violência, há também a luta contra ela, pois esse território não está isento da resistência de diversos grupos que lutaram e ainda lutam cotidianamente pela democratização do acesso a terra e por melhores condições de vida e de trabalho.

Posteriormente, ao enfocarmos a discussão sobre a cooperação agrícola proposta pela organização do MST, buscamos compreender o olhar tecido pelos assentados e pelo Movimento frente as formas de cooperação. Desse modo, analisando a dimensão da terra e as formas cooperativas de produção, chamamos a atenção para a distância existente, na maior parte das vezes, entre a direção e os trabalhadores assentados, principalmente no que concerne à forma de trabalho na terra. Diferentemente da proposta do trabalho coletivo, defendida pelo MST como o “modelo ideal de organização da produção”, assinalamos que a tríade “terra, trabalho e família” explicita a cultura, o modo de ser e de viver dos camponeses analisados, o que se confronta com a leitura dos “vícios do campesinato”, imposta pela teoria da organização do Movimento.

Por último analisamos, a partir das entrevistas e dos relatos orais dos assentados, a diversidade de formas de cooperação desenvolvidas nos assentamentos rurais São Luis, São João e Mercedina em Batayporã/MS e os

resultados da luta dos assentados. Isto é, procuramos compreender como o desenvolvimento da cooperação contribui para o progresso social, econômico, político e cultural dos camponeses assentados.

Diante do contexto apresentado e tomando como referência os objetivos da nossa pesquisa, cabe algumas considerações.

De início, vale destacar que rejeitamos a concepção de avaliação dos assentamentos pautada por diagnósticos de sucesso/fracasso ditados por uma lógica reducionista. Na verdade, procuramos apreender a cooperação como estratégia utilizada pelos camponeses assentados, homens e mulheres, para permanecer na terra conquistada. Pois, percebe-se que práticas de sociabilidade e de ajuda mútua têm representado, de certa forma a perspectiva de (re)elaboração do coletivo imposto pelo projeto do MST. Com isso queremos dizer que,

Os camponeses não são avessos as ações coletivas. São avessos a determinadas formas que têm como centro a negação da sua 'natureza' e características. Eles recusam a proposta de ações coletivas sustentadas na coletivização da terra, do trabalho, meios de produção e gestão. Recusam ações coletivas elaboradas a partir de parâmetros que lhes são estranhos, ou seja, ações coletivas centradas na concepção de mundo do outro (FABRINI, 2003, p. 14). (Grifo Nosso).

Assim, a experiência demonstra que os camponeses assentados, que tem na cooperação uma estratégia capaz de garantir a reprodução do seu modo de vida, procuram entrelaçar suas tomadas de decisão amalgamando os interesses econômicos com os interesses do mundo familiar, com os anseios e as memórias que são parte importante do patrimônio social que os mantêm.

Neste sentido, constatamos nos assentamentos em Batayporã/MS, uma preocupação para que todos consigam produzir e viabilizar o lote sem comprometer a autonomia e o direito à organização do projeto familiar. Acreditamos que isso é possível em função da realidade multifacetária encontrada nos assentamentos analisados, em que mesclam-se formas individuais de produção e formas cooperadas/associadas tecidas no mesmo território e ritmadas pelas necessidades de reprodução da unidade de produção familiar, de modo que permanece o sentimento de liberdade e autonomia que as famílias almejam.

Com isto queremos expor que não é possível dizermos simplesmente, por exemplo, que no grupo da COPAV predomina somente as

atividades cooperadas. Na verdade a luta pela resistência na terra tem feito estes assentados lançarem mão de diversas formas de trabalho, de acordo com as circunstâncias de mercado, onde a alternância de formas organizacionais de produção tem sido a marca mais evidente. Isto faz com que os assentamentos se tornem um verdadeiro campo de lutas e de permanentes redimensionamentos da experiência de cooperação, já que as estratégias de trabalho e de reprodução social são inúmeras, como a variedade de escolhas com relação as formas associativas para a produção.

Constatamos também, a partir do trabalho de campo, que o desenvolvimento das formas de cooperação agrícola nos assentamentos rurais além de assegurar melhores condições de vida e de reprodução social possibilita a permanência dos assentados no campo. Todavia, acreditamos que as formas cooperativas/associativas são não só um instrumento de luta para garantir a existência dos camponeses na terra conquistada, já que tais formas desempenham papel de articuladoras dos assentados na busca de infra-estrutura, recursos financeiros (créditos), organização de outros acampamentos e ocupações, além da própria organização produtiva. Estas formas de cooperação tornam-se instrumentos de sustentação do projeto político do MST, já que, tais conquistas servem para ampliar as lutas pela terra e, conseqüentemente, para solidificar a Reforma Agrária. Com isto queremos dizer que, as formas de cooperação são instrumentos para a continuidade da luta pela Reforma Agrária e tendem a constituir-se num meio de inserção política e social dos assentados.

Portanto, podemos finalizar esta pesquisa dizendo que a luta não se encerra na conquista da terra, mas continua na busca de outros direitos que possam garantir desenvolvimento ao assentamento e mudanças na vida das famílias assentadas. Acreditamos que estes direitos e a possibilidade de existência desses camponeses somente serão asseguradas pela organização, união e luta dos mesmos, como fazem os assentados em Batayporã, MS, pois estas conquistas estão relacionadas a mudanças estruturais na sociedade capitalista. Tais mudanças implicam, entre outras questões, possibilitar uma política social e de crédito para os trabalhadores produzirem e desenvolverem alternativas de comercialização da produção, a fim de que possam viver com dignidade do trabalho na terra, independentemente da forma por eles escolhida, se de modo coletivo ou individual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Rosemeire A. **Diferentes Modos de Organização de Explorações Familiares no Pontal do Paranapanema:** reassentamento Rosana e assentamento Santa Clara. 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

_____. **Identidade, Distinção e Territorialização: o processo de (re) criação camponesa no Mato Grosso do Sul.** 2003. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

ALMEIDA, R. A.; PAULINO, E. T. Fundamentos teóricos para o entendimento da questão agrária: breves considerações. **Revista do Departamento de Geociências**, Londrina, v. 09, n. 02, p. 113-127, 2000.

BATISTA, Luiz Carlos. **Brasiguaios na Fronteira:** caminhos e lutas pela liberdade. 1990. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. Processo de Organização do Espaço Agrário do Mato Grosso do Sul. **Cadernos de Formação.** Campo Grande: UFMS, 1995.

BERGAMASCO, Sônia M. P. P. & FERRANTE, Vera L. S. B. Assentamentos rurais: caminhos e desafios de pesquisa. In: ROMEIRO, Adhemar Ribeiro et al. (orgs.) **Reforma agrária:** produção, emprego e renda o relatório da FAO em debate. Rio de Janeiro: Vozes, 1994. p 181-191.

BOGO, Ademar. **Lições da Luta pela Terra.** Salvador: Memorial das Letras, 1999.

BORGES, Maria Celma. **De Pobres da Terra ao Movimento Sem Terra:** práticas e representações camponesas no Pontal do Paranapanema – SP. 2004. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis.

BRENNEISEN, E.C. **Relações de Poder, Dominação e Resistência: a organização social e da produção em assentamentos rurais na região Centro-Oeste do Paraná.** 2000. Tese [Doutorado em Ciências Sociais]. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

CALDART, Roseli. **Pedagogia do Movimento Sem Terra:** escola é mais do que escola. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

CARDOSO, Eulália Enise. Trabalho Coletivo nos Assentamentos de Reforma Agrária. **Revista Abra, nº 03**, vol. 24. Campinas, 1994

CARVALHO, Horácio M. **Formas de Associativismo Vivenciados pelos Trabalhadores Rurais nas Áreas de Reforma Agrária no Brasil.** Curitiba, Agosto de 1998. Disponível em <<http://www.dataterra.org.br/documentos/horacio.htm>>. Acesso em: 10/10/2003.

_____. As contribuições internas no esforço de cooperação nos assentamentos de Reforma Agrária do MST (período 1989-1999). In: Concrab. Evolução da Concepção de Cooperação Agrícola do MST (1989-1999). **Caderno de Cooperação Agrícola nº 08.** São Paulo: CONCRAB, 1999a.

_____. **Comunidade de Resistência e Superação.** Curitiba, 2002, 48p. (mimeografado)

CERVO, A. L. e BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica.** 4ª ed. São Paulo: Makron Books, 1996.

CHAYANOV, Alexander V. **La Organización de la Unidad Económica Campesina.** Bueno Aires: Nueva Visión, 1974.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **História – Comissão Pastoral da Terra/Mato Grosso do Sul (1978 – 1992).** Campo Grande/MS, 1993.

CORTEZ, Cácia; SILVA, Edson; TAQUES, Luiz. **A Travessia do Rio dos Pássaros: ocupação da Gleba Santa Idalina em Ivinhema/MS.** Belo Horizonte: SEGRAC-BH, 1985.

DELLAZERI, Dirlene. **O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Mato Grosso do Sul – 1984 a 1993.** Rio Grande do Sul: 1993. (Mimeografado).

DESENVOLVIMENTO E SINDICALISMO RURAL NO BRASIL. Projeto CUT/CONTAG. São Paulo, Agosto de 1998.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRABALHADORES RURAIS DO MS. **Cartilha da Federação dos Trabalhadores (as) na Agricultura Familiar do MS.** 2002.

D'INCAO, Maria C.; ROY, Gérard. **Nós, Cidadãos:** aprendendo e ensinando a democracia. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

FABRINI, João E. **A Posse da Terra e o Sem-Terra no Sul do Mato-Grosso do Sul:** o caso Itaquiraí. 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

_____. **Assentamentos de Trabalhadores Sem – Terra:** experiências e lutas no Paraná. M. C. Rondon. Cascavel: Edunioeste, 2001.

_____. **Os Assentamentos de Trabalhadores Sem Terra Enquanto Território de Ações Coletivas/Cooperativas Através da Coagri (Cooperativa de Reforma Agrária e Trabalhadores Rurais da Região Centro-Oeste do Paraná).** 2002. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

FARIAS, Marisa de F. L. de. **Assentamento Sul Bonito:** as incertezas da travessia na luta pela terra. 2002. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

FERNANDES, Bernardo M. **Espacialização e Territorialização da Luta pela Terra:** a formação do MST no Estado de São Paulo. 1994. Dissertação (Mestrado em

Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências da Universidade Estadual Paulista, São Paulo.

_____. **MST: formação e territorialização.** São Paulo: Hucitec, 1996.

_____; MST/CONCRAB. **Gênese e Desenvolvimento do MST. Caderno de Formação nº 30.** São Paulo: Gráfica e Editora Peres, 1998.

_____. **A Formação do MST no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2000.

GORGER, Frei Sérgio A., STÉDILE, João P. (Orgs.) **Assentamentos:** resposta econômica da reforma agrária. Petrópolis: Vozes, 1991.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1987.

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária.** Tradução de C. Iperoig. 3ª. ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

LÊNIN, Vladimir I. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia.** Tradução de José Paulo Netto. Revisão de Paulo Bezerra. 2ª. Ed. São Paulo: Nova Cultural (Os economistas), 1985.

_____. **O que Fazer?.** São Paulo: Hucitec, 1978.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil.** 4ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. **A Militarização da Questão Agrária.** Petrópolis: Vozes, 1984.

_____. **O Cativo da Terra.** 3ª. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. **Expropriação e Violência.** São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. A Questão Agrária e o Papel do MST. In: STÉDILE, J. P. **A Reforma Agrária e a luta do MST**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997, p. 11-76.

_____. **Reforma Agrária: o impossível diálogo**. São Paulo: Edusp, 2000.

MARX, Karl. & ENGELS, Frederich. **A Ideologia Alemã**. 10ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1996.

MEDEIROS, Leonilde S.; LEITE, Sérgio P. (Orgs.). **A Formação dos Assentamentos Rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Editora da UFRGS/CPDA, 1999.

MORAES, Clodomir S. **Elementos sobre a teoria da organização no campo**. Caderno de Formação nº 11. São Paulo, 1986.

MST/CONCRAB. Terra Não Se Ganha, Se Conquista! **Caderno de Formação n.09**. São Paulo, Abril de 1986.

_____. **Normas Gerais do MST**. São Paulo, 1989.

_____. A Cooperação Agrícola nos Assentamentos. **Cadernos de Formação nº. 20**. São Paulo, 1993.

_____. Perspectivas da Cooperação Agrícola nos Assentamentos. **Cadernos de Cooperação Agrícola nº. 04**. São Paulo: Concrab, 1995.

_____. **Quatro Anos Organizando a Cooperação**. São Paulo: Concrab, 1996.

_____. Sistema Cooperativista dos Assentados. **Caderno de Cooperação Agrícola nº. 05**. São Paulo: Concrab, 1997.

_____. Cooperativas de Produção: Questões Práticas. **Cadernos de Formação nº. 21**. 3º ed. São Paulo: Concrab, 1997.

_____. **Evolução da Concepção de Cooperação Agrícola do MST (1989 a 1999). Cadernos de Cooperação Agrícola nº 08.** São Paulo: Concrab, 1999.

_____. **O que levar em conta para a organização do assentamento.** São Paulo: Concrab, 2001.

_____. **Os desafios da produção e a organicidade do setor.** São Paulo: MST, 2002. (Mimeogr.).

OLIVEIRA, Ariovaldo U. Agricultura e indústria no Brasil. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 58, set. 1981.

_____. **A agricultura camponesa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1991.

_____. **Agricultura Brasileira:** desenvolvimento e contradições. São Paulo: FFLCH/USP, 1992. (Mimeografado).

_____. Geografia e Território: desenvolvimento e contradições na agricultura. In: **XII Encontro Nacional de Geografia Agrária.** nº 12, Águas de São Pedro. Mesas Redondas. Rio Claro: ICGE, p. 24-54, 1994.

_____. **A Geografia das Lutas no Campo.** 8ª. Ed. São Paulo: Contexto, 1997.

RIBAS, Alexandre Domingues. O Sistema Cooperativista dos Assentados. In: **NERA, Série Estudos, nº 01,** 1998.

_____. **Gestão Político-Territorial dos Assentamentos, no Pontal do Paranapanema (SP): uma “leitura” a partir da COCAMP (Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados da Reforma Agrária no Pontal).** Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2002.

ROMANO, Jorge Osvaldo. Poder, valores e conflitos nos processos de organização no interior dos assentamentos. In: **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. SP: Ed.UNESP,1994.

SANTOS, José V. Tavares dos. **Colonos do Vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. 2ª. Ed. São Paulo: Hucitec, 1984.

SCHREINER, D. F. **Entre a e Exclusão e a Utopia: um estudo sobre os processos de organização da vida cotidiana nos assentamentos rurais**. 2002. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

SIGAUD, Lygia. A Forma Acampamento: notas a partir da versão pernambucana. **Novos Estudos Cebrap**. São Paulo: Editora Brasileira de Ciências Ltda, nº 58, nov/2000. p. 79-92.

SILVA, Tânia Paula da. **A Organização do Trabalho Coletivo e as Transformações Territoriais no Assentamento São Manoel, em Anastácio/MS**. 2000. Monografia (Bacharelado em Geografia) - Campus de Três Lagoas, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Três Lagoas.

SIMONETTI, Miriam Claudia Lourenção. **A longa Caminhada; a (re)construção do território camponês em Promissão**. 1999. Tese [Doutorado em Geografia], Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências da Universidade Estadual Paulista, São Paulo.

SOUZA, Maria Antonia de. **As Formas Organizacionais de Produção em assentamentos rurais do MST**. 1999. Tese [Doutorado em Educação], UNICAMP.

STEDILE, J. FERNANDES, Bernardo M. **Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela Terra no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

THOMAZ JUNIOR, A. **Desenho Societal dos Sem Terra no Brasil** (uma contribuição à “leitura” geográfica do trabalho). Revista Pegada Eletrônica, vol. 02, nº. 02, Outubro de 2001.

_____. **O mundo do trabalho e as transformações territoriais: os limites da leitura geográfica.** Presidente Prudente, 2002. (mimeo.).

_____. **Por uma geografia do trabalho.** Presidente Prudente, 2002. (mimeo.).

TORRENS, João C. S. O processo de construção das linhas políticas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. In: MEDEIROS, Leonilde (orgs.) et al. **Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar.** São Paulo: Unesp, 1994.

WANDERLEY, M. de N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: Encontro Anual da ANPOCS, 20, Caxambu. **Anais.** São Paulo: ANPOCS, 1996. 15p.

WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, Parentes e Compadres. Colonos do Sul e sitiante do Nordeste.** São Paulo/Brasília: Hucitec, Edunb, 1995.

WOORTMANN, Klass. "Com parente não se negueia. O campesinato como ordem moral". **Anuário Antropológico/87.** Brasília: Univesidade de Brasília, p.11-73, 1990.

ZIMMERMANN, Neusa de Castro. **Depois da terra a conquista da cooperação: um estudo do processo organizativo num assentamento de Reforma Agrária no Rio Grande do Sul.** Dissertação de Mestrado. Departamento de Sociologia, Instituto de Ciências Humanas da UNB, 1989.

ANEXOS

**ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO - CAMPONESES ASSENTADOS NO MUNICÍPIO
DE BATAYPORÃ/MS**

- 1- Nome do Assentado: _____ Data: ____/____/____
- 2- Assentamento: _____ Município: _____
- 3- Naturalidade: _____ Estado: _____
- 4- Idade: _____ Estado Civil: _____
- 5- _____ Grau _____ de
Escolaridade: _____
- 6- A quanto tempo reside no assentamento? _____
- 7- Participa de alguma organização?
- a) () Sind. Trab. Rurais b) () MST c) () Associação d) ()
Cooperativa
- d) () Partido Político e) () Outro – Qual? _____
- 8- _____ Como _____ adquiriu _____ o
lote? _____
- 9- O senhor é o primeiro dono do lote:
- a) () sim b) () não/segundo dono c) () não/terceiro dono d) () não/quarto
dono
- 10- Já possuiu terra? _____ a) () sim b) () não Qual a área do seu
lote? _____
- 11- _____ Posses _____ antes _____ do
assentamento: _____
- 12- Possui filhos? a) () sim b) () não Quantos? _____ Idade dos
filhos? _____
- 13- Quantas pessoas trabalham no lote?
- a) () 01 pessoa b) () 02 pessoas c) () 03 pessoas d) () 04 pessoas e) ()
05 ou + pessoas.
- 14- Quantas horas por semana trabalha:
- a) marido: _____
- b) mulher: _____
- c) filhos: _____
- 15 – Quantos filhos não trabalham? _____
- 16- Tem algum filho que já saiu do lote?
- a) () sim b) () não Trabalha em
quê? _____
- 17- Tem algum filho acampado?
- a) () sim b) () não Onde? _____
- 18- Tem algum filho assentado?
- a) () sim b) () não Onde? _____

19- Você é cooperado de qual cooperativa? _____

20- Qual o tipo de cooperação que participa? _____

21- Quais serviços você necessita da cooperativa?

- a) () venda da produção b) () Compra de Produtos Agropecuários c) () Não necessita
d) () Outros _____

22- Na sua opinião qual é o papel da cooperativa?

- a) () gerar empregos b) () Apoiar os assentados no recebimento de crédito
c) () Conseguir financiamentos para a produção d) () Nenhuma das opções e) () Não sabe

23- A Cooperativa desenvolve alguma política que permita eliminar o atravessador?

- a) () sim b) () não -Qual? _____

24 – Participou de algum curso de aperfeiçoamento oferecido pela cooperativa?

- a) () sim b) () não -Qual? _____

25- No seu lote existe produção? a) () sim b) () não

Tipos de culturas	Área plantada/Colhida (ha)	Quant. Vendida (Kg)	Quant. Consumida (Kg)	Quant. Doad a Vizinho/Acampamento (Kg)		Quant. Recebida (Kg)	Valor da venda (Kg)

Período de referência: Junho de 2002 a Maio de 2003.

26- Por que optou por tais culturas? _____

27- Possui produção animal? a) () sim b) () não

Tipos de Animais	Quantidade Cabeças	Quantidade Vendida	Quantidade Consumida	Quant. Doad a Vizinho/Acampamento		Quant. Recebida	Valor da venda R\$

Período de referência: Junho de 2002 a Maio de 2003.

28- A produção é vendida para quem?

- a) () direta consumidor b) () cooperativa c) () intermediário d) () indústria e) ()
não produz f) () não comercializa g) ()
outros _____

29- Em quais municípios é vendida a produção? _____

30- Você encontra dificuldades para comercializar a produção? a) () sim b) () não

Quais? _____

31- Na produção, utiliza algum tipo de maquinário? a) () sim b) () não -

Quais? _____ Próprio ou alugado? _____

32- Faz financiamento para a produção?

- a) () freqüente b) () esporádico c) () não d) () parou há ____anos. Valor (R\$) _____

33 – Recebe Pronaf? a) () sim b) () não Valor (R\$)? _____

34- Você recebe assistência técnica?

a) () sim b) () não Quem Orienta? _____ Periodicidade: _____

35- Para a produção no lote, há a utilização de mão-de-obra externa?

a) () existe assalariamento eventual de mão-de-obra b) () existe assalariamento permanente de mão-de-obra
c) () não existe assalariamento

36- Qual a renda total da família (mês)?

a) () – de 01 salário mínimo b) () 01 salário mínimo c) () de 01 a 03 salários mínimos
d) () + de 03 salário mínimos

37- Possui outra renda?

a) () sim b) () não
a) () aposentadoria b) () pensão c) bolsa escola d) () trab. assalariado

e) () outros rendimentos (Venda de produtos não-agrícolas: artesanato, pequeno comércio, etc.)
Quais? _____

Valor (R\$) _____ Freqüência? _____

38- A renda obtida é considerada suficiente para o sustento da família?

a) () sim b) () não Porque? _____

39 - Arrenda terra de outros? a) () sim b) () não

40- Arrenda terra para outros? a) () sim b) () não

41- Participa ou participou de algum curso de formação política?

a) () sim b) () não

Assunto	Local/ano	Entidade que Ministrou	Tempo de duração

42- Participa ou participou de algum curso de formação técnica (comercialização, produção, etc) relacionado com a atividade que desenvolve no lote?

a) () sim b) () não

Assunto	Local/ano	Entidade que Ministrou	Tempo de duração

43-Participa de mobilizações: romarias; marchas; ato público; ocupações de banco, Incra, prefeitura; etc.?

a) () sim b) () não

Qual _____ Onde _____ Reivindicação _____

Qual _____ Onde _____ Reivindicação _____

Qual _____ Onde _____ Reivindicação _____

a) () luta/resistência b) () produção/mercado

a) () regularmente b) () raramente c) () nunca

47– Como acontece a participação a mulher no lote?

48- A mulher participa de:

49- Possui benfeitorias no lote?

Quais? () Casa () energia elétrica () água potável () Telefone fixo () cerca
() Galpão () Poço () Poço artesiano () Outros_____

51- A vida no assentamento é aquilo que o senhor (a) desejava? a) () sim b) () não

Como? a) () fornece alimentos b) () membro de alguma instância ou setor do
Movimento c) () participa de mobilizações d) () participa de ocupações
d) () outras – Quais?

a) ☐ sim b) ☐ não c) ☐ não sabe

[illegible]